EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas Referentes ao Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2012 e Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

Deloitte.

Deloitte Touche Tohmatsu
Rua Alexandre Dumas, 1.981
04717-906 - São Paulo - SP
Brasil

Telefone: (11) 5186-1000
Fac-símile: (11) 5181-2911
www.deloitte.com.br

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da
EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRSs"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

"Deloitte" refere-se à sociedade limitada estabelecida no Reino Unido "Deloitte Touche Tohmatsu Limited" e sua rede de firmas-membro, cada qual constituindo uma pessoa jurídica independente. Acesse www.deloitte.com/about para uma descrição detalhada da estrutura jurídica da Deloitte Touche Tohmatsu Limited e de suas firmas-membro.

© Deloitte Touche Tohmatsu. Todos os direitos reservados.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Companhia em 31 de dezembro de 2012, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as IFRSs emitidas pelo IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa nº 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Companhia, essas práticas diferem das IFRSs, aplicáveis às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto para fins de IFRSs seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em virtude do assunto tratado no parágrafo de ênfase.

Outros assuntos

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado ("DVA"), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, elaboradas sob a responsabilidade de sua Administração, cuja apresentação é requerida de acordo com a legislação societária brasileira para companhias abertas, aplicáveis à elaboração das demonstrações financeiras, e consideradas informação suplementar pelas IFRSs, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 4 de março de 2013

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Ismar de Moura
Contador
CRC nº 1 SP 179631/O-2

© 2013 Deloitte Touche Tohmatsu. Todos os direitos reservados.

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011
(Em milhares de reais - R$)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora (BR GAAP) 31/12/2012	Controladora (BR GAAP) 31/12/2011	Consolidado (IFRS e BR GAAP) 31/12/2012	Consolidado (IFRS e BR GAAP) 31/12/2011
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	5	435.621	87.066	946.916	604.551
Títulos e valores mobiliários	6	-	-	28.498	30.106
Clientes	7	-	-	254.032	176.505
Tributos a recuperar	8	13.812	13.620	31.948	27.403
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber	9	14.032	133.157	-	-
Despesas antecipadas	10	202	96	7.603	8.503
Outros créditos		210	259	40.784	30.564
Total do ativo circulante		463.877	234.198	1.309.781	877.632
NÃO CIRCULANTE					
Títulos e valores mobiliários	6	-	-	50.658	37.201
Tributos diferidos	17.a)	-	-	59.371	68.444
Depósitos judiciais	11	9.615	9.116	91.129	25.242
Ativos indenizatórios	12	-	-	3.632	2.870
Partes relacionadas - clientes	22	6.487	36	-	-
Outros créditos		-	-	32.537	6.383
Despesas antecipadas	10	-	-	360	410
Investimentos:					
Em controladas	13	1.220.196	1.407.312	10	10
Ágio	13	996.152	246.040	-	-
Propriedades para investimento	14	-	-	-	51.603
Imobilizado	15	4.582	4.932	590.719	287.933
Intangível	16	73	92	4.057.759	2.798.709
Total do ativo não circulante		2.237.105	1.667.528	4.886.175	3.278.805
TOTAL DO ATIVO		2.700.982	1.901.726	6.195.956	4.156.437

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora (BR GAAP) 31/12/2012	Controladora (BR GAAP) 31/12/2011	Consolidado (IFRS e BR GAAP) 31/12/2012	Consolidado (IFRS e BR GAAP) 31/12/2011
CIRCULANTE					
Fornecedores		552	2.088	150.138	131.851
Empréstimos e financiamentos	19	574.108	-	804.722	161.120
Arrendamento mercantil financeiro	20	-	-	599	2.016
Debêntures	21	-	-	207.144	378.634
Impostos, taxas e contribuições a recolher	18	368	316	30.795	21.566
Obrigações sociais e trabalhistas	26	7.876	5.505	54.309	30.354
Programa de Recuperação Fiscal - REFIS		-	-	1.848	259
Partes relacionadas - fornecedores	22	-	-	5.163	1.787
Credor pela concessão	25	-	-	18.158	17.082
Imposto de renda e contribuição social a pagar		-	-	29.397	20.152
Provisão para manutenção	23	-	-	63.531	38.286
Provisão para construção de obras futuras	24	-	-	2.141	12.527
Outras contas a pagar		10.279	9.080	66.491	46.296
Total do passivo circulante		593.183	16.989	1.434.436	861.930
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	19	-	-	164.346	189.187
Arrendamento mercantil financeiro	20	-	-	64	641
Debêntures	21	-	-	2.107.637	944.565
Programa de Recuperação Fiscal - REFIS		-	-	11.905	2.710
Outras contas a pagar		-	-	46.705	4.952
Tributos diferidos	17.a)	163	2.677	2.880	24.430
Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	27	60	-	127.004	52.634
Provisão para manutenção	23	-	-	115.131	133.259
Provisão para construção de obras futuras	24	-	-	10.040	1.929
Credor pela concessão	25	-	-	50.321	55.099
Total do passivo não circulante		223	2.677	2.636.033	1.409.406
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	28.a)	1.320.549	1.320.549	1.320.549	1.320.549
Reserva de lucros - legal	28.c)	111.855	90.751	111.855	90.751
Constituição de reserva de lucros - orçamento de capital	28.d)	578.037	388.105	578.037	388.105
Reserva de lucros - dividendos adicionais propostos	28.e)	65.268	51.431	65.268	51.431
Reserva de capital - plano de opção com base em ações	28.f)	31.867	31.224	31.867	31.224
Atribuído à participação dos acionistas controladores		2.107.576	1.882.060	2.107.576	1.882.060
Participação dos acionistas não controladores no patrimônio das controladas	28.h)	-	-	17.911	3.041
Total do patrimônio líquido		2.107.576	1.882.060	2.125.487	1.885.101
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.700.982	1.901.726	6.195.956	4.156.437

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011
(Em milhares de reais - R$, exceto o lucro básico/diluído por ação)

	Nota explicativa	Controladora (BR GAAP) 31/12/2012	Controladora (BR GAAP) 31/12/2011	Consolidado (IFRS e BR GAAP) 31/12/2012	Consolidado (IFRS e BR GAAP) 31/12/2011
RECEITA LÍQUIDA	30	-	-	2.409.107	1.827.371
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	31	-	-	(1.162.350)	(810.823)
LUCRO BRUTO		-	-	1.246.757	1.016.548
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Despesas gerais e administrativas	31	(48.422)	(41.393)	(342.976)	(228.100)
Resultado de equivalência patrimonial	13	497.596	401.588	-	(180)
Outras receitas (despesas), líquidas		(11.382)	52	49.272	-
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		437.792	360.247	953.053	788.268
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras	32	15.622	30.350	82.557	107.329
Despesas financeiras	32	(33.880)	(3.129)	(347.509)	(290.409)
		(18.258)	27.221	(264.952)	(183.080)
LUCRO OPERACIONAL E ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		419.534	387.468	688.101	605.188
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Correntes	17.b)	23	(4.551)	(253.880)	(207.794)
Diferidos	17.b)	2.515	100	(7.176)	(9.828)
		2.538	(4.451)	(261.056)	(217.622)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		422.072	383.017	427.045	387.566
ATRIBUÍVEL A					
Participação dos acionistas controladores		422.072	383.017	422.072	383.017
Participação dos acionistas não controladores		-	-	4.973	4.549
		422.072	383.017	427.045	387.566
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO (EM R$) - BÁSICO	33	0,76	0,69		
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO (EM R$) - DILUÍDO	33	0,75	0,68		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011
(Em milhares de reais - R$)

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	422.072	383.017	427.045	387.566
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	422.072	383.017	427.045	387.566
ATRIBUÍVEL A				
Acionistas da Companhia			422.072	383.017
Outros acionistas que não da Companhia			4.973	4.549

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011
(Em milhares de reais - R$, exceto o valor por ação)

		Atribuível aos acionistas da controlada								
			Reserva de capital	Reservas de lucros					Participação dos acionistas	
	Nota explicativa	Capital social	Plano de opção com base em ações	Legal	Dividendos adicionais propostos	Orçamento de capital	Lucros acumulados	Patrimônio líquido dos acionistas controladores (BR GAAP)	não controladores no patrimônio líquido das controladas	Patrimônio líquido consolidado (IFRS e BR GAAP)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010		1.320.549	31.149	71.600	142.158	215.747	-	1.781.203	6.664	1.787.867
Efeito de participação de acionistas não controladores nas controladas		-	-	-	-	-	-	-	(8.172)	(8.172)
Ações em tesouraria	28.g)	-	(2.011)	-	-	-	-	(2.011)	-	(2.011)
Plano de opção com base em ações	28.f)	-	2.086	-	-	-	-	2.086	-	2.086
Dividendos distribuídos (R$0,25 por ação)	28.e)	-	-	-	(142.157)	-	-	(142.157)	-	(142.157)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	383.017	383.017	4.549	387.566
Destinação do lucro:										
Reserva legal	28.e)	-	-	19.151	-	-	(19.151)	-	-	-
Constituição de reserva de lucros - orçamento de capital	28.d)	-	-	-	-	172.358	(172.358)	-	-	-
Dividendos intermediários pagos (R$0,25 por ação)	28.e)	-	-	-	-	-	(140.078)	(140.078)	-	(140.078)
Constituição para reserva de dividendos	28.e)	-	-	-	51.430	-	(51.430)	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011		1.320.549	31.224	90.751	51.431	388.105	-	1.882.060	3.041	1.885.101
Efeito de participação de acionistas não controladores nas controladas	4.a)(vi)	-	-	-	-	-	-	-	15.001	15.001
Ações em tesouraria	28.g)	-	(815)	-	-	-	-	(815)	-	(815)
Plano de opção com base em ações	28.f)	-	1.458	-	-	-	-	1.458	-	1.458
Dividendos distribuídos (R$0,09 por ação)	28.e)	-	-	-	(51.431)	-	-	(51.431)	(5.104)	(56.535)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	422.072	422.072	4.973	427.045
Destinação do lucro:										
Reserva legal	28.e)	-	-	21.104	-	-	(21.104)	-	-	-
Constituição de reserva de lucros - orçamento de capital	28.d)	-	-	-	-	189.932	(189.932)	-	-	-
Dividendos intermediários pagos (R$0,26 por ação)	28.e)	-	-	-	-	-	(145.768)	(145.768)	-	(145.768)
Constituição para reserva de dividendos	28.e)	-	-	-	65.268	-	(65.268)	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012		1.320.549	31.867	111.855	65.268	578.037	-	2.107.576	17.911	2.125.487

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011
(Em milhares de reais - R$)

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	419.534	387.468	688.101	605.188
Ajustes para reconciliar o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais:				
Depreciações e amortizações	1.110	999	237.426	168.230
Amortização de ágio	-	295	-	-
Prêmio de opção com base em ações	2.467	2.086	2.789	2.086
Perda/baixa do ativo imobilizado, intangível e propriedade para investimento	7.409	-	20.532	5.096
Encargos financeiros e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	26.247	-	296.087	236.280
Variação monetária com o Poder Concedente	-	-	9.813	9.548
Constituição de provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis, depósitos judiciais e atualização monetária	60	-	15.104	27.868
Constituição da provisão para manutenção e provisão para construção de obras	-	-	75.113	72.833
Atualização monetária da provisão para manutenção e provisão para construção de obras	-	-	11.419	16.304
Receita sobre títulos e valores mobiliários	-	-	(3.954)	(1.673)
Venda de propriedade para investimento - líquida do caixa (vide nota explicativa nº 4.d))	-	-	(61.904)	-
Resultado de equivalência patrimonial	(497.596)	(401.588)	-	-
Tributos diferidos	(2.515)	(100)	136	1.466
(Aumento) redução nos ativos operacionais:				
Clientes	-	-	(12.321)	(48.783)
Partes relacionadas - clientes	(6.451)	(3)	36.028	260
Tributos a recuperar	(192)	(1.332)	(3.020)	(5.552)
Despesas antecipadas	(106)	(96)	2.796	(1.508)
Depósitos judiciais	(499)	(718)	(14.882)	(10.714)
Ativos indenizatórios	-	-	(762)	-
Outros créditos	49	622	(14.792)	(23.605)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:				
Fornecedores	(1.536)	859	(22.452)	34.649
Obrigações sociais e trabalhistas	2.371	656	9.720	1.691
Impostos, taxas e contribuições a recolher	52	291	2.550	(191)
Partes relacionadas - clientes	-	-	(32.652)	1.387
Pagamento de provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	-	-	(8.510)	(22.913)
Pagamentos de manutenção e construção de obras	-	-	(81.690)	(65.018)
Outras contas a pagar	3.715	815	43.883	4.576
Imposto de renda e contribuição social pagos	23	(4.546)	(254.049)	(202.908)
Juros pagos	-	-	(242.134)	(183.802)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	(45.858)	(14.292)	698.375	620.795
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Dividendos recebidos	971.719	21.406	-	-
Fluxo de caixa na aquisição da Tecondi (vide nota explicativa nº 4.c))	-	-	(741.086)	-
Aquisição de propriedade para investimento	-	-	(2.066)	(9.042)
Efeito líquido do caixa na venda da propriedade para investimento (vide nota explicativa nº 4.d))	-	-	82.397	-
Aquisição de imobilizado e intangível	(245)	(2.765)	(423.256)	(301.091)
Investimento em controladas - aportes de capital (vide nota explicativa nº 13)	(925.577)	(13)	-	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	45.897	18.628	(1.084.011)	(310.133)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Comissão sobre notas promissórias	3.432	-	3.432	-
Credor pela concessão		-	(13.515)	(12.004)
Títulos e valores mobiliários		-	(7.895)	(35.834)
Captação de arrendamento mercantil, empréstimos, financiamentos e debêntures - terceiros	544.429	-	2.234.830	544.465
Pagamento de arrendamento mercantil, empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-	(1.286.188)	(691.041)
Pagamento de ações em tesouraria	(815)	(2.011)	(815)	(2.011)
Opções outorgadas	(1.331)	-	(1.331)	-
Pagamento de aquisição da Elog S.A. (anteriormente denominada Elog Sudeste S.A.) e Elog Sul	-	-	-	(88.025)
Programa de Recuperação Fiscal - REFIS	-	-	285	(598)
Aporte de capital de acionista não controlador	-	-	15.001	-
Pagamento de dividendos - acionista não controlador	-	-	(5.104)	(8.171)
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	(197.199)	(285.546)	(210.699)	(285.546)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	348.516	(287.557)	728.001	(578.765)
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO(A) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	348.555	(283.221)	342.365	(268.103)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	87.066	370.287	604.551	872.654
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	435.621	87.066	946.916	604.551
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO(A) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	348.555	(283.221)	342.365	(268.103)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011
(Em milhares de reais - R$)

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
RECEITAS				
Com arrecadação de pedágio	-	-	1.548.181	1.389.658
Com construção	-	-	298.540	199.435
Outras receitas	-	-	810.424	396.020
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Custo dos serviços prestados	(2.967)	-	(690.944)	(530.066)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(30.726)	(19.741)	(200.779)	(131.796)
Outros	-	-	(293)	(795)
VALOR (CONSUMIDO) ADICIONADO BRUTO	(33.693)	(19.741)	1.765.129	1.322.456
DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	(1.110)	(999)	(237.426)	(168.230)
VALOR (CONSUMIDO) ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	(34.803)	(20.740)	1.527.703	1.154.226
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Receitas financeiras	15.622	30.350	82.557	107.329
Resultado de equivalência patrimonial	497.596	401.588	-	-
Outras receitas, líquidas	-	52	-	617
	513.218	431.990	82.557	107.946
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	478.415	411.250	1.610.260	1.262.172
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	478.415	411.250	1.610.260	1.262.172
Pessoal	25.001	20.653	326.612	212.373
Remuneração direta	23.156	19.076	269.288	210.794
Benefícios	1.254	1.083	43.644	1.083
FGTS	591	494	13.680	496
Impostos, taxas e contribuições	(2.538)	4.451	509.094	371.824
Federais	(2.538)	4.451	401.714	320.241
Estaduais	-	-	3.423	3.214
Municipais	-	-	103.957	48.369
Remuneração de capitais de terceiros	33.880	3.129	347.509	290.409
Juros	26.247	-	219.919	188.002
Outras	7.633	3.129	127.590	102.407
Remuneração de capitais próprios	422.072	383.017	427.045	387.566
Dividendos	145.768	140.078	145.768	140.078
Participação dos acionistas não controladores	-	-	4.973	4.549
Reserva legal	21.104	19.151	21.104	19.151
Constituição de reserva de lucros - orçamento de capital	189.932	172.358	189.932	172.358
Constituição para reserva de dividendos	65.268	51.430	65.268	51.430

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. ("EcoRodovias", "EcoRodovias Infraestrutura" ou "Companhia") é uma sociedade por ações com sede em São Paulo - SP, listada na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros. A Companhia iniciou suas atividades em 7 de novembro de 2000 e tem por objetivo operar ativos de logística intermodal, por meio da exploração de concessão de rodovias, assim como exploração de negócios de logística, tais como retroáreas, armazéns alfandegados, centros de distribuição, terminais portuários, entre outros, e a participação em outras empresas prestadoras de serviços relacionadas às atividades-fim. A sede da Companhia fica localizada na Rua Gomes de Carvalho, 1.510 - conjuntos 31 e 32. As ações da Companhia são negociadas na Bolsa de Valores.

As controladas diretas e indiretas da Companhia estão sumariadas na nota explicativa nº 4.

A EcoRodovias e suas controladas são também designadas como "Grupo EcoRodovias" ao longo deste relatório.

Insuficiência de capital circulante líquido

A EcoRodovias possui deficiência de capital circulante líquido de R$124.655. A Companhia possui geração de caixa operacional e linhas de créditos disponíveis para o cumprimento das obrigações de curto prazo.

2. APRESENTAÇÃO E RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem:

a) As demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRSs"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", e as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Consolidado - IFRS e BR GAAP.

b) As demonstrações financeiras individuais da Companhia preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Controladora - BR GAAP.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas, em empreendimentos controlados em conjunto e coligadas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Dessa forma, essas demonstrações financeiras individuais não são consideradas como estando conforme as IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis. O custo histórico geralmente se baseia no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

O resumo das principais práticas contábeis adotadas pelo Grupo EcoRodovias é como segue:

2.3. Moedas funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da controladora e de cada uma das empresas controladas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas são mensurados usando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas atuam (“moeda funcional”). As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em reais, a moeda funcional da Companhia.

2.4. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras com liquidez imediata e com baixo risco de variação no valor, sendo demonstrados pelo custo, acrescido dos juros auferidos. O caixa e equivalentes de caixa são classificados como empréstimos e recebíveis, e seus rendimentos são registrados no resultado do exercício.

2.5. Apresentação de relatórios por segmento

O relatório por segmentos operacionais é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é o Conselho de Administração, responsável inclusive pela tomada das decisões estratégias da Companhia.

2.6. Base de consolidação e mensuração dos investimentos

a) Investimentos em empresas controladas (controladora)

Nas demonstrações financeiras individuais (controladora), a Companhia reconhece e demonstra os investimentos em controladas por meio do método de equivalência patrimonial.

b) Investimentos em empresas controladas (consolidado)

A Companhia consolidou integralmente as demonstrações financeiras de todas as empresas controladas. Considera-se existir controle quando a Companhia detém, direta ou indiretamente, a maioria dos direitos de voto em Assembleia Geral e tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, a fim de obter benefícios de suas atividades. Nas situações em que a Companhia detenha em substância o controle de outras entidades constituídas com um fim específico, ainda que não possua a maioria dos direitos de voto, estas são consolidadas pelo método de consolidação integral. A participação de terceiros no patrimônio líquido e lucro líquido das controladas é apresentada como um componente do patrimônio líquido consolidado e na demonstração consolidada do resultado na rubrica “Participação dos acionistas não controladores”, respectivamente.

c) Investimentos em empresas com controle compartilhado

Empresas com controle compartilhado e “joint ventures” são aquelas nas quais o controle é exercido pela Companhia e por um ou mais sócios. Os investimentos em empresas com controle compartilhado são reconhecidos pelo método de consolidação proporcional, desde a data em que o controle conjunto é adquirido. De acordo com esse método, as participações financeiras sobre empresas com controle compartilhado são reconhecidas no balanço patrimonial consolidado, na proporção dos ativos, passivos e resultados à participação da Companhia.

d) Avaliação de investimento a valor justo por perda de controle

Quando a Companhia perde o controle de uma controlada, o ganho ou a perda na alienação é calculado pela diferença entre: (i) a soma do valor justo das considerações recebidas e do valor justo da participação residual; e (ii) o saldo anterior dos ativos (incluindo ágio) e passivos da controlada e participações não controladoras, se houver. O valor justo de qualquer investimento detido na antiga controlada na data da perda de controle é considerado como o valor justo no reconhecimento inicial para contabilização subsequente ou, quando aplicável, o custo no reconhecimento inicial de um investimento em uma coligada ou controlada em conjunto.

Os componentes de ativos, passivos, patrimônio líquido e receitas e despesas da “joint venture” Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP são R$113.810, R$93.236, R$20.574 e R$17.966, respectivamente, e foram consolidados proporcionalmente à participação da Companhia no capital social dessa “joint venture”, considerando o controle compartilhado estabelecido através dos Acordos de Acionistas firmados entre a Companhia e suas parceiras nessa “joint venture”, em que nenhuma das partes, sozinha, determina as políticas financeiras e operacionais.

2.7. Combinação de negócios

Para aquisições efetuadas em 1º de janeiro de 2009 ou após essa data, a Companhia mensura o ágio como o valor justo da contraprestação transferida, incluindo o valor reconhecido de qualquer participação na companhia adquirida, deduzindo o valor reconhecido líquido (o valor justo) dos ativos e passivos assumidos identificáveis, todos mensurados na data de aquisição, exceto por:

- Ativos ou passivos fiscais diferidos e ativos e passivos relacionados a acordos de benefícios com empregados são reconhecidos e mensurados de acordo com a IAS 12 - Impostos sobre a Renda e IAS 19 - Benefícios aos Empregados (equivalentes aos CPC 32 e CPC 33), respectivamente.

- Passivos ou instrumentos de patrimônio relacionados a acordos de pagamento baseado em ações da adquirida ou acordos de pagamento baseado em ações da Companhia celebrados em substituição aos acordos de pagamento com base em ações da adquirida são mensurados de acordo com a IFRS 2 - Pagamento Baseado em Ações (equivalentes ao CPC 10 (R1)) na data de aquisição.

- Ativos (ou grupos para alienação) classificados como mantidos para venda conforme a IFRS 5 - Ativos Não Correntes Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas (equivalente ao CPC 31) são mensurados conforme essa norma.

O ágio é mensurado como o excesso da soma da contrapartida transferida, do valor das participações não controladoras na adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na adquirida (se houver) sobre os valores líquidos na data de aquisição dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis. Se, após a avaliação, os valores líquidos dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis na data de aquisição forem superiores à soma da contrapartida transferida, do valor da participação adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na adquirida (se houver), o excesso é reconhecido imediatamente no resultado como ganho.

Demonstrações financeiras individuais

Nas demonstrações financeiras individuais, a Companhia aplica os requisitos da interpretação técnica ICPC 09, a qual requer que qualquer montante excedente ao custo de aquisição sobre a participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da adquirida na data de aquisição seja reconhecido como ágio. O ágio é acrescido ao valor contábil do investimento. Qualquer montante da participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis que exceda o custo de aquisição, após a reavaliação, é imediatamente reconhecido no resultado. As contraprestações transferidas, bem como o valor justo líquido dos ativos e passivos, são mensuradas utilizando-se os mesmos critérios aplicáveis às demonstrações financeiras consolidadas descritos anteriormente.

2.8. Ágio (ativo de vida útil indefinida)

Para fins de teste de redução ao valor recuperável, o ágio é alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa, ou grupos de unidades geradoras de caixa, da Companhia, desde que não superem os segmentos operacionais que irão se beneficiar das sinergias da combinação. As unidades geradoras de caixa, às quais o ágio foi alocado, são submetidas anualmente a teste de redução ao valor recuperável ou, com maior frequência, quando houver indicação de que a unidade poderá apresentar redução ao valor recuperável. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução no valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio da unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos.

Qualquer perda por redução no valor recuperável de ágio é reconhecida diretamente no resultado do exercício. A perda por redução no valor recuperável não pode ser revertida em períodos subsequentes.

2.9. Ativos e passivos financeiros

a) Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias: (i) pelo valor justo através do resultado; (ii) mantidos até o vencimento; (iii) empréstimos e recebíveis; e (iv) disponíveis para venda. A classificação depende da natureza e do propósito dos ativos financeiros e é determinada no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros pelo valor justo através do resultado

Ativos financeiros são mensurados ao valor justo pelo resultado quando são mantidos para negociação ou, no momento do reconhecimento inicial, são designados pelo valor justo através do resultado. Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação quando:

- É adquirido principalmente para o propósito de venda em prazo muito curto.
- É parte de uma carteira identificada de instrumentos financeiros que a Companhia administra em conjunto e que tenha um padrão recente real de lucros no curto prazo.
- É um derivativo que não é designado e efetivo como instrumento de “hedge” em uma contabilização de “hedge”.

Um ativo financeiro que não seja mantido para negociação pode ser designado ao valor justo através do resultado no reconhecimento inicial quando:

- Essa designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência surgida em sua mensuração ou seu reconhecimento.
- For parte de um grupo administrado de ativos ou passivos financeiros ou ambos, seu desempenho for avaliado com base no valor justo de acordo com a gestão dos riscos ou a estratégia de investimento documentada pela Companhia, e as respectivas informações forem fornecidas internamente com a mesma base.

- For parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e o pronunciamento técnico CPC 38 e a norma IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração permitirem que o contrato combinado como um todo (ativo ou passivo) seja designado ao valor justo através do resultado.

Ativos financeiros pelo valor justo através do resultado são avaliados ao valor justo, com ganhos ou perdas reconhecidos no resultado do exercício. Ganhos ou perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os dividendos ou juros auferidos pelo ativo financeiro.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis e datas de vencimento fixas e que a Companhia tenha a intenção e habilidade de manter até o vencimento são classificados nessa categoria. Ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros, deduzido de provisão para perdas do valor recuperável ("impairment"). A receita com juros é reconhecida aplicando-se o método da taxa efetiva de juros.

Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros que têm pagamentos fixos ou determináveis e não são cotados em um mercado ativo, sendo mensurados pelo custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros, deduzido de provisão para perdas do valor recuperável ("impairment"). A receita com juros é reconhecida aplicando-se o método da taxa efetiva de juros, exceto para os recebíveis de curto prazo, quando o reconhecimento dos juros for imaterial.

Ativos financeiros disponíveis para venda

São aqueles que não são derivativos e são designados como disponíveis para venda ou não são classificados nas categorias apresentadas anteriormente.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a correção monetária e a variação cambial, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, quando incorridos. As variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidas em rubrica específica do patrimônio líquido quando incorridas, sendo baixadas para o resultado do exercício no momento em que são realizadas em caixa ou consideradas não recuperáveis.

Método da taxa efetiva de juros

É um método de calcular o custo amortizado de um ativo ou passivo financeiro e alocar a receita ou despesa dos juros durante o exercício. A taxa efetiva de juros é aquela que desconta exatamente os recebimentos ou pagamentos futuros estimados de caixa (incluindo todas as taxas pagas ou recebidas que formam parte integral da taxa efetiva de juros, custos de transação e outros prêmios ou descontos) através da vida esperada do ativo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados: (i) pelo valor justo através do resultado; ou (ii) como outros passivos financeiros.

Passivos financeiros pelo valor justo através do resultado

São classificados nessa categoria os passivos financeiros mantidos para negociação ou quando mensurados pelo valor justo através do resultado.

Um passivo financeiro é classificado como mantido para negociação quando:

- For incorrido principalmente com o propósito de recompra em futuro próximo.
- For parte de uma carteira identificada de instrumentos financeiros que a Companhia administra em conjunto e que tenha um padrão realizado de lucros no curto prazo.
- For um derivativo que não esteja designado como um instrumento de "hedge" efetivo.

Passivos financeiros que não sejam classificados como mantidos para negociação podem ser designados como valor justo através do resultado no reconhecimento inicial quando:

- Tal designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência na mensuração ou no reconhecimento que poderia surgir.
- Compuserem parte de um grupo de ativos ou passivos financeiros ou de ambos, o qual seja administrado e cuja "performance" seja avaliada com base em seu valor justo, de acordo com a administração de risco documentada ou a estratégia de investimento da Companhia, e as informações sobre esse grupo forem fornecidas nessa base internamente.
- Forem parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e o pronunciamento técnico CPC 38 e a norma IAS 39 permitirem que o contrato combinado como um todo (ativo ou passivo) seja designado ao valor justo através do resultado.

Passivos financeiros pelo valor justo através do resultado são demonstrados ao valor justo, com ganhos ou perdas reconhecidos no resultado. Os ganhos ou as perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam quaisquer juros pagos no passivo financeiro.

Outros passivos financeiros

São inicialmente mensurados ao valor justo, líquido dos custos da transação, e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado usando-se o método da taxa efetiva de juros, sendo as despesas com juros reconhecidas com base no rendimento. O método da taxa efetiva de juros é um método que calcula o custo amortizado de um passivo e aloca as despesas com juros durante o período relevante. A taxa efetiva de juros é aquela que desconta exatamente os pagamentos estimados futuros de caixa através da vida esperada do passivo financeiro ou, quando aplicável, por um período menor.

2.10. Imobilizado

Os terrenos não são depreciados. As edificações, os móveis e utensílios e as máquinas e equipamentos estão demonstrados ao valor de custo, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

A depreciação é reconhecida pelo método linear e pelo menor prazo entre a vida útil estimada de cada ativo e o prazo da concessão. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente na data do balanço patrimonial, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

2.11. Propriedade para investimento

A propriedade para investimento é representada por terrenos, edificações e obras em andamento mantidos para auferir rendimento de aluguel e/ou valorização do capital, conforme divulgado na nota explicativa nº 14.

A propriedade para investimento é registrada pelo custo de aquisição ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens.

Os custos incorridos relacionados com propriedades de investimento em utilização, como manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades, são reconhecidos como um custo na demonstração do resultado do exercício a que se referem.

A propriedade para investimento é baixada após a alienação ou quando esta é permanentemente retirada de uso e não há benefícios econômicos futuros resultantes da alienação. Qualquer ganho ou perda resultante da baixa do imóvel (calculado como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo) é reconhecido no resultado do exercício em que o imóvel é baixado.

2.12. Ativos intangíveis

A Companhia reconhece um ativo intangível resultante de um contrato de concessão de serviços quando esta tem direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão. Um ativo intangível recebido como remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhorias em um contrato de concessão de serviços é mensurado pelo valor justo mediante o reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, o qual inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável.

A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado por meio da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo.

Os ágios que tenham sido alocados aos direitos de concessão, assim como aqueles relacionados, mas que não tenham sido alocados diretamente à concessão ou a outros ativos e passivos, e que tenham o benefício econômico limitado ao tempo (prazo definido) em razão de direito de concessão com vida útil definida, compõem o saldo do ativo intangível e são amortizados pelos mesmos critérios descritos no parágrafo anterior.

Os sistemas de software são registrados ao custo de aquisição, sendo a amortização registrada pelo prazo de até cinco anos de forma linear.

Ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios

Nas demonstrações financeiras consolidadas, os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios e reconhecidos separadamente do ágio são registrados pelo valor justo na data da aquisição, o qual é equivalente ao seu custo.

2.13. Provisão para recuperação de ativos de vida longa com prazos determinados

A Administração revisa o valor contábil dos ativos de vida longa, principalmente o imobilizado e os intangíveis de vida útil definida (substancialmente representados pelos ativos intangíveis oriundos dos contratos de concessão) a serem mantidos e utilizados nas operações da Companhia, com o objetivo de determinar e avaliar sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperado.

São realizadas análises para identificar as circunstâncias que possam exigir a avaliação da recuperação dos ativos de vida longa e medir a taxa potencial de deterioração. Os ativos são agrupados e avaliados segundo a possível deterioração, com base nos fluxos futuros de caixa projetados descontados do negócio durante a vida remanescente estimada dos ativos, conforme o surgimento de novos acontecimentos ou novas circunstâncias. Nesse caso, uma perda seria reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo de vida longa.

2.14. Passivos financeiros

Outros passivos financeiros

Os passivos financeiros da Companhia e de suas controladas são substancialmente representados por fornecedores, arrendamento mercantil financeiro, empréstimos e financiamentos, debêntures e credor pela concessão (vide notas explicativas nº 19, nº 20, nº 21 e nº 25). Estão demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária ou cambial incorridos. Quando aplicável, serão demonstrados pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, usando-se o método da taxa de juros efetiva.

São classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.15. Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso ou venda pretendida, são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso ou a venda pretendida.

Os ganhos sobre investimentos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos elegíveis para capitalização.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período em que são incorridos.

2.16. Tributação

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

a) Tributos correntes

A provisão para imposto de renda está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração consolidada do resultado abrangente/demonstração do resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda é calculada por cada empresa do Grupo EcoRodovias, com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

b) Tributos diferidos

O imposto de renda diferido (“tributo diferido”) é reconhecido sobre as diferenças temporais no fim de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporais tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporais dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporais dedutíveis possam ser utilizadas. Os impostos diferidos ativos ou passivos não são reconhecidos sobre diferenças temporais resultantes de outros ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável nem o lucro contábil.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período em que se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no fim de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual o Grupo EcoRodovias espera, no fim de cada exercício, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

c) As receitas de serviços estão sujeitas ao Imposto Sobre Serviços - ISS, ao Programa de Integração Social - PIS e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins cumulativos. Os tributos PIS e Cofins são apresentados como dedução da receita operacional bruta nas demonstrações do resultado.

2.17. Provisões

a) Provisões para perdas tributárias, cíveis e trabalhistas

São reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

Os fundamentos e a natureza das provisões para perdas tributárias, cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa nº 27.

b) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A parcela significativa do contas a receber é com a parte relacionada Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP, controlada em conjunto da EcoRodovias Infraestrutura, que presta serviços de administração à gestão dos meios de pagamentos "Sem Parar". A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída, se necessário, com base em estimativas de perdas.

c) Provisão para manutenção referente aos contratos de concessão

A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto, para liquidar a obrigação presente nas datas dos balanços, em contrapartida ao custo do período para manutenção ou recomposição da infraestrutura em um nível especificado de operacionalidade. O passivo, a valor presente, deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das manutenções.

2.18. Demais passivos circulante e não circulante

Demonstrados pelos valores nominais conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e/ou cambiais incorridos até as datas dos balanços patrimoniais.

2.19. Benefícios a empregados - plano de opção com base em ações

A Companhia e suas controladas oferecem a seus empregados plano de opção com base em ações, liquidados com as ações da Companhia e de suas controladas, segundo os quais a Companhia recebe os serviços como contraprestações das opções de compra de ações.

O plano de opção com base em ações para empregados são mensurados pelo valor justo dos instrumentos de patrimônio na data da outorga. Os detalhes a respeito da determinação do valor justo desses planos estão descritos na nota explicativa nº 28.f).

O valor justo das opções concedidas determinado na data da outorga é registrado pelo método linear como despesa no resultado do exercício durante o prazo no qual o direito é adquirido, com base em estimativas da Companhia sobre quais opções concedidas serão eventualmente adquiridas, com correspondente aumento do patrimônio. No fim de cada exercício de relatório, a Companhia revisa suas estimativas sobre a quantidade de instrumentos de patrimônio que serão adquiridos. O impacto da revisão em relação às estimativas originais, se houver, é reconhecido no resultado do exercício, de tal forma que a despesa acumulada reflita as estimativas revisadas com o correspondente ajuste ao patrimônio líquido na rubrica "Reserva de capital - plano de opção com base em ações", que registrou o benefício aos empregados.

2.20. Reconhecimento da receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de cancelamentos, e o resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, destacando-se:

a) As receitas de pedágio são reconhecidas quando da passagem dos usuários pela praça de pedágio, e as receitas de logística são reconhecidas quando da utilização do pátio pelos caminhões e quando da movimentação, da armazenagem e dos reparos de contêineres vazios.

b) As receitas decorrentes de vendas antecipadas de cupons de pedágio são contabilizadas como “Receitas antecipadas”, no passivo circulante, na rubrica “Outras contas a pagar”, sendo apropriadas como receitas ao resultado do exercício à medida que os usuários passam pela praça de pedágio.

c) A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada. Receitas de operação ou de construção são reconhecidas no período em que os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos aos serviços entregues.

d) As receitas de logística são reconhecidas por ocasião da utilização do pátio pelos caminhões e quando da movimentação, da armazenagem e dos reparos de caminhões.

e) As receitas de portos são provenientes de operações portuárias, além do manuseio e da armazenagem de cargas de importação e exportação, com um terminal próprio no Porto de Santos.

2.21. Receitas e despesas financeiras

Representam juros e variações monetárias e cambiais decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos, financiamentos, debêntures, credor pela concessão e provisão para manutenção.

2.22. Dividendos e juros sobre o capital próprio

A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio efetuada pela Administração da Companhia que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica “Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar”, por ser considerada uma obrigação legal prevista no estatuto social da Companhia.

Para fins societários e contábeis, os juros sobre o capital próprio estão demonstrados como destinação do resultado diretamente no patrimônio líquido.

2.23. Lucro básico e diluído por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

O lucro por ação diluído é calculado ajustando-se a média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam diluição. A Companhia tem apenas uma categoria de ações ordinárias potenciais que provocariam diluição: o plano de opção com base em ações.

2.24. Demonstração do valor adicionado ("DVA")

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória, conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, que servem de base de preparação das demonstrações financeiras, e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte, apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre esta, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre o pessoal, os impostos, as taxas e contribuições, a remuneração de capitais de terceiros e a remuneração de capitais próprios.

2.25. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

O Grupo EcoRodovias não adotou as IFRSs novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não adotadas:

Em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013:

- IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas - de acordo com a IFRS 10, existe somente uma base de consolidação, ou seja, o controle. Adicionalmente, a IFRS 10 inclui uma nova definição de controle.

- IFRS 11 - Negócios em Conjunto - aborda como um acordo de participação em que duas ou mais partes têm controle conjunto deve ser apresentado.

- IFRS 12 - Divulgações de Participações em Outras Entidades - é uma norma de divulgação aplicável a entidades que possuem participações em controladas, acordos de participação, coligadas e/ou entidades estruturadas não consolidadas.

- IFRS 13 - Mensuração do Valor Justo - apresenta uma fonte única de orientação para as mensurações do valor justo e divulgações acerca das mensurações do valor justo.

- Modificações à IFRS 7 - Divulgação - Compensação de Ativos Financeiros e Passivos Financeiros - aumentam as exigências de divulgação das transações envolvendo ativos financeiros.

- Modificações à IFRS 10, IFRS 11 e IFRS 12 - foram emitidas para esclarecer certas regras de transição na aplicação dessas IFRSs pela primeira vez.

- IAS 19 (revisada em 2011) - Benefícios a Empregados - altera a contabilização dos planos de benefícios definidos e dos benefícios de rescisão.

- IAS 27 (revisada em 2011) - Demonstrações Financeiras Separadas - reflete modificações na contabilização de participação não controladora (minoritária) e trata, principalmente, da contabilização de modificações de participações societárias em subsidiárias feitas posteriormente à obtenção do controle.

- IAS 28 (revisada em 2011) - Investimentos em Coligadas e "Joint Ventures" - as alterações tiveram como objetivo esclarecer procedimentos na aplicação dos testes de "impairment" em coligadas e "joint ventures".

- Modificações às IFRSs - as melhorias anuais ao ciclo de IFRSs 2009 - 2011 incluem várias alterações a diversas IFRSs. As alterações às IFRSs são aplicáveis a exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013 e incluem:

  a) Alterações à IAS 16 - Imobilizado - as alterações à IAS 16 esclarecem que as peças de substituição, os equipamentos-reserva e os equipamentos de serviço devem ser classificados como imobilizado, conforme estejam de acordo com a definição de imobilizado da IAS 16, e, de outra forma, como estoque.

  b) Alterações à IAS 32 - Instrumentos Financeiros - Apresentação - esclarecem que o imposto de renda relacionado às distribuições dos titulares de instrumentos patrimoniais e aos custos das transações patrimoniais deve ser contabilizado de acordo com a IAS 12 - Impostos sobre o Lucro.

Em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014:

- Modificações à IAS 32 - Compensação de Ativos e Passivos Financeiros - tratam da classificação de certos direitos denominados em moeda estrangeira, como instrumentos patrimoniais ou passivos financeiros.

Em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015:

- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros - introduz novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros.

A adoção da norma IFRS 10, a qual possui a nova definição de controle e as diretrizes adicionais de controle, e a adoção da norma IFRS 11 resultarão em alterações na contabilização do investimento mantido pelo Grupo EcoRodovias nas "joint ventures" - Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP, empresa controlada em conjunto de acordo com a norma IAS 31 - "Interest in Joint Ventures", atualmente contabilizada pelo método de consolidação proporcional. De acordo com a norma IFRS 11, essa empresa controlada em conjunto é classificada como "joint venture" e registrada pelo método de equivalência patrimonial, resultando no registro da participação proporcional da Companhia nos ativos líquidos, no resultado do exercício e nos resultados abrangentes da Companhia em uma única conta que será apresentada na demonstração consolidada da posição financeira, bem como na demonstração consolidada do resultado ou do resultado abrangente como "Investimentos" e "Equivalência patrimonial", respectivamente.

A Administração realizou uma revisão em suas demonstrações para determinar os efeitos da adoção das normas IFRS 10 e IFRS 11, e as variações observadas nas demonstrações financeiras consolidadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 são: ativo total após os efeitos R$5.776.299 (antes, R$6.195.956), passivo após os efeitos R$3.650.812 (antes, R$4.070.469) e receita líquida após os efeitos R$2.084.122 (antes, R$2.409.107).

- Em decorrência do compromisso do CPC de manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações e modificações feitas pelo IASB, é esperado que essas alterações e modificações sejam editadas pelo CPC até a data de sua aplicação obrigatória.

Até o momento, os seguintes pronunciamentos já foram editados pelo CPC:

CPC 19 (R2)	Negócios em Conjunto (equivalente à IFRS 11)
CPC 33 (R1)	Benefícios a Empregados (equivalente à IAS 19 revisada)
CPC 36 (R3)	Demonstrações Consolidadas (equivalente à IFRS 10)
CPC 45	Divulgação de Participações em Outras Entidades (equivalente à IFRS 12)
CPC 46	Mensuração do Valor Justo (equivalente à IFRS 13)

A Administração da Companhia avaliou essas novas normas e interpretações e não espera efeitos significativos sobre os valores reportados.

3. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTO

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRSs emitidas pelo IASB, determina que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos, determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas por meio de estudos econômicos de projeção de tráfego, determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos futuros oriundos dos contratos de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio presentes, provisões para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos, as quais, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Companhia e de suas controladas, relacionada à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível ou ativo financeiro e avaliação dos benefícios econômicos futuros, para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados nos contratos de concessão. As divulgações para cada contrato de concessão da Companhia e suas características estão descritas na nota explicativa nº 38.

Momento de reconhecimento dos ativos intangíveis

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorrerá quando da prestação de serviço de construção relacionado à ampliação/melhoria da infraestrutura, que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, em contrapartida ao ativo intangível.

Determinação da carga de amortização anual dos ativos intangíveis
oriundos dos contratos de concessão

A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrente dos contratos de concessão limitado ao prazo final das respectivas concessões. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que normalmente se dá devido à curva de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos de cada contrato de concessão.

A Companhia utiliza modelos econométricos para projeção de tráfego, que são periodicamente reavaliados analisando variáveis independentes para projeção, tais como variáveis macroeconômicas (Produto Interno Bruto - PIB, Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M, dólar, exportação e importação, índices de combustíveis, índices de confiança do consumidor e Índices de Preços ao Consumidor - IPCs), setoriais (produção e venda de automóveis e veículos comerciais, PIB agrícola, PIB industrial, PIB serviços e índice ABCR), "commodities" (açúcar, soja em grão e em farelo, preço de petróleo WTI e Brent, movimentação de cargas de milho, complexo soja e fertilizantes no Porto de Paranaguá), clima (pluviometria e temperatura), sazonalidade (meses do ano, quantidade de feriados no mês e dia da semana do feriado) e variáveis estruturais (novas pistas e novas praças de pedágio). A Companhia utiliza modelos para estudo e projeção do tráfego nas rodovias sob sua concessão; nessas projeções não é considerado o potencial aumento de tráfego decorrente da realização de obras futuras.

Determinação das receitas de construção

Quando a concessionária presta serviços de construção, esta deve reconhecer a receita de construção pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra e empresa do Grupo EcoRodovias que efetua os serviços de construção. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção.

A Administração da Companhia entende que as receitas de construção estão registradas ao valor justo.

Determinação do ajuste ao valor presente de determinados ativos e passivos

Para determinados ativos e passivos que fazem parte das operações da Companhia, a Administração avalia e reconhece na contabilidade os efeitos de ajuste a valor presente levando-se em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associadas. Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, os ativos e passivos sujeitos ao ajuste a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue:

a) Provisão para manutenção e obras futuras decorrentes dos gastos estimados, para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia, e provisão para manutenção decorrente dos custos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos valores presentes dessas provisões foi calculada por meio do método de projeção de fluxo de caixa nas datas em que se estima a saída de recursos, para fazer frente às respectivas obrigações (estimada para todo o período de concessão), e descontada por meio da aplicação da taxa de desconto, que varia entre 9,62% e 11,56% ao ano. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na média ponderada das captações.

b) Credores pela concessão decorrentes das obrigações incorridas pela Companhia relacionadas ao direito de outorga. A mensuração e os critérios dos respectivos valores estão detalhados na nota explicativa nº 25.

Análise de recuperação de ativos de vida útil determinada

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Companhia analisa se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. Caso sejam identificadas tais evidências, a Companhia estima o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (a) seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo; e (b) seu valor de uso. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo até o final da sua vida útil. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil desse ativo ("impairment" ou deterioração). Para os ativos registrados pelo custo, a redução ao valor recuperável é registrada ao resultado do exercício. Se não for determinado o valor recuperável de um ativo individualmente, é realizada a análise do valor recuperável da unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence. A Companhia não identificou situações que requeressem o reconhecimento de provisão em 31 de dezembro de 2012 e de 2011.

4. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

As demonstrações financeiras consolidadas incluem a Companhia e suas controladas majoritariamente detidas e participações em entidades nas quais a Companhia é considerada a beneficiária primária, ou seja, detentora dos principais riscos e benefícios (mesmo quando a Companhia não detiver a maioria das ações com direito a voto).

A seguir estão apresentadas as participações nas controladas consolidadas:

	31/12/2012	31/12/2011
Controladas diretas:		
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (i)	100,00%	100,00%
Elog S.A. (vide nota explicativa nº 4.b)(v))	-	80,00%
Elog S.A. (anteriormente denominada Elog Sudeste S.A.) (ii)	80,00%	-
Ecoporto Holding S.A. (iii)	-	100,00%
Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP (iv)	12,75%	12,75%
EIL01 Participações S.A. (v)	100,00%	100,00%
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas (vide nota explicativa nº 4.b)(i))	-	100,00%
ECO101 Concessionária de Rodovias S.A. (vi)	80,00%	-
EIL02 S.A. (vii)	100,00%	-
Tecondi - Terminal para Contêineres da Margem Direita S.A. (viii)	100,00%	-
Termares - Terminais Marítimos Especializados Ltda. (ix)	100,00%	-
Termlog - Transporte e Logística Ltda. (x)	100,00%	-

	31/12/2012	31/12/2011
Controladas indiretas:		
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.:		
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. (xi)	100,00%	100,00%
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. (xii)	100,00%	100,00%
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul (xiii)	90,00%	90,00%
Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas (xiv)	100,00%	100,00%
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas (xv)	100,00%	-
Elog S.A. (anteriormente denominada Elog Sudeste S.A.):		
Ecopátio Logística Cubatão Ltda. (xvi)	100,00%	100,00%
ELG-01 Participações Ltda. (xvii)	100,00%	100,00%
Elog Logística Sul Ltda. (xviii)	100,00%	100,00%
Anish Empreendimentos e Participações Ltda. (xix)	100,00%	100,00%
Paquetá Participações Ltda. (xx)	100,00%	100,00%
Ecopátio CLB Imigrantes Empreendimentos Imobiliários S.A.	-	50,00%

a) As atividades das controladas diretas e indiretas são conforme segue:

Controladas diretas

(i) A EcoRodovias Concessões e Serviços S.A., anteriormente denominada EcoPorto Participações Ltda., foi constituída em 16 de maio de 2007 e tem por objetivo participar em outras companhias, na qualidade de sócia ou acionista. Após a incorporação das empresas ECSC - Centro de Serviços Corporativos Ltda. ("ECSC") e ECSE - Centro de Serviços de Engenharia Ltda. ("ECSE"), passaram a ser prestados serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas.

(ii) A Elog S.A., anteriormente denominada Elog Sudeste S.A., tem por atividade a prestação de serviços de armazéns-gerais, com equipamentos próprios ou arrendados para a guarda e conservação de mercadorias nacionais ou importadas, inclusive em estabelecimentos de recintos alfandegados, previstos no regulamento aduaneiro, e serviços especificados de logística, que consistem no transporte de mercadorias para locais determinados por seus clientes.

(iii) A Ecoporto Holding S.A. tem por objeto a participação em outras companhias, na qualidade de sócia ou acionista. Em 18 de maio de 2012 celebrou acordo de subscrição de ações e outras avenças com a CFF Participações.

(iv) A Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP tem por objetivo operar os serviços de pagamento automático de pedágios e estacionamento Sem Parar, Via Fácil e Onda Livre. Responsável pela implementação do sistema de Identificação Automática de Veículos - IAV no Brasil, a STP está presente em 242 praças de pedágio no País, nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Paraná, Minas Gerais e Santa Catarina. A Companhia detém 12,75% do capital social da STP, na qual há controle compartilhado mediante a existência de Acordo de Acionistas.

(v) A EIL01 Participações S.A. tem por objeto a participação em outras companhias, na qualidade de sócia ou acionista.

(vi) A ECO101 Concessionária de Rodovias S.A., constituída em 22 de março de 2012, tem por objeto social a exploração de concessão do Sistema Rodoviário BR-101 ES/BA, mediante concessão federal, incluindo a exploração de receitas acessórias.

Em 5 de junho de 2012 houve aumento de capital de R$75.001, tendo a Companhia integralizado R$60.000 correspondentes à sua participação de 80%. A controladora em conjunto SBS Engenharia e Construções Ltda. integralizou o valor de R$15.001, correspondente à sua participação de 20%.

(vii) A EIL02 S.A. tem por objeto a participação em outras companhias, na qualidade de sócia ou acionista.

(viii) O Tecondi - Terminal para Contêineres da Margem Direita S.A. é uma empresa brasileira que realiza operações portuárias e também o manuseio e a armazenagem de cargas de importação e exportação, com terminal próprio no Porto de Santos, nos termos da licitação 06/97 da Companhia Docas do Estado de São Paulo - Codesp.

(ix) A Termares - Terminais Marítimos Especializados S.A. é uma empresa brasileira, dedicada ao manuseio e à armazenagem de cargas de importação e exportação sob controle aduaneiro.

(x) A Termlog Transporte e Logística Ltda. atua na movimentação interna de contêineres das empresas Tecondi e Termares, e expande seus serviços para atender ao mercado de transporte de carga fracionada e de distribuição.

Controladas indiretas

(xi) A Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. iniciou suas atividades em 29 de maio de 1998 e tem como objetivo social exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, do sistema rodoviário constituído pelo Sistema Anchieta-Imigrantes, de acordo com os termos de concessão outorgados pelo Governo do Estado de São Paulo.

(xii) A Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. foi constituída em 21 de outubro de 1997 e tem como atividade principal a exploração, sob o regime de concessão, do Lote 006 do Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná.

(xiii) A Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul foi constituída em 19 de janeiro de 1998, com início de suas operações em 1º de março de 2001, e tem como objeto social exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, de determinados trechos integrantes do denominado Polo de Pelotas.

(xiv) A Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas, constituída em 27 de abril de 2009, iniciou suas atividades em 18 de junho de 2009 e tem como objeto social a operação, mediante percepção de pedágio e de receitas acessórias, nos termos e limites do contrato de concessão, do conjunto de pistas de rolamento do corredor Ayrton Senna e Carvalho Pinto.

(xv) A Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas, constituída em 3 de novembro de 1997, tem por objeto social a exploração do Lote 003 da Rodovia BR-277, trecho de 387,1 km localizado entre o município de Guarapuava, na região central do Estado do Paraná, e o município de Foz do Iguaçu, no extremo oeste do mesmo Estado, conforme disposto em contrato de concessão assinado em 14 de novembro de 1997, resultante da Concorrência Pública Internacional nº 003/96 DER/PR, concedida pelo Estado do Paraná.

Em decorrência de reestruturação societária através de aporte de capital ocorrido em 30 de março de 2012, a Ecocataratas passou a ser controlada direta da EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (vide nota explicativa nº 4.b)(i)).

(xvi) A Ecopátio Logística Cubatão Ltda. foi constituída em 5 de abril de 2006, com o objetivo de administrar o terminal intermodal e regulador de fluxo de caminhões e cargas com destino ao Porto de Santos. Esse terminal está localizado no município de Cubatão - SP e possui uma área de 442,7 mil m^2 que permitirá a criação de cerca de 3.500 vagas estáticas e 10.000 rotativas para caminhões e cargas. Essa área, pertencente ao município de Cubatão - SP, é objeto de concessão de acordo com Escritura Pública de Contrato de Concessão Real de Uso de Imóvel do Patrimônio Municipal de Cubatão, com prazo final em maio de 2026. A Ecopátio atua como um terminal alfandegado desde 2010, quando passou a operar como terminal de exportação sob licença Redex - Recinto Especial de Despacho Aduaneiro de Exportação. A partir de 2011, iniciou as atividades operacionais de um Centro Logístico e Industrial Aduaneiro - CLIA. A sede da companhia fica localizada na Rodovia Cônego Domênico Rangoni, km 263.

(xvii) A ELG-01 Participações Ltda., constituída em 27 de novembro de 2009, tem por objeto a participação em outras companhias, na qualidade de sócia ou acionista.

(xviii) A Elog Logística Sul Ltda., anteriormente denominada EADI Sul Terminal de Cargas Ltda., tem por atividade preponderante a prestação de serviços de armazéns-gerais, com equipamentos próprios ou arrendados para guarda e conservação de mercadorias nacionais ou importadas, inclusive em estabelecimentos de recintos alfandegados, previstos no regulamento aduaneiro, e serviços especificados de logística, que consistem no transporte de mercadorias para locais determinados por seus clientes.

(xix) A Anish Empreendimentos e Participações Ltda. tem por objetivo empreendimentos imobiliários, administração por conta própria de bens imóveis e participação em outras sociedades civis ou comerciais, como sócia, “holding”, acionista ou cotista.

(xx) A Paquetá Participações Ltda. tem por objetivo a administração de bens próprios, tais como, mas não limitados a, imóveis, títulos mobiliários e ativos financeiros de qualquer natureza e a participação direta ou indireta na qualidade de sócia ou acionista de quaisquer sociedades.

b) Reestruturação societária

No exercício de 2012, o Grupo EcoRodovias efetuou algumas reestruturações societárias visando simplificar sua estrutura operacional, conforme segue:

(a) Aumento do capital social da EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.

Em 30 de março de 2012, foi deliberado o aumento do capital social da EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. em R$305.432, fazendo com que a participação que a EcoRodovias Infraestrutura detinha na empresa Rodovias das Cataratas S.A. - Ecocataratas passasse a ser detida diretamente pela EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. Esse aumento no capital social foi realizado a valores contábeis e, consequentemente, não houve nenhum ganho nem perda.

(b) Incorporação da CFF Participações Ltda. pela Aba Porto Participações S.A.

Em 27 de novembro de 2012, conforme deliberado em Reunião de Sócios, foi aprovada a incorporação da CFF Participações Ltda. pela sua então controladora Aba Porto Participações S.A. nos termos do Protocolo e Justificativa de Incorporação. Como resultado dessa incorporação, a CFF Participações Ltda. foi extinta de pleno direito e a Aba Porto Participações S.A. tornou-se sua sucessora.

(c) Incorporação da Ecoporto Holding S.A. pela Aba Porto Participações S.A.

Em 27 de novembro de 2012, conforme deliberado pela Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a incorporação da Ecoporto Holding S.A. pela sua então controlada Aba Porto Participações S.A. nos termos do Protocolo e Justificativa de Incorporação. Como resultado, a Ecoporto Holding S.A. foi extinta de pleno direito e a Aba Porto Participações S.A. tornou-se sua sucessora.

(d) Cisão total da Aba Porto Participações S.A. com versão do patrimônio líquido para a Tecondi - Terminal para Contêineres da Margem Direita S.A., Termares - Terminais Marítimos Especializados Ltda. e Termlog Transporte e Logística Ltda.

Em 27 de novembro de 2012, conforme deliberado pela Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a cisão total da Aba Porto Participações S.A., nos termos do protocolo de cisão total com versão do patrimônio líquido para sociedades existentes e instrumento de justificação. Como resultado dessa cisão, a Aba Porto Participações S.A. foi extinta de pleno direito e as empresas Tecondi - Terminal para Contêineres da Margem Direita S.A., Termares - Terminais Marítimos Especializados Ltda. e Termlog Transporte e Logística Ltda. tornaram-se suas sucessoras.

(e) Incorporação da Elog S.A. pela Elog Sudeste S.A.

Em 31 de dezembro de 2012, conforme deliberado pela Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a incorporação da Elog S.A. pela sua então controlada Elog Sudeste S.A. nos termos do Protocolo e Justificativa de Incorporação. Como resultado dessa incorporação, a Elog S.A. foi extinta de pleno direito e a Elog Sudeste S.A. tornou-se sua sucessora. Após a incorporação, a denominação da Elog Sudeste S.A. passou a ser Elog S.A.

c) Combinação de negócios

Em 18 de maio de 2012, a EcoRodovias, através de sua controlada direta Ecoporto, celebrou Acordo de Subscrição de Ações e Outras Avenças com a CFF Participações Ltda., tendo por objeto a subscrição e integralização, pela Ecoporto, de ações da Aba Porto Participações S.A. representativas de 41,29% de seu capital social votante e total. A Aba Porto, nessa data, detinha ações/cotas representativas da totalidade do capital social das empresas Tecondi - Terminal para Contêineres da Margem Direita S.A., Termares - Terminais Marítimos Especializados Ltda. e Termlog Transporte e Logística Ltda., empresas essas que compõem o Complexo Tecondi, voltadas para a área de operação de portos marítimos. Na mesma data foi celebrado Contrato de Opção de Compra de Quotas, pelo qual a Ecoporto poderia, no prazo de até 12 meses, adquirir a totalidade da participação societária detida pelos acionistas originais no Complexo Tecondi. A Ecoporto exerceu a opção para aquisição da totalidade da participação societária do Complexo Tecondi em 19 de junho de 2012, ou seja, os 58,71% remanescentes.

A aquisição totalizou R$1.297.341, sendo pagos R$540.369 correspondentes à aquisição dos 41,29% e R$756.972 referentes aos 58,71% remanescentes.

A aquisição de 100% foi efetivada e o controle foi obtido através da Ecoporto em 24 de maio de 2012 (até essa data nenhum desembolso havia sido efetuado), data em que as condições precedentes foram atendidas, sendo elas aprovação da Codesp e anuência dos bancos, sem as quais a aquisição não poderia ser concretizada. Ademais, a opção de compra de 58,71% foi considerada como efetiva, visto que a condição para o exercício ser apenas a condição financeira em 24 de maio de 2012.

Com essa aquisição, a EcoRodovias, por meio da Ecoporto, passará a realizar operações portuárias, além do manuseio e da armazenagem de cargas de importação e exportação, com um terminal próprio no Porto de Santos.

A Companhia contratou avaliador terceirizado a fim de realizar estudos para mensuração do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos.

A Administração avaliou provisoriamente o valor justo dos ativos e passivos adquiridos e concluiu que o ágio pago será substancialmente alocado aos contratos de concessão. Em 31 de dezembro de 2112 foi registrada uma amortização de R$25.415, por possuir vida útil finita. O ágio será amortizado pelo prazo da concessão.

Na determinação do preço de aquisição, a Companhia utilizou como premissa a renovação do contrato de concessão, em 2023, por mais 25 anos, conforme previsão na cláusula décima sexta do Contrato de Arrendamento PRES 028.98 (“Contrato”), que prevê tal faculdade mediante solicitação da Companhia ao Poder Concedente. A partir da Lei nº 8.630/93 e Lei nº 8.987/95 e princípios administrativos, a Companhia entende que bastará a comprovação do adimplemento das obrigações do Contrato e existência de interesse público para sua prorrogação. A Companhia entende também que, de acordo com seu plano de investimentos e com sua relevante participação no mercado, terá plenas condições de cumprir as exigências para renovação. Sendo assim, a mesma premissa está sendo utilizada para amortização do ágio decorrente da aquisição.

O ágio de R$1.136.118, gerado pela diferença entre o valor pago e o patrimônio líquido da adquirida, foi avaliado de maneira preliminar por empresa de avaliação independente e alocado conforme a seguir:

(i) R$1.106.175 como contratos de concessão com vida útil definida até 2048.

(ii) R$29.943 como mais-valia de imobilizado, máquinas e equipamentos, guindastes portuários e veículos, com vida definida entre cinco e dez anos.

O fluxo de caixa da aquisição foi conforme segue:

	Saldos em 31/05/2012
Total do ativo	994.509
Total do passivo	(833.286)
Patrimônio líquido	161.223
Ágio gerado na operação	1.136.118
Custo total da aquisição	1.297.341
Caixa e equivalentes de caixa da controlada adquirida	(566.855)
Fluxo de caixa da aquisição menos caixa da controlada adquirida	741.086

O balanço patrimonial consolidado em 31 de maio de 2012 foi considerado como balanço de abertura, como segue:

	Valor contábil na aquisição
Ativos líquidos adquiridos	161.223
Caixa e equivalentes de caixa	556.255
Contas a receber de clientes	102.110
Outros créditos	24.975
Depósitos judiciais	51.271
Impostos diferidos	374
Imobilizado	258.118
Intangível	1.406
Fornecedores	(40.814)
Empréstimos e financiamentos	(634.927)
Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	(68.042)
Outras contas a pagar	(89.503)

d) Venda de participação

Em 14 de novembro de 2012, a Companhia, através de sua controlada direta Elog S.A., por meio de Comunicado ao Mercado anunciou a venda da totalidade de sua participação societária detida na Ecopátio CLB Imigrantes Empreendimentos Imobiliários S.A., representativa de 50% do seu capital social, pelo valor de R$104.063 (R$83.250 - 80% da participação da Elog S.A. na Companhia), à BRCVII Cidade Nova Empreendimentos e Participações Ltda., sociedade controlada pela Prep III - Industrial Co-Investments, L.P. e pelo Prosperitas III - Fundo de Investimento em Participações, como parte da aquisição desse ativo pela Global Limited Properties - GLP.

Os efeitos da venda dessa participação estão demonstrados a seguir:

ATIVO	Saldos
CIRCULANTE	
Caixa e equivalentes de caixa	853
Clientes	876
Tributos a recuperar	1
Despesas antecipadas	22
Total do ativo circulante	1.752
NÃO CIRCULANTE	
Depósitos judiciais	266
Propriedade para investimento	52.772
Total do ativo não circulante	53.038
TOTAL DO ATIVO	54.790
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
CIRCULANTE	
Fornecedores	75
Empréstimos e financiamentos	424
Impostos e contribuições a recolher	35
Provisão para imposto de renda e contribuição social	171
Dividendos a pagar	291
Outras contas a pagar	1
Total do passivo circulante	997
NÃO CIRCULANTE	
Empréstimos e financiamentos	32.181
Provisão para perdas trabalhistas, tributárias e cíveis	266
Total do passivo não circulante	32.447
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	21.346
GANHO NA VENDA DO INVESTIMENTO	61.904

O valor do ganho na venda do investimento encontra-se registrado na conta “Outras receitas (despesas), líquidas”.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Caixa e bancos	77	83	33.676	33.378
Aplicações financeiras:				
Fundo exclusivo (a)	336.004	78.917	418.238	374.612
Certificados de Depósito Bancário - CDBs (b)	99.540	8.066	495.002	196.561
	435.621	87.066	946.916	604.551

(a) Fundo constituído na forma de fundo exclusivo, que se enquadra na categoria "renda fixa", de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica ou índice de preços, ou ambos, e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas através da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador. Para atingir seus objetivos, o Fundo deverá possuir no mínimo 80% da carteira em ativos relacionada diretamente ao seu principal fator de risco, conservador, sendo composta basicamente por títulos públicos e papéis de instituições privadas, os saldos possuem conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e a Companhia possui o direito de resgate imediato e sem o risco de mudança significativa de valor.

O Fundo não pode realizar operações especulativas ou operações que o exponham a obrigações superiores ao valor de seu patrimônio líquido.

O Fundo não pode estar exposto a determinados ativos, tais como ações, índice de ações e derivativos referenciados nestes, com exceção de operações que se utilizem de tais instrumentos para produzir rendimentos predeterminados.

Em 31 de dezembro de 2012, a carteira do Fundo de títulos e valores mobiliários era composta por 62,5% em CDB, 1,6% em Letras Financeiras - LF, 33,0% em Compromissada e 2,9% em Títulos Públicos Federais.

(b) Os recursos não vinculados se referem substancialmente a aplicações financeiras em CDB, remuneradas a taxas que variam entre 80,0% e 102,5% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, sem o risco de mudança significativa do valor. Os prazos de resgate variam entre um e três meses, possuindo liquidez imediata, e a Companhia possui o direito de resgate imediato. A Companhia possui ainda aplicação financeira no Itaú Unibanco, na qual os recursos disponíveis no final do mês são automaticamente aplicados e remunerados à taxa de 20,0% do CDI, sem o risco de mudança significativa do valor. A referida aplicação possui liquidez imediata. Em 31 de dezembro de 2012, o valor aplicado nessa modalidade é de R$187.848 (R$8.062 em 31 de dezembro de 2011).

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS - VINCULADOS - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)

Os títulos e valores mobiliários são investimentos temporários circulantes, representados por títulos de alta liquidez.

	31/12/2012	31/12/2011
CDBs (a)	66.722	67.307
Poupança (b)	12.434	-
	79.156	67.307
Circulante	28.498	30.106
Não circulante	50.658	37.201

a) Os CDBs são remunerados a taxas que variam entre 98,0% e 106,6% do CDI e refletem as condições de mercado no fim de cada exercício. Embora as aplicações possuam liquidez imediata, foram classificadas como títulos e valores mobiliários - vinculados por estarem vinculadas ao processo de liquidação de remuneração das debêntures das controladas Ecovias dos Imigrantes e Ecopistas como garantia de recursos para pagamento de juros e principal (vide nota explicativa nº 21).

b) Refere-se ao Termo de Compromisso de Compensação Ambiental que a controlada direta Ecopistas celebrou com a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB e utilizará os recursos a título de compensação ambiental nas ações a serem definidas e deliberadas pela Câmara de Compensação Ambiental - CCA; os valores serão corrigidos pelo índice da poupança. Há um saldo de valor correspondente contabilizado no passivo não circulante referente à obrigação.

7. CLIENTES - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)

A composição está assim representada:

	31/12/2012	31/12/2011
Nacional (a)	270.135	187.760
Internacional (b)	2.958	1.246
	273.093	189.006
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (c)	(19.061)	(12.501)
	254.032	176.505

(a) Representados substancialmente por valores a receber de pedágio eletrônico referente a serviços prestados pela controlada direta Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP, de administração à gestão dos meios de pagamentos “Sem Parar” e clientes de logística, locação de painéis publicitários, ocupação de faixa de domínio, acessos e outros serviços decorrentes da utilização e exploração da faixa de domínio das rodovias.

(b) Refere-se a clientes provenientes das operações de Centro Logístico e Industrial Aduaneiro - CLIA, da controlada indireta Elog S.A. (anteriormente denominada Elog Sudeste S.A.).

(c) Refere-se à constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa, substancialmente da operação da controlada direta Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP, constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos saldos, além das empresas de logística e dos portos.

O "aging list" das contas a receber está assim representado:

	31/12/2012	31/12/2011
A vencer	240.704	170.718
Vencidos:		
Até 30 dias	6.909	2.264
De 31 a 90 dias	2.881	1.996
De 91 a 180 dias	3.538	1.527
Acima de 180 dias	19.061	12.501
	32.389	18.288
	273.093	189.006

Movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	31/12/2012	31/12/2011
Saldo inicial	12.501	9.094
Valores baixados no exercício como incobráveis	14.387	5.205
Valores recuperados durante o exercício	(7.827)	(1.798)
Saldo final	19.061	12.501

Para determinar a recuperação do contas a receber de cliente, a Companhia considera qualquer mudança na qualidade de crédito do cliente da data em que o crédito foi inicialmente concedido até o fim do exercício. A concentração do risco de crédito é limitada porque a base de clientes é abrangente e não há relação entre os clientes.

8. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF a recuperar	13.812	13.531	29.246	27.331
Lei Rouanet nº 8.313/91	-	-	34	-
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL a recuperar	-	-	1.380	-
ISS a recuperar	-	-	738	-
Outros	-	89	550	72
	13.812	13.620	31.948	27.403

9. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO A RECEBER - CONTROLADORA (BR GAAP)

	31/12/2011	Propostos	Recebidos	IRRF	31/12/2012
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas	544	-	(544)	-	-
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.	132.613	819.719	(954.329)	3.692	1.695
Elog S.A. (anteriormente denominada Elog Sudeste S.A.)	-	12.337	(2.087)	2.087	12.337
Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP	-	14.759	(14.759)	-	-
	133.157	846.815	(971.719)	5.779	14.032

10. DESPESAS ANTECIPADAS - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)

O saldo de R$7.963, classificado no ativo circulante e não circulante (R$8.913 em 31 de dezembro de 2011), refere-se, substancialmente, a prêmios de seguros a apropriar, aluguéis e Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU. Detalhes adicionais sobre os seguros contratados estão descritos na nota explicativa nº 37.

11. DEPÓSITOS JUDICIAIS - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, correspondem a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionadas.

O resultado desfavorável em seus processos, individualmente ou no agregado, não terá efeito adverso relevante nas condições financeiras ou nos negócios da Companhia, através de suas controladas.

	31/12/2012	31/12/2011
Saldo inicial	25.242	14.528
Aquisição de nova empresa (*)	51.271	-
Adições	17.756	12.350
Baixas/estornos	(15.627)	(4.463)
Atualização monetária	12.487	2.827
Saldo final	91.129	25.242

(*) Vide nota explicativa nº 4.c).

12. ATIVOS INDENIZATÓRIOS - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)

Em 31 de dezembro de 2012, a Elog Sudeste S.A. incorporou a Elog S.A., assumindo seus ativos e passivos. O valor justo dos passivos assumidos especificamente relacionados às contingências foi avaliado em R$18.999, para os quais há cláusula contratual de reembolso de R$15.367, totalizando o valor líquido de R$3.632 (R$2.870 em 31 de dezembro de 2011).

13. INVESTIMENTOS - CONTROLADORA (BR GAAP)

	Valores das investidas 31/12/2012		Percentual de participação direta - %		Investimento		Equivalência patrimonial	
	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Elog S.A. - vide nota explicativa nº 4.b)(v)	-	39.864	-	80	-	241.334	31.891	(12.701)
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.	776.115	436.431	100	100	776.115	857.341	436.431	369.033
Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP	161.365	140.908	12,75	12,75	20.574	17.367	17.966	14.613
Ecoporto Holding S.A. - vide nota explicativa nº 4.b)(iii)	-	-	100	100	-	1	8.621	(8)
EIL-01 Participações Ltda.	-	(1)	100	100	1	-	-	-
Elog S.A. (anteriormente denominada Elog Sudeste S.A.) - vide nota explicativa nº 4.b)(v)	318.491	(6.328)	80	80	254.941	-	(3.860)	-
Tecondi - Terminal para Contêineres da Margem Direita S.A.	12.593	22.169	100	100	12.593	-	(6.489)	-
Termares - Terminais Marítimos Especializados Ltda.	79.279	22.218	100	100	79.279	-	3.503	-
Termlog Transporte e Logística Ltda.	24.889	25.236	100	100	24.889	-	3.566	-
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas - vide nota explicativa nº 4.b)(i)	-	-	-	100	-	298.617	6.815	30.324
ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.	73.531	(1.469)	80	-	58.825	-	(1.175)	-
Lucros não realizados - Ecopátio Logística Cubatão Ltda.	-	-	-	-	(7.021)	(7.348)	327	327
					1.220.196	1.407.312	497.596	401.588

A movimentação dos investimentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 está apresentada a seguir:

	31/12/2010	Dividendos e juros sobre o capital próprio	Aporte de capital	Reclassificação de equivalência	Plano de opção com base em ações	Equivalência patrimonial	31/12/2011
Elog S.A.	254.101	-	-	(66)	-	(12.701)	241.334
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.	627.750	(139.553)	-	-	111	369.033	857.341
Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP	12.537	(9.784)	-	-	-	14.614	17.367
Ecoporto Holding S.A.	(4)	-	13	-	-	(8)	1
EIL01 Participações Ltda.	1	(1)	-	-	-	-	-
Rodovias das Cataratas S.A. - Ecocataratas	268.777	(543)	-	-	59	30.324	298.617
Lucros não realizados - Ecopátio Logística Cubatão Ltda.	(7.674)	-	-	-	-	326	(7.348)
	1.155.488	(149.881)	13	(66)	170	401.588	1.407.312

[página intencionalmente deixada em branco]

A movimentação dos investimentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 está apresentada a seguir:

	31/12/2011	Dividendos e juros sobre o capital próprio propostos (a)	Aporte de capital	Incorporação Cataratas (b)	Incorporação Elog S.A. (c)	Plano de opção com base em ações	Cisão Aba Porto (d)	Equivalência patrimonial	31/12/2012
Elog S.A.	241.334	-	-	-	(273.225)	-	-	31.891	-
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.	857.341	(823.411)	-	305.432	-	322	-	436.431	776.115
Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP	17.367	(14.759)	-	-	-	-	-	17.966	20.574
Ecoporto Holding S.A.	1	-	716.550		-	-	(725.172)	8.621	-
EIL-01 Participações Ltda.	-	-	1	-	-	-	-	-	1
Elog S.A.(anteriormente denominada Elog Sudeste S.A.)	-	(14.424)	-		273.225	-	-	(3.860)	254.941
Tecondi - Terminal para Contêineres da Margem Direita S.A.	-	-	149.026	-	-	-	(129.944)	(6.489)	12.593
Termares Terminais Marítimos Especializados Ltda.	-	-	-	-	-	-	75.776	3.503	79.279
Termlog Transporte e Logística Ltda.	-	-	-	-	-	-	21.323	3.566	24.889
Rodovias das Cataratas S.A. - Ecocataratas	298.617	-	-	(305.432)	-	-	-	6.815	-
ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.	-	-	60.000	-	-	-	-	(1.175)	58.825
Lucros não realizados - Ecopátio Logística Cubatão Ltda.	(7.348)	-	-	-	-	-	-	327	(7.021)
	1.407.312	(852.594)	925.577	-	-	322	(758.017)	497.596	1.220.196

(a) Vide nota explicativa nº 9.

(b) Vide nota explicativa nº 4.b)(i).

(c) Vide nota explicativa nº 4.b)(v).

(d) Vide nota explicativa nº 4.b)(iv).

Os principais saldos das controladas (totais de ativos, passivos, receitas e lucro do exercício) estão apresentados na nota explicativa nº 42.

[página intencionalmente deixada em branco]

Os saldos dos ágios na controladora (reclassificados para o intangível e imobilizado no consolidado) são os seguintes:

	31/12/2010	Adição	Baixa	Amortização	31/12/2011
Ágio - Ecosul	7.833	-	-	(513)	7.320
Ágio - Elog	239.015	-	-	(295)	238.720
	246.848	-	-	(808)	246.040

	31/12/2011	Adição	Baixa	Amortização	31/12/2012
Ágio - Ecosul	7.320	-	-	(511)	6.809
Ágio - Elog	238.720	-	(7.394)	-	231.326
Ágio - Portos (*)	-	766.432	-	(8.415)	758.017
	246.040	766.432	(7.394)	(8.926)	996.152

(*) Foi realizada amortização de R$17.000 antes da incorporação reversa, conforme a nota explicativa nº 4.c).

14. PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTO - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)

A propriedade para investimento é representada por terrenos, edificações e obras em andamento mantidos para auferir rendimento de aluguel e/ou valorização do capital.

Ao custo

	Terrenos e edificações
Saldo em 31 de dezembro de 2010	43.599
Adições	9.042
Baixas	(65)
Depreciação	(973)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	51.603
Saldo em 31 de dezembro de 2011	51.603
Adições	2.066
Baixas	(15)
Depreciação	(882)
Venda da participação (*)	(52.772)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	-

(*) Vide nota explicativa nº 4.d).

Em 31 de dezembro de 2012, com referência a essa operação, foram contabilizados na rubrica "Receita líquida" o valor de R$7.273 e na rubrica "Custos e despesas" o valor de R$5.633.

A propriedade para investimento é mantida sob direito e propriedade plena até a data da venda.

15. IMOBILIZADO

a) Controladora (BR GAAP)

	Hardware e equipamentos	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Edificações	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2010	214	100	235	1.653	455	2.657
Adições	157	34	56	-	2.476	2.723
Transferências	(22)	-	-	-	22	-
Depreciações	(108)	(25)	(43)	(76)	(196)	(448)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	241	109	248	1.577	2.757	4.932
Taxas médias anuais de depreciação - %	20,0	10,0	10,0	3,7	10,0	

	Hardware e equipamentos	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Edificações	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2011	241	109	248	1.577	2.757	4.932
Adições	143	2	4	-	76	225
Baixas	-	-	-	-	(15)	(15)
Depreciações	(105)	(25)	(48)	(76)	(306)	(560)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	279	86	204	1.501	2.512	4.582
Taxas médias anuais de depreciação - %	20,0	10,0	10,0	3,7	10,0	

b) Consolidado - (IFRS e BR GAAP)

	Hardware e equipamentos	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Terrenos	Edificações	Obras em andamento	Benfeitorias	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2010	53.673	15.623	6.318	12.461	92.663	5.670	3.184	29.102	218.694
Adições	26.923	3.734	2.048	1.405	6.674	27.370	5.451	23.404	97.009
Baixas	(228)	(59)	(8)	-	-	-	-	(2.479)	(2.774)
Transferência	1.761	411	1.004	-	17.064	(15.499)	2.366	2.424	9.531
Depreciações	(18.659)	(2.600)	(1.062)	-	(4.821)	-	(1.699)	(5.686)	(34.527)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	63.470	17.109	8.300	13.866	111.580	17.541	9.302	46.765	287.933
Taxas médias anuais de depreciação - %	20,0	10,0	10,0	-	5,0	-	3,7	10,0	

	Hardware e equipamentos	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Terrenos	Edificações	Obras em andamento	Benfeitorias	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2011	63.470	17.109	8.300	13.866	111.580	17.541	9.302	46.765	287.933
Adições por meio de aquisição de novas empresas (*)	2.187	93.148	2.940	-	-	5.489	148.432	5.922	258.118
Adições	26.592	11.576	2.892	609	300	21.838	4.104	51.940	119.851
Baixas	(262)	825	(27)	(420)	-	(3.272)	(64)	(8.919)	(12.139)
Transferências	1.938	11.497	(955)	-	152	(1.706)	2.520	(16.531)	(3.085)
Depreciações	(25.721)	(12.219)	(1.503)	-	(5.605)	-	(10.060)	(4.851)	(59.959)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	68.204	121.936	11.647	14.055	106.427	39.890	154.234	74.326	590.719
Taxas médias anuais de depreciação - %	20,0	10,0	10,0	-	5,0	-	3,7	10,0	

(*) Vide nota explicativa nº 4.c).

Em 31 de dezembro de 2012, não havia bens do ativo imobilizado vinculados como garantia de empréstimos e financiamentos, das debêntures e do arrendamento mercantil financeiro (vide notas explicativas nº 19, nº 20 e nº 21) ou de processos de qualquer natureza.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, foram capitalizados R$1.944 referentes a encargos financeiros (R$2.138 em 31 de dezembro de 2011).

A Administração da Companhia efetua análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não identificou diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram seu ativo imobilizado e o de suas controladas.

16. INTANGÍVEL

a) Controladora (BR GAAP)

	Software de terceiros	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2010	86	2	88
Adições	42	-	42
Amortizações	(36)	(2)	(38)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	92	-	92
Taxa média anual de amortização - %	20,0	20,0	

	Software de terceiros
Saldo em 31 de dezembro de 2011	92
Adições	20
Amortizações	(39)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	73
Taxa média anual de amortização - %	20,0

b) Consolidado (IFRS e BR GAAP)

	Contratos de concessão	Ágio Ecosul	Software	Em andamento	Ágio Elog S.A.	Ágio Ecopátio Cubatão	Ágio Elog	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2010	2.398.191	7.833	22.209	6.348	61.634	3.769	239.015	147	2.739.146
Adições (ii)	164.351	-	10.617	29.114	-	-	-	-	204.082
Baixas	(855)	-	-	(1.403)	-	-	-	-	(2.258)
Transferências	20.097	-	-	(25.418)	(4.210)	-	-	-	(9.531)
Amortizações	(122.214)	(513)	(7.640)	-	(1.947)	-	(296)	(120)	(132.730)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	2.459.570	7.320	25.186	8.641	55.477	3.769	238.719	27	2.798.709
Taxas médias anuais de amortização - %	(iii)	-	20,0	-	8,3	-	5,5	20,0	

	Contratos de concessão	Ágio Ecosul	Software	Em andamento	Ágio Elog S.A.	Ágio Ecopátio Cubatão	Ágio Elog	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2011	2.459.570	7.320	25.186	8.641	55.477	3.769	238.719	27	2.798.709
Adições por meio de aquisição de novas empresas (i)	1.136.117	-	1.401	-	-	-	-	5	1.137.523
Adições (ii)	269.620	-	11.743	22.042	-	-	-	-	303.405
Baixas	(820)	-	(2)	(398)	-	-	(7.158)	-	(8.378)
Transferências	(5.192)	-	(3)	7.694	-	-	-	586	3.085
Amortizações	(156.088)	(512)	(9.003)	-	(10.732)	-	(237)	(13)	(176.585)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	3.703.207	6.808	29.322	37.979	44.745	3.769	231.324	605	4.057.759
Taxas médias anuais de amortização - %	(iii)	-	20,0	-	8,3	-	5,5	20,0	

(i) Vide nota explicativa nº 4.c).

(ii) Os principais valores de aquisição de que trata esta linha se referem a restaurações da rodovia e melhorias no sistema rodoviário em geral, tais como acessos e dispositivos de segurança, adequação de trevos, alargamento e reforço de pontes, construção de faixas adicionais, construção de pistas marginais e duplicação de rodovias.

(iii) A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que eles estão disponíveis para uso, método que reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de amortização em 31 de dezembro de 2012 foram em média 5,17% (4,87% em 31 de dezembro de 2011).

17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Tributos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporais entre a base fiscal de ativos e passivos e seu valor contábil.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando a alíquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) vigente e têm a seguinte composição:

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2012	31/12/2011
Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	127.004	52.634
Juros capitalizados	(7.356)	(4.779)
Efeitos da interpretação técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão	30.556	69.196
Amortização ágio investimento Ecosul	13.772	12.323
Mais-valia Elog S.A.	(479)	(7.783)
Credor pela concessão	6.366	4.359
Outros	(3.715)	3.503
	166.148	129.453
	34%	34%
	56.491	44.014
Classificados como:		
Ativo não circulante	59.371	68.444
Passivo não circulante	(2.880)	(24.430)

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos são provenientes do ágio, que é um ativo intangível de vida útil definida, na controlada Elog S.A., sobre a aquisição da Elog Sudeste S.A., posteriormente incorporada, tornando o ágio dedutível, para fins de imposto de renda e contribuição social. Os ativos intangíveis que não possuem vida útil definida não devem sofrer amortização; porém, esse ágio está sendo amortizado fiscalmente, reduzindo a base para recolhimento do imposto.

A Administração preparou estudo acerca da realização futura do ativo fiscal diferido, considerando a capacidade provável de geração futura de lucros tributáveis, no contexto das principais variáveis de seus negócios, que podem, portanto, sofrer alterações.

De acordo com as projeções elaboradas pela Administração da Companhia, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não circulantes serão realizados nos seguintes anos:

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2012	31/12/2011
2012	-	12.355
2013	5.492	12.293
2014	4.825	12.294
2015	4.159	12.293
2016	4.159	12.295
Após 2016	40.736	6.914
	59.371	68.444

b) Conciliação da (despesa) receita de imposto de renda e contribuição social

Foram registrados no resultado dos exercícios os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	419.534	387.468	688.101	605.188
Alíquota	34%	34%	34%	34%
Despesa de imposto de renda e contribuição social pelas alíquotas vigentes	(142.642)	(131.739)	(233.954)	(205.764)
Ajustes para cálculo da taxa efetiva:				
Equivalência patrimonial	169.183	136.540	-	-
Amortização de ágio em investimentos	(131)	-	-	-
Amortização de ágio em investimentos Ecovias	-	-	(1.488)	(100)
Amortização de ágio em investimentos na Cataratas	-	-	1.119	-
Crédito tributário não constituído	(24.003)	(9.252)	(26.733)	(11.758)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	2.538	(4.451)	(261.056)	(217.622)
Despesa do imposto de renda e da contribuição social correntes	23	(4.551)	(253.880)	(207.794)
Despesa do imposto de renda e da contribuição social diferidos	2.515	100	(7.176)	(9.828)

18. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Impostos sobre faturamento:				
ISS	-	-	10.523	7.744
Cofins	240	161	8.852	5.698
PIS	52	35	1.936	1.235
ISS na fonte	2	4	1.444	1.167
Outros impostos	74	116	8.040	5.722
	368	316	30.795	21.566

19. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E NOTAS PROMISSÓRIAS - CONTROLADORA E CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)

Credor	Vencimento final	Taxa média de juros	Controladora	Consolidado	
			31/12/2012	31/12/2012	31/12/2011
Em moeda nacional:					
Capital de giro (b)	15/06/2023	TJLP + 2,40% a.a.	-	114.601	131.871
Capital de giro	15/06/2021	12,40% a.a.	-	-	343
Capital de giro (d)	19/11/2013	107,70% do CDI	-	35.312	6.213
Capital de giro	23/11/2012	110,20% do CDI	-	-	35.461
Capital de giro (k)	28/10/2014	CDI + 2,03% a.a.	-	26.544	39.567
Capital de giro (c)	25/10/2013	109,00% do CDI	-	80.567	80.883
Capital de giro (l)	16/12/2013	TJLP + 3,90% a.a.	-	58	116
Capital de giro (g)	05/06/2015	CDI + 3% a.a.	-	31.866	-
Capital de giro (d)	06/12/2013	112,50% do CDI	-	48.215	-
Cédula de abertura de crédito (e)	15/05/2017	TJLP + 2,83%	-	987	-
Cédula de crédito imobiliário (i)	08/02/2020	IPCA + 7,20% a.a.	-	-	34.203
Equipamentos (m)	15/06/2016	14,53% a.a.	-	26.404	3.410
CDC (n)	28/11/2014	14,51% a.a.	-	145	353
Notas promissórias (a)	23/05/2013	108% do CDI	574.108	574.108	-
Cédula de crédito bancário (f)	18/05/2013	14,84% a.a.	-	504	-
Capital de giro (h)	21/07/2014	CDI + 0,15% a.a.	-	25.238	-
			574.108	964.549	332.420
Em moeda estrangeira - moeda:					
Equipamentos - US$ (l)	20/01/2014	9,00% a.a. + VC	-	377	576
Equipamentos - EUR (l)	25/09/2013	9,00% a.a. + VC	-	312	564
Equipamentos - EUR (l)	15/10/2013	8,60% a.a. + VC	-	323	389
Capital de giro - US$ (j)	04/12/2015	Libor + 4,20% a.a.	-	-	13.421
Equipamentos - US$ (l)	15/03/2014	VC + 9,25% a.a.	-	1.583	756
Equipamentos - EUR (l)	09/10/2015	VC + 5,82% a.a.	-	364	411
Equipamentos - EUR (l)	10/04/2015	VC + 7,25% a.a.	-	776	1.067
Equipamentos - EUR (l)	30/11/2015	VC + 8,60% a.a.	-	784	703
			-	4.519	17.887
			574.108	969.068	350.307
Circulante			574.108	804.722	161.120
Não circulante			-	164.346	189.187

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

	31/12/2012	31/12/2011
2013	-	38.826
2014	58.876	37.545
2015	23.613	23.885
2016	16.173	20.051
Posteriores a 2016	65.684	68.880
	164.346	189.187

A movimentação dos empréstimos, dos financiamentos e das notas promissórias está demonstrada a seguir:

	31/12/2012	31/12/2011
Saldo inicial	350.307	573.746
Adições	623.164	185.728
Adições - vide nota explicativa nº 4.c)	634.927	-
Encargos financeiros	75.542	32.844
Pagamento principal	(632.028)	(413.266)
Pagamento de juros	(50.239)	(28.745)
Baixa - vide nota explicativa nº 4.d)	(32.605)	-
Saldo final	969.068	350.307

Descrição dos principais contratos de empréstimos e financiamentos bancários vigentes:

a) Em 18 de maio de 2012, ocorreu a terceira emissão de notas promissórias da Companhia, nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009. A emissão foi composta por 220 notas promissórias, com valor nominal unitário de R$2.500.000,00, em série única, perfazendo o montante total de R$550.000.000,00, com prazo de vencimento de 360 dias a contar da data de emissão, sendo o pagamento de juros remuneratórios devido na data de vencimento das notas promissórias. Os recursos obtidos com a emissão serão utilizados para investimentos e aquisições de empresas de infraestrutura e logística. Os bancos envolvidos nessa operação são o BTG Pactual e o Banco Itaú BBA.

   Não há índices financeiros a serem atingidos, avais, fianças ou garantias dadas.

b) Em fevereiro de 2011, a controlada indireta Ecopistas firmou contrato com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES de R$355.396 divididos em 12 subcréditos, destinados a investimentos relativos à recuperação, conservação especial, implantação de melhorias e ampliação da capacidade, no corredor formado pelas rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto. Foi liberado o primeiro subcrédito no valor de R$99.200, e a amortização se dará mensalmente de janeiro de 2012 a setembro de 2021, em 114 parcelas. Em garantia do empréstimo, a controlada indireta Ecopistas cedeu todos os direitos de crédito, presentes e futuros decorrentes da prestação dos serviços de exploração, operação, conservação e construção das praças de pedágio instaladas no sistema rodoviário e todas as receitas acessórias associadas ou decorrentes da concessão do Corredor Ayrton Senna e Carvalho Pinto, incluindo, sem limitação, as receitas de pedágio e todas e quaisquer indenizações a serem recebidas nos termos das garantias e apólices de seguro de

lucros cessantes contratadas nos termos do contrato de concessão. Os índices financeiros exigidos são: (i) a razão entre o patrimônio líquido e o passivo total deve ser superior a 20%, (ii) o índice de cobertura do serviço da dívida deve ser igual ou superior a 1,20, e (iii) a razão entre a dívida líquida e o "Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - EBITDA" ajustado deve ser inferior a 4,00. Os índices financeiros exigidos foram atendidos em 31 de dezembro de 2012. O segundo subcrédito foi liberado em novembro de 2012, no valor de R$27.999, e a amortização se dará mensalmente de janeiro de 2014 a junho de 2023, em 114 parcelas.

O empréstimo refere-se à captação para capital de giro pelas controladas Ecocataratas, Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A., Ecosul e Ecopátio Logística Cubatão Ltda., a qual não exige a manutenção de índices financeiros ("covenants"). Para os empréstimos foram oferecidos avais com garantia de liquidação pela EcoRodovias Concessões para as concessionárias e EcoRodovias Infraestrutura e Ecopátio.

Em março de 2007, a controlada indireta Ecopátio Logística Cubatão Ltda. firmou contrato com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES de R$73.308 para financiamento de melhoria e ampliação das instalações de apoio. Foram liberadas três parcelas, totalizando R$63.507, e a amortização, em 96 parcelas, foi iniciada em maio de 2009. Para a operação de empréstimo, foi oferecida carta de fiança com garantia de liquidação pela Companhia. Em 31 de agosto de 2012, a controlada indireta Ecopátio realizou o pagamento antecipado do saldo devedor do contrato.

Para as operações de empréstimo foram oferecidos avais como garantia de liquidação pela controladora direta EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. e a cessão dos direitos creditórios dos recebíveis dos pedágios, caso o pagamento das notas promissórias não seja efetuado.

c) Em 11 de novembro de 2011, a controlada indireta Ecovia celebrou contrato com o Banco do Brasil de Cédula de Crédito Bancário - CCB de R$44.000 com a finalidade de capital de giro. A Ecovia, através de um aditivo de contrato prorrogou o empréstimo de R$35.000 para vencimento em outubro de 2013. O contrato não requer a manutenção de índices financeiros ("covenants").

d) Em 5 de dezembro de 2012, as controladas indiretas Ecovia e Ecosul celebraram contrato com o Banco Itaú de CCB nos valores de R$26.000 e R$22.000, respectivamente, com vencimento em dezembro de 2013 com a finalidade de capital de giro. Esses empréstimos não exigem manutenção de índices financeiros ("covenants"). Esta operação de empréstimo não apresenta garantias.

e) Em 30 de novembro de 2012, a controlada indireta Ecocataratas celebrou dois contratos com o Banco do Brasil de Cédula de Abertura de Crédito Fixo, um de R$648, em 36 parcelas com vencimento em maio de 2017 com a finalidade de aquisição de dois caminhões, e o outro de R$553, em 36 parcelas com vencimento em abril de 2017 com a finalidade de aquisição de dois guinchos. Esses empréstimos não exigem a manutenção de índices financeiros ("covenants") e são garantidos por alienação dos bens objeto dos financiamentos.

f) Em 30 de novembro de 2009, a controlada direta Termares firmou contrato com o Banco de Lage Landen Brasil S.A. com a finalidade de adquirir equipamentos para a operação de R$942 em 36 parcelas com uma taxa de 14,84%, com o primeiro pagamento em março de 2010. Esses empréstimos não exigem a manutenção de índices financeiros ("covenants"). Este contrato tem como garantia a alienação fiduciária do bem.

g) A controlada direta Tecondi captou R$40.000 com o Banco ABN AMRO/Santander com a finalidade de capital de giro. A amortização do principal será realizada no prazo de quatro anos, com carência de um ano, sendo o primeiro pagamento em 25 de julho de 2011 e o último em 5 de junho de 2015. Em 31 de dezembro de 2012, esses empréstimos deixaram de exigir a manutenção de índices financeiros ("covenants").

h) A controlada direta Tecondi, como parte do plano de expansão de suas operações, iniciou obras para a construção de um novo berço de atracação, com o intuito de duplicar a movimentação dos armadores e aumentar a área de armazenamento de contêineres da Companhia. Para essa obra, a Companhia firmou contrato com o Unibanco (atualmente ItaúUnibanco) de R$60.000 liberado em julho de 2008, para pagamento em 17 parcelas, com primeiro vencimento em julho de 2010 e último vencimento em julho de 2014. A Companhia apresenta uma carta de fiança bancária como garantia desse empréstimo. Esses empréstimos não exigem a manutenção de índices financeiros ("covenants").

i) Em 8 de março de 2010, a Ecopátio CLB Imigrantes emitiu 90 Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI, com valor nominal de R$1.000, perfazendo na data de emissão R$90.000 (R$89.210, líquidos com os custos de emissão), com prazo de 119 meses. A Ecopátio CLB Imigrantes emitiu 2 cédulas de crédito imobiliário fracionárias, sob a forma escritural de Cédulas de Crédito Imobiliário - CCI, representando a totalidade dos direitos creditórios. O contrato não requer a manutenção de índices financeiros ("covenants").

j) A controlada indireta Ecopátio Cubatão Ltda. possui financiamento em moeda estrangeira para aquisição de equipamentos para utilização em suas operações, que representam valores nocionais de US$8.939 mil. Esses contratos apresentam vencimentos em dezembro de 2015, tendo como contraparte Citibank N.A. A operação de "swap" em 31 de dezembro de 2012 consiste na troca da variação da Libor acrescida de 4,20% ao ano por uma taxa fixa de 6,00% ao ano, registrada na rubrica "Despesas financeiras", de R$484 em 28 de setembro de 2012 (R$17 em 31 de dezembro de 2011), tendo nessa data a controlada indireta realizado a liquidação do referido contrato. A captação ocorreu em 30 de dezembro de 2010 em oito parcelas, sendo o vencimento da primeira parcela em 22 de junho de 2012 e o da última em 4 de dezembro de 2015; porém, todas as parcelas já foram pagas.

k) Em novembro de 2011, a controlada indireta Ecosul celebrou contrato com o Banco do Brasil de R$36.000 com a finalidade de capital de giro, sendo a EcoRodovias Concessões e Serviços sua avalista para vencimento em outubro de 2013.

   Para o empréstimo da Ecosul é exigida a manutenção de índices financeiros ("covenants"). A razão entre seu endividamento líquido e seu EBITDA deverá ser menor ou igual a 1,5, e a razão entre o EBITDA e o serviço da dívida líquida deverá ser maior ou igual a 1,5. Os índices financeiros exigidos foram atendidos em 31 de dezembro de 2012.

l) As empresas Elog S.A. (anteriormente denominada Elog Sudeste S.A.), Elog Sul e Ecopátio Cubatão celebraram contratos com a Cargotec Sweden AB e Nordea Bank Finland PLC entre março de 2009 e junho de 2012, em oito parcelas semestrais cada, com primeiro vencimento em setembro de 2009 e o último em novembro de 2015, com a finalidade de adquirir empilhadeiras para a operação nas unidades. Esses empréstimos não exigem a manutenção de índices financeiros ("covenants").

m) As empresas Tecondi e Termlog celebraram contrato de financiamento com o Santander em setembro de 2011 com a finalidade de adquirir equipamentos para a operação, em 48 parcelas, com primeiro vencimento em setembro de 2012 e o último em junho de 2016. Esses empréstimos não exigem a manutenção de índices financeiros("covenants").

n) A empresa Elog S.A. (anteriormente denominada Elog Sudeste S.A.) firmou contrato com o Bradesco com o intuito de adquirir equipamentos de informática, de R$247 em 36 parcelas, com vencimento em novembro de 2014. Esses empréstimos não exigem a manutenção de índices financeiros ("covenants").

A Taxa Interna de Retorno - TIR das notas promissórias está demonstrada a seguir:

Emissora	Data	Valor nominal	Despesas com emissão	Valor líquido	Taxa de juros	TIR
EcoRodovias Infraestrutura	28/05/2012	550.000	(5.433)	544.567	108,00% do CDI	9,94%

20. ARRENDAMENTO MERCANTIL FINANCEIRO - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)

As obrigações de arrendamento são garantidas de forma eficaz, uma vez que o ativo arrendado é revertido para o arrendador no caso de inadimplência.

As obrigações financeiras são compostas como segue:

	31/12/2012	31/12/2011
Obrigações brutas de arrendamento financeiro - pagamentos mínimos de arrendamento:		
Menos de um ano	583	1.958
Mais de um ano e menos de cinco anos	64	641
	647	2.599
Encargos de financiamento futuros sobre os arrendamentos financeiros	16	58
Obrigações de arrendamento financeiro - saldo contábil	663	2.657
Circulante	599	2.016
Não circulante	64	641

A movimentação do arrendamento mercantil financeiro está demonstrada a seguir:

	31/12/2012	31/12/2011
Saldo inicial	2.657	2.893
Adição	-	1.712
Encargos financeiros	265	555
Pagamento do principal	(2.026)	(1.880)
Pagamento de juros	(233)	(623)
Saldo final	663	2.657

A contrapartida dos saldos de arrendamento mercantil financeiro que está registrada na rubrica "Imobilizado" se refere a caminhões e apresenta valor residual de R$4.775 em 31 de dezembro de 2012 (R$6.352 em 31 de dezembro de 2011).

Determinados equipamentos foram arrendados por meio de contratos irretratáveis sujeitos a encargos de 17,36% ao ano e variação de encargos de 2,3% a 18,44%, contendo cláusula de opção de compra, cuja duração dos contratos é de 36 meses. A data da última parcela do empréstimo ocorrerá em agosto de 2014. Os contratos não requerem a manutenção de índices financeiros ("covenants").

21. DEBÊNTURES - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)

A posição das debêntures está resumida a seguir:

	31/12/2012	31/12/2011
Principal corrigido	2.280.105	1.291.215
Remuneração (juros)	74.300	52.058
Custos com emissão de debêntures	(39.624)	(20.074)
	2.314.781	1.323.199
Circulante	207.144	378.634
Não circulante	2.107.637	944.565

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	31/12/2012	31/12/2011
Saldo inicial	1.323.199	1.194.681
Adições	1.611.666	357.025
Encargos financeiros	223.712	208.389
Pagamento do principal	(652.134)	(275.895)
Pagamento de juros	(191.662)	(161.001)
Saldo final	2.314.781	1.323.199

- A controlada direta Elog S.A. concluiu, em 20 de dezembro de 2010, a emissão de R$170.000 (R$136.000 referentes à participação de 80% da Elog S.A.) em debêntures em série única de 170 debêntures com vencimento em 11 parcelas semestrais, com a primeira a vencer em 20 de dezembro de 2012 e vencimento final em 20 de dezembro de 2017.

  A série única, ofertada ao mercado local, tem remuneração vinculada a 100% do CDI, acrescido de 2,20% ao ano, paga semestralmente, e foi precificada utilizando conceitos inseridos na Instrução CVM nº 404/04.

  Em 31 de agosto de 2012, a controlada direta Elog S.A. efetuou a liquidação da primeira emissão de debêntures, pagando os montantes de R$3.556, referentes aos juros, e de R$170.000, referentes à amortização do principal da série única.

  A controlada direta Elog S.A. concluiu, em 31 de agosto de 2012, a segunda emissão de R$300.000 (R$240.000 referentes à participação de 80% da Elog S.A.) em 300 debêntures em série única com vencimento em 12 parcelas semestrais, com a primeira a vencer em 20 de agosto de 2014 e vencimento final em 20 de fevereiro de 2020.

  A série única, ofertada ao mercado local, tem remuneração vinculada a 100% do CDI, acrescido de 1,60% ao ano, paga semestralmente, e foi precificada utilizando conceitos inseridos na Instrução CVM nº 404/04.

  A fiança prestada pela Companhia será automaticamente cancelada com o cumprimento, por dois semestres consecutivos, dos seguintes índices: (i) relação entre dívida líquida/EBITDA se for inferior a 3,0; (ii) EBITDA superior a R$105.000 milhões; e (iii) índice de cobertura de serviço da dívida superior a 1,2; cálculo com base em 12 meses. Os índices foram atingidos em 31 de dezembro de 2012.

  A fiança prestada pela Companhia será automaticamente cancelada com o cumprimento cumulativo, pela Elog S.A., dos seguintes índices financeiros a serem apurados semestralmente, com base nos índices publicados consolidados desconsiderando os efeitos das empresas que compõem o Complexo Tecondi (aqui entendidas as empresas Tecondi - Terminal para Contêineres da Margem Direita S.A., Termares Terminais Marítimos Especializados Ltda. e Termlog Transporte e Logística Ltda.). Os índices serão calculados com base nos últimos 12 meses e são conforme segue:

  (a) Relação entre dívida líquida/EBITDA inferior a 3,0.

  (b) EBITDA superior a R$105.000.000,00.

  (c) Índice de cobertura de serviço da dívida superior a 1,2.

- A controlada direta EcoRodovias Concessões e Serviços concluiu, em 23 de dezembro de 2009, a emissão de R$600.000 em debêntures em três séries, sendo a primeira de R$460.750, com prazo de vencimento de 42 meses e vencimento final em 15 de maio de 2013, e a segunda e terceira séries no montante de R$69.625 cada uma, com prazo de vencimento de 66 e 72 meses e vencimentos finais em 15 de maio e 15 de novembro de 2015, respectivamente.

  A primeira série, ofertada ao mercado local, tem remuneração vinculada a 100% do CDI, acrescido de 1,5% ao ano, paga semestralmente, e foi precificada utilizando conceitos inseridos na Instrução CVM nº 404/04.

  A segunda e terceira séries, também ofertadas ao mercado local, têm remuneração vinculada à variação do IPCA e remuneração correspondente a 8,75% ao ano, pagas anualmente com diferença de seis meses entre elas.

  No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a controlada direta EcoRodovias Concessões e Serviços efetuou o pagamento referente à amortização do principal da primeira, segunda e terceira séries, dos juros da primeira, segunda e terceira séries e referente à atualização monetária da primeira, segunda e terceira séries.

  Essa operação tem classificação de risco “brAAA” da Standard & Poors.

  A controlada direta EcoRodovias Concessões e Serviços concluiu, em 23 de outubro de 2012, a segunda emissão de R$800.000 em debêntures, sendo R$240.000 referentes à primeira série com vencimento em três parcelas anuais, com a primeira a vencer em 15 de outubro de 2016 e vencimento final em 15 de outubro de 2018; R$160.000 referentes à segunda série em duas parcelas anuais, com a primeira a vencer em 15 de outubro de 2018 e vencimento final em 15 de outubro de 2019; e R$400.000 referentes à terceira série com vencimento em três parcelas anuais, com a primeira a vencer em 15 de outubro de 2020 e vencimento final em 15 de outubro de 2022.

  A primeira série ofertada ao mercado local tem remuneração vinculada a 100% do CDI acrescido de 0,79% ao ano, a segunda série tem remuneração vinculada ao IPCA acrescido de 5% ao ano e a terceira série tem remuneração vinculada ao IPCA acrescido de 5,35% ao ano; elas foram precificadas utilizando os conceitos inseridos na Instrução CVM nº 404/04.

  O contrato referente à segunda emissão requer a manutenção de índices financeiros menores ou iguais a 3,5 pontos correspondentes à relação da dívida líquida consolidada com o EBITDA e índices financeiros maiores ou iguais a 2,0 pontos em relação ao EBITDA. A manutenção dos referidos índices é verificada trimestralmente considerando os últimos 12 meses. Os índices foram atingidos em 31 de dezembro de 2012.

- A controlada indireta Ecovias dos Imigrantes concluiu, em 21 de dezembro de 2006, a emissão de R$450.000 em debêntures em três séries, sendo a primeira de R$135.000, com prazo de vencimento de 84 meses e vencimento final em 1º de novembro de 2013, e a segunda e terceira séries de R$157.500 cada uma, com prazo de vencimento de 90 e 96 meses, sendo os vencimentos finais em 1º de maio e 1º de novembro de 2014, respectivamente.

A primeira série, ofertada ao mercado local, tem remuneração vinculada a 104% do CDI, paga semestralmente, e foi precificada utilizando conceitos inseridos na Instrução CVM nº 404/04.

A segunda e terceira séries, também ofertadas ao mercado local, têm remuneração vinculada à variação do IGP-M e remuneração correspondente a 9,5% ao ano, pagas anualmente com diferença de seis meses entre as duas séries.

Essa operação tem classificação de risco "brAAA" da Standard & Poors.

O contrato da controlada indireta Ecovias requer a manutenção de índices financeiros menores ou iguais a 2,2 pontos correspondentes à relação da dívida líquida com o EBITDA e índices financeiros maiores ou iguais a 1,3 ponto em relação ao EBITDA com o serviço da dívida (correspondente aos juros e ao principal pagos no exercício), tendo como base as demonstrações financeiras. A manutenção dos referidos índices é verificada trimestralmente considerando os últimos 12 meses. Em 31 de dezembro de 2012, os índices financeiros exigidos foram atendidos.

- A controlada indireta Ecopistas concluiu, em 15 de janeiro de 2011, a emissão de R$370.000 em debêntures em quatro séries, sendo a primeira no valor nominal de R$92.500, com prazo de vencimento de 145 meses e vencimento final em 15 de janeiro de 2023, a segunda no valor nominal de R$92.500, com prazo de vencimento de 136 meses e vencimento final em 15 de abril de 2022, a terceira no valor nominal de R$92.500 com prazo de vencimento de 139 meses e vencimento final em 15 de julho de 2022 e a quarta no valor nominal de R$92.500 com prazo de vencimento de 142 meses e vencimento final em 15 de outubro de 2022.

  As quatro séries, ofertadas ao mercado local, têm remuneração vinculada ao IPCA mais 8,25%, pagos semestralmente, e foram precificadas utilizando conceitos inseridos na Instrução CVM nº 404/04.

  Essa operação tem classificação de risco "brAA+" da Standard & Poors.

  No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a controlada indireta Ecopistas efetuou o pagamento referente à amortização de principal da segunda, terceira e quarta séries, dos juros da primeira, segunda, terceira e quarta séries e referente à atualização monetária da segunda, terceira e quarta séries.

  O contrato da controlada indireta Ecopistas requer a manutenção dos índices financeiros conforme segue: (i) a razão entre o patrimônio líquido e o passivo total deve ser superior a 20%, (ii) o índice de cobertura do serviço da dívida deve ser igual ou superior a 1,20, e (iii) a razão entre a dívida líquida e o EBITDA ajustado deve ser inferior a 4,00. Os índices financeiros exigidos foram atendidos em 31 de dezembro de 2012.

- A então controlada direta Ecoporto Holding, sucedida pela Tecondi, concluiu em 19 de junho de 2012 a emissão de R$600.000.000 em debêntures em série única de 600 debêntures com vencimento em parcelas anuais, com a primeira a vencer em 15 de junho de 2013 e vencimento final em 16 de junho 2019. Em 27 de novembro de 2012, com a reestruturação societária, essa dívida foi incorporada pela controlada direta Tecondi.

O contrato requer a manutenção de índices financeiros em que a relação da dívida líquida e do EBITDA dos últimos 12 meses deve ser inferior: até 2015 a 4,5 pontos, em 2016 a 4,0 pontos, em 2017 a 3,5 pontos e em 2018 a 3,0 pontos. E o EBITDA dos últimos 12 meses pelas despesas financeiras deve ser superior: até 2015 a 2,0 pontos, em 2016 a 2,25 pontos, em 2017 a 2,5 pontos e em 2018 a 3,0 pontos. Os índices serão apurados trimestralmente, com base no balanço consolidado da emissora, a partir de 30 de setembro de 2012. Para esse empréstimo foi emitida uma Carta Fiança pela controladora EcoRodovias Infraestrutura. Esta garantia manter-se-á em vigor até que a emissora mantenha, de forma consolidada, o índice de alavancagem inferior ou igual a 2,5x, por dois semestres consecutivos. Há obrigatoriedade de manter o capital social igual ou superior a R$39.000. Em 31 de dezembro de 2012 esse saldo foi atendido.

A série única, ofertada ao mercado local, tem remuneração vinculada a 100% do CDI, acrescido de 1,85% ao ano, paga anualmente, e foi precificada utilizando os conceitos inseridos na Instrução CVM nº 404/04.

As principais características das debêntures emitidas são:

Descrição	EcoRodovias Concessões e Serviços	Ecovias	Elog S.A.	Tecondi	Ecopistas
Forma e conversibilidade	Nominativa escritural, simples, não conversível em ações	Nominativa escritural, simples, não conversível em ações	Nominativa escritural, simples, não conversível em ações, sem emissão de certificados	Nominativa escritural, sem a emissão de cautela, não conversível em ações	Nominativa e escritural, não conversível em ações
Quantidade emitida	800.000 (em três séries)	45.000 (em três séries)	300 (série única)	600 (série única)	370 (em quatro séries)
Valor nominal unitário na data de emissão	R$10	R$10	R$1.031	R$1.050	R$1.000
Valor nominal unitário atualizado em 31 de dezembro de 2012	1ª série - não atualizável 2ª série - R$10,25 3ª série - R$10,26	1ª série - não atualizável 2ª série - R$6,30 3ª série - R$6,01	Não atualizável	Não atualizável	1ª série - R$1.209,51 2ª série - R$1.170,40 3ª série - R$1.147,43 4ª série - R$1.124,92
Fator de atualização do valor nominal unitário	1ª série - não atualizável 2ª e 3ª séries - IPCA	1ª série - não atualizável 2ª e 3ª séries - IGP-M	Não atualizável	Não atualizável	1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries - IPCA + 8,25% a.a.
Remuneração (juros e correção)	1ª série - 100% do CDI + 0,79% ao ano 2ª série - 5,00% a.a. 3ª série - 5,35% a.a.	1ª série - 104% do CDI 2ª e 3ª séries - 9,5% ao ano (252 dias) sobre o valor nominal unitário atualizado	CDI + 1,60% ao ano (252 dias) sobre o valor nominal unitário atualizado	CDI + 1,85% ao ano (252 dias) sobre o valor nominal unitário	1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries - IPCA + 8,25% a.a.
Vencimento da remuneração (juros e correção)	1ª série: parcelas semestrais (15/04/13 a 15/10/18) 2ª série: parcelas anuais (15/10/13 a 15/10/19) 3ª série: parcelas anuais (15/10/13 a 15/10/22)	1ª série: parcelas semestrais (01/05/07 a 01/05/13) 2ª série: parcelas anuais (01/05/08 a 01/05/14) 3ª série: parcelas anuais (01/11/07 a 01/11/14)	Parcelas semestrais (20/02/13 a 20/02/20)	Parcelas anuais (15/06/13 a 15/06/17)	1ª série: anualmente em 11 parcelas (15/01/13 a 15/01/23) 2ª série: anualmente em 11 parcelas (15/04/12 a 15/04/22) 3ª série: anualmente em 11 parcelas (15/07/12 a 15/07/22) 4ª série: anualmente em 11 parcelas (15/10/12 a 15/10/22)

Descrição	EcoRodovias Concessões e Serviços	Ecovias	Elog S.A.	Tecondi	Ecopistas
Vencimento da amortização	1ª série: parcelas semestrais (15/10/16 a 15/10/18) 2ª série: parcelas anuais (15/10/18 a 15/10/19) 3ª série: parcelas anuais (15/10/20 a 15/10/22)	1ª série: parcelas semestrais (01/05/10 a 01/11/13) 2ª série: parcelas anuais (01/05/10 a 01/05/14) 3ª série: parcelas anuais (01/11/10 a 01/11/14)	Parcelas semestrais (20/08/14 a 20/02/20)	Parcelas anuais (15/06/14 a 16/06/19)	1ª série: anualmente em 11 parcelas (15/01/13 a 15/01/23) 2ª série: anualmente em 11 parcelas (15/04/12 a 15/04/22) 3ª série: anualmente em 11 parcelas (15/07/12 a 15/07/22) 4ª série: anualmente em 11 parcelas (15/10/12 a 15/10/22)
Reserva para pagamento da amortização e da remuneração (juros e correção)	Não aplicável	Retenção em conta de depósito (aplicação) vinculado de 50% dos valores creditados em conta corrente a partir do sexto dia de cada mês até atingir o montante equivalente à parcela do valor estimado devido no mês em vigor	Não aplicável	Não aplicável	a) Para cada subcrédito em TJLP concedido pelo BNDES por meio do Contrato BNDES até o vencimento da primeira parcela de amortização, a quantia equivalente a três vezes o valor da primeira parcela vincenda da amortização de principal e encargos da dívida; e após o pagamento da primeira parcela a quantia equivalente a três vezes o valor da soma da última parcela vencida de amortização de principal e encargos da dívida (até 15 dias contados da data da última prestação vencida). b) Para cada subcrédito em IPCA concedido pelo BNDES por meio do Contrato BNDES até o vencimento da primeira parcela de amortização, a quantia equivalente a 1/3 do valor referente ao desembolso realizado, dividido pelo número total de prestações do subcrédito; e após o pagamento da primeira parcela de amortização de principal e encargos da dívida, a quantia equivalente a ¼ do valor da última parcela vencida de amortização de principal e encargos de subcrédito (até três meses anteriores ao vencimento de cada prestação).
Instituição depositária das debêntures	Banco Bradesco S.A.	Banco Bradesco S.A.	Itaú Corretora de Valores S.A. .	Banco Bradesco BBI S.A.	Itaú Unibanco S.A.
Local de pagamento	CETIP	CETIP e CBLC	CETIP	CETIP	CETIP e/ou BOVESPAFIX
Instituição responsável pela conta de reserva	Não aplicável	Itaú Unibanco S.A.	Não aplicável	Não aplicável	Itaú Unibanco S.A.

Descrição	EcoRodovias Concessões e Serviços	Ecovias	Elog S.A.	Tecondi	Ecopistas
Agente fiduciário	Oliveira Trust DTVM S.A.	Oliveira Trust DTVM S.A.	Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Planner Trustee DTVM Ltda.
Classificação de risco	brAAA	brAAA	Não aplicável	Não aplicável	brAA+
Garantias	Não aplicável	Penhor de 99,99% das ações e cessão fiduciária de direitos creditórios do pedágio	Alienação fiduciária de 51% das ações da Elog e cessão fiduciária de 51% das cotas da empresa Elog Logística Sul	Alienação fiduciária de 100% das ações da Tecondi/ Termares/ Termlog - fiança provisória da EcoRodovias Infraestrutura	Alienação fiduciária de 100% das ações da Ecopistas e alienação fiduciária de 100% dos créditos oriundos do pedágio
Cláusulas de repactuação	Não há cláusulas de repactuação	Não há cláusulas de repactuação	Não há cláusulas de repactuação	Não há cláusulas de repactuação	Não há cláusulas de repactuação

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

	31/12/2012			31/12/2011		
	Parcela	Custo	Total	Parcela	Custo	Total
2013	-	-	-	332.042	(3.566)	328.476
2014	187.075	(5.313)	181.762	206.143	(2.246)	203.897
2015	147.929	(4.788)	143.141	113.139	(1.596)	111.543
2016	231.493	(4.788)	226.705	60.474	(1.387)	59.087
2017	1.574.831	(18.802)	1.556.029	248.144	(6.582)	241.562
	2.141.328	(33.691)	2.107.637	959.942	(15.377)	944.565

A Taxa Interna de Retorno - TIR das transações está demonstrada a seguir:

Emissora	Série	Data	Valor nominal	Despesas com emissão	Valor líquido	Taxa de juros	TIR
Elog S.A. (*)	Série única	20/08/12	240.000	(5.690)	234.310	CDI + 1,60%	11,56%
EcoRodovias Concessões e Serviços	Debêntures - 1ª série	21/12/09	240.000	(6.196)	233.804	CDI + 1,50%	CDI + 1,09%
	Debêntures - 2ª série	21/12/09	160.000	(4.156)	155.844	8,75% + IPCA	5,20% + IPCA
	Debêntures - 3ª série	21/12/09	400.000	(10.502)	389.498	8,75% + IPCA	5,63% + IPCA
Ecovias	Debêntures - 1ª série	11/01/06	135.000	(2.677)	132.323	104,00% do CDI	107,00% do CDI
	Debêntures - 2ª série	11/01/06	157.500	(3.124)	154.376	9,50% + IGP-M	10,32% + IGP-M
	Debêntures - 3ª série	11/01/06	157.500	(3.124)	154.376	9,50% + IGP-M	10,35% + IGP-M
Ecopistas	Debêntures - 1ª série	15/01/12	92.500	(3.167)	89.333	8,25% + IPCA	8,84% + IPCA
	Debêntures - 2ª série	15/01/12	92.500	(3.167)	89.333	8,25% + IPCA	8,97% + IPCA
	Debêntures - 3ª série	15/01/12	92.500	(3.167)	89.333	8,25% + IPCA	8,91% + IPCA
	Debêntures - 4ª série	15/01/12	92.500	(3.167)	89.333	8,25% + IPCA	8,87% + IPCA
Tecondi	Série única	15/06/12	600.000	(4.267)	595.733	CDI + 1,85%	11,89%
			2.460.000	(52.404)	2.407.596		

(*) O valor total da captação das debêntures da controlada direta Elog S.A. foi de R$300.000 (R$240.000 são referentes a 80% da participação da EcoRodovias).

22. PARTES RELACIONADAS

A Companhia e suas controladas contratam serviços de seus acionistas ou de empresas a eles relacionadas, diretamente ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário e serviços administrativos e financeiros.

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, os saldos relativos a operações com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Ativo circulante-				
Serviço de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP (g)	-	-	63.239	61.442
	-	-	63.239	61.442
Ativo não circulante:				
Tecondi - Terminal para Contêineres da Margem Direita S.A. - AFAC (e)	6.450	-	-	-
Concessionárias de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul (a)	37	36	-	-
	6.487	36	-	-
Intangível:				
CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. (d)	-	-	5.631	9.094
TB Transportadora Betumes Ltda. (d)	-	-	1.087	313
SBS Engenharia e Construções Ltda. (b)	-	-	14.574	17.021
Consórcio Serra do Mar (c)	-	-	45.338	24.813
	-	-	66.630	51.241
Total do ativo	6.487	36	129.869	112.683

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Passivo circulante:				
SBS Engenharia e Construções Ltda. (b)	-	-	16	260
Consórcio Serra do Mar (c)	-	-	3.501	1.090
TB Transportadora Betumes Ltda. (d)	-	-	138	66
CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. (d)	-	-	1.508	371
Total do passivo	-	-	5.163	1.787

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Resultado:				
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul (a)	437	-	-	-
SBS Engenharia e Construções Ltda. (b)	-	-	240	367
TB Transportadora Betumes Ltda. (d)	-	-	606	24
CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. (d)	-	-	6.417	30
Serviço de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP (f)	-	-	5.212	5.007
	437	-	12.475	5.428

As operações com partes relacionadas estão apresentadas a seguir:

(a) Refere-se ao aluguel de imóvel onde está localizada a sede da Ecosul; o valor mensal do aluguel é de R$38.

(b) A SBS Engenharia e Construções Ltda. possui participação acionária de 10% na Ecosul e presta serviços de pavimentação e engenharia no complexo rodoviário e manutenção nas rodovias das controladas Ecosul e Ecovia. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre a Ecosul e a SBS Engenharia e Construções Ltda. é de R$2.346 e entre a Ecovia e a SBS Engenharia e Construções Ltda. é de R$14.000, incluindo aditivo contratual em ambos os contratos. Em 31 de dezembro de 2012, há um saldo de R$3.988 de serviços a incorrer com esses contratos. Os saldos em aberto a pagar têm vencimento em 45 dias, não estão sujeitos a encargos financeiros e não foram concedidas garantias aos credores.

(c) O Consórcio Serra do Mar, formado pelas partes relacionadas da controladora indireta EcoRodovias: CR Almeida Engenharia e Obras S.A. e Cigla Construtor Impregilo Associados S.A., e pela Impregilo SPA, presta serviços de construção de faixas operacionais, baias de emergência, travessia da terceira faixa da Rodovia Padre Manoel da Nóbrega, construção de viadutos na Rodovia Cônego Domênico Rangoni, pavimentação nas rodovias que compõem o Sistema Anchieta-Imigrantes e praças de pedágio da controlada indireta Ecovias. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre a controlada indireta Ecovias e o Consórcio Serra do Mar é de R$94.200, incluindo aditivo contratual; deste total, foram incorridos R$58.741, e há um saldo de R$35.459 de serviços a incorrer com esse contrato. Os saldos em aberto a pagar têm vencimento em 45 dias, não estão sujeitos a encargos financeiros e não foram concedidas garantias aos credores.

(d) A CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e TB Transportadora de Betumes Ltda., formadas pelas partes relacionadas da controladora indireta EcoRodovias: C.R. Almeida Engenharia e Obras S.A. e Cigla Construtor Impregilo Associados S.A., e pela Impregilo SPA, controladora indireta da EcoRodovias Infraestrutura, prestam serviços no fornecimento e transporte de material asfáltico à Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. e às Concessionárias das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas e Rodovias das Cataratas S.A. - Ecocataratas. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre a Companhia e a CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e TB Transportadora de Betumes Ltda. é de R$17.757, incluindo o aditivo contratual. Em 31 de dezembro de 2012, há um saldo de R$9.931 de serviços a incorrer com esse contrato. Os saldos em aberto a pagar têm vencimento em 45 dias, não estão sujeitos a encargos financeiros e não foram concedidas garantias aos credores.

(e) O saldo em aberto refere-se a um Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC.

A EcoRodovias Concessões e Serviços S.A., controlada direta da EcoRodovias Infraestrutura, presta serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. O valor anual dos contratos estabelecidos entre as empresas de serviços é de R$123.235, com vigência de 12 meses, vigorando de janeiro a dezembro de cada ano.

A Ecoporto Holding S.A. celebrou um contrato de mútuo com sua controlada direta da Aba Porto Participações S.A. O valor global firmado é de R$11.540; deste total há um saldo de R$11.562, já incidente de juros de 108% de CDI ao ano. O prazo de vencimento deste contrato de mútuo era 19 de agosto de 2012, tendo nessa data sido transformado em AFAC.

A Termares - Terminais Marítimos Especializados Ltda. celebrou um contrato de mútuo com sua coligada da Termlog Transportes e Logística Ltda. O valor global firmado é de R$1.000 e há um saldo de R$458. Os saldos em aberto a pagar têm vencimento indeterminado, e incidem juros de 1% ao ano.

A Termares - Terminais Marítimos Especializados Ltda. celebrou um contrato de mútuo com sua coligada Tecondi - Terminal para Contêineres da Margem Direita S.A. O valor global firmado é de R$42.950, e há um saldo de R$37.792. Os saldos em aberto a pagar têm vencimento indeterminado, e incidem juros de 1% ao ano.

A Termlog Transportes e Logística Ltda. presta serviços de transportes e remoções para as coligadas Termares - Terminais Marítimos Especializados Ltda. e Tecondi - Terminal para Contêineres da Margem Direita S.A., sendo o preço tabelado por unidade de transporte, variando entre R$110,00 e R$160,00 por carga. No exercício findo em 31 de dezembro de 2012 a Termlog faturou R$43.206 para a Tecondi e R$863 para a Termares. O prazo de vencimento destes contratos é em 1º de outubro de 2012.

(f) A parte relacionada Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP, controlada direta, presta serviços de administração à gestão dos meios de pagamentos "Sem Parar". O saldo a receber de R$63.239 tem vencimento de até 45 dias, não está sujeito a encargos financeiros e não foram concedidos garantias e avais.

Remuneração dos administradores

Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, pela direção e pelo controle das atividades da Companhia e de suas controladas, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (ordenados, salários, participação nos lucros, assistência médica, habitação, bens ou serviços gratuitos ou subsidiados), contabilizados na rubrica "Despesas gerais e administrativas".

Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; e (d) plano de opção com base em ações.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 em R$14.184 (R$12.515 para o exercício de 2011).

A remuneração paga aos administradores no exercício está demonstrada a seguir:

	31/12/2012	31/12/2011
Salários e ordenados	4.687	6.032
Plano de opção com base em ações (vide nota explicativa nº 28.f))	1.458	2.086
Previdência Privada	267	240
Benefícios diretos e indiretos	4.881	4.397
	11.293	12.755

23. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)

Os valores registrados como provisão referem-se à manutenção da infraestrutura rodoviária, ajustados a valor presente a taxas que variam entre 9,62% e 11,73% ao ano. Os valores são provisionados por trecho de rodovia, e as intervenções ocorrem, em média, a cada cinco anos.

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	31/12/2010	Adição	Pagamento	Efeito financeiro	31/12/2011
Constituição da provisão para manutenção	338.604	91.087	-	-	429.691
Efeito do valor presente sobre constituição	(79.351)	(18.254)	-	-	(97.605)
Realização da manutenção	(146.573)	-	(60.679)		(207.252)
Ajuste a valor presente - realizações	32.173	-	-	14.538	46.711
	144.853	72.833	(60.679)	14.538	171.545
Circulante	24.337				38.286
Não circulante	120.516				133.259

	31/12/2011	Adição	Pagamento	Efeito financeiro	31/12/2012
Constituição da provisão para manutenção	429.691	90.998	-	-	520.689
Efeito do valor presente sobre constituição	(97.605)	(15.885)	-	-	(113.490)
Realização da manutenção	(207.252)	-	(78.603)		(285.855)
Ajuste a valor presente - realizações	46.711	-	-	10.607	57.318
	171.545	75.113	(78.603)	10.607	178.662
Circulante	38.286				63.531
Não circulante	133.259				115.131

24. PROVISÃO PARA CONSTRUÇÃO DE OBRAS FUTURAS - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)

Os valores provisionados para construção de obras futuras são decorrentes dos gastos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia em contrapartida ao ativo intangível.

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	31/12/2010	Pagamento	Efeito financeiro	31/12/2011
Constituição da provisão para obras futuras	21.179	-	-	21.179
Efeito do valor presente sobre a constituição	(10.011)	-	-	(10.011)
Realização da construção	-	(4.339)	-	(4.339)
Ajuste a valor presente - realizações	5.861	-	1.766	7.627
	17.029	(4.339)	1.766	14.456
Circulante	10.143			12.527
Não circulante	6.886			1.929

	31/12/2011	Pagamento	Efeito financeiro	31/12/2012
Constituição da provisão para obras futuras	21.179	-	-	21.179
Efeito do valor presente sobre a constituição	(10.011)	-	-	(10.011)
Realização da construção	(4.339)	(3.087)	-	(7.426)
Ajuste a valor presente - realizações	7.627	-	812	8.439
	14.456	(3.087)	812	12.181
Circulante	12.527			2.141
Não circulante	1.929			10.040

25. CREDOR PELA CONCESSÃO - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)

	31/12/2012	31/12/2011
Parcelas fixas	65.432	69.390
Parcelas variáveis	3.047	2.791
	68.479	72.181
Circulante	18.158	17.082
Não circulante	50.321	55.099

Conforme o contrato de concessão da controlada Ecovias dos Imigrantes, firmado em 27 de maio de 1998, o pagamento do ônus fixo é subdividido em 240 parcelas fixas, mensais e consecutivas, com vencimentos a partir do mês de início de arrecadação, reajustáveis anualmente pela variação do IGP-M da Fundação Getúlio Vargas - FGV. Em 30 de dezembro de 2012, restam 64 parcelas a vencer e os pagamentos corresponderam a 73,33% do total (68,33% em 31 de dezembro de 2011).

De acordo com o contrato de concessão da controlada Ecopistas, firmado em 18 de junho de 2009, o pagamento do ônus fixo foi subdividido em uma parcela à vista de 20% e o saldo restante em 18 parcelas fixas mensais, iguais e consecutivas, reajustáveis pela variação do IPCA-IBGE. Em 31 de dezembro de 2012, todas as parcelas haviam sido quitadas.

A parcela variável é calculada mensalmente com base em 3% da receita de arrecadação nas controladas Ecovias dos Imigrantes e Ecopistas e em 1% na Ecosul.

As controladas Ecovias dos Imigrantes e Ecopistas mantêm em vigor coberturas de seguros contra riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as atividades abrangidas pela concessão. Todas as apólices de seguro incluem o Poder Concedente e a Companhia como cossegurados e possuem como prazo mínimo de vigência o período de 12 meses. As coberturas de seguro deverão ser mantidas em plena vigência até a assinatura do termo de devolução definitivo do sistema rodoviário. Além dos seguros exigíveis pela legislação aplicável, serão contratadas e mantidas em vigor, por todo o tempo da concessão, as coberturas de seguro dos tipos de riscos operacionais, riscos de engenharia e responsabilidade civil de empresas concessionárias de rodovias.

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

	31/12/2012	31/12/2011
2013	-	12.477
2014	13.452	11.394
2015	12.285	10.406
2016	11.219	9.503
Posteriores a 2017	13.365	11.319
	50.321	55.099

A movimentação do credor pela concessão está demonstrada a seguir:

	31/12/2012	31/12/2011
Saldo inicial	72.181	74.637
Variação monetária sobre credor pela concessão	9.813	9.548
Pagamento do principal	(13.515)	(12.004)
Saldo final	68.479	72.181

26. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Salários e outras obrigações a pagar	6.187	4.005	19.156	10.630
INSS a recolher	214	175	3.177	2.537
FGTS a recolher	74	63	415	966
IRRF a recolher	288	262	1.920	1.324
Provisão de férias e 13º salário a pagar	826	741	24.232	10.529
Contribuição sindical a recolher	-	1	83	59
Encargos sobre provisões a recolher - INSS e FGTS	287	258	5.326	4.309
	7.876	5.505	54.309	30.354

As provisões de salários e encargos foram registradas no resultado da Companhia nas rubricas “Custos dos serviços prestados” e “Despesas gerais e administrativas”, de acordo com a alocação do empregado.

27. PROVISÃO PARA PERDAS TRIBUTÁRIAS, TRABALHISTAS E CÍVEIS - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)

Os diversos processos em andamento são de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal dos negócios da Companhia e de suas controladas. A provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis foi constituída para os processos cujas possibilidades de perda foram avaliadas como prováveis com base na opinião dos advogados e consultores legais da Companhia. A movimentação do exercício é conforme segue:

Natureza	31/12/2010	Adições	Pagamentos/ baixas	Atualização monetária	31/12/2011
Cível (a)	31.268	5.372	(11.960)	5.254	29.934
Tributária (b)	863	2.027	(221)	105	2.774
Trabalhista (c)	15.548	13.009	(10.732)	2.101	19.926
	47.679	20.408	(22.913)	7.460	52.634

Natureza	31/12/2011	Saldo com aquisição de nova empresa (*)	Adições	Pagamentos/ baixas	Atualização monetária	31/12/2012
Cível (a)	29.934	67.966	789	(6.198)	2.195	94.686
Tributária (b)	2.774	76	454	(88)	492	3.708
Trabalhista (c)	19.926	-	9.307	(2.490)	1.867	28.610
	52.634	68.042	10.550	(8.776)	4.554	127.004

(*) Vide nota explicativa nº 4.c).

(a) Processos cíveis

Correspondem principalmente a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos oriundos de acidentes ocorridos nas rodovias. A Companhia e suas controladas têm outros processos de natureza cível, totalizando R$61.929 em 31 de dezembro de 2012 (R$19.799 em 31 de dezembro de 2011), avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

Na operação de logística encontram-se principalmente processos envolvendo pleitos de indenização por avarias ou perdas, oriundos de sinistros ocorridos na operação de logística. A Companhia constitui provisão para os processos avaliados como perda provável no total de R$14.935.

A Ecovia possui uma ação civil pública proposta pelo Ministério Público do Estado de São Paulo por entender que a concessionária não cumpriu parte do pagamento referente à compensação ambiental relativo à construção da pista descendente da Rodovia dos Imigrantes. Os pedidos pleiteados em sede de tutela antecipada foram rejeitados e foi negado provimento ao agravo de instrumento interposto para reverter essa decisão. Atualmente, os autos principais da ação civil pública estão aguardando a devolução de carta precatória para citação da Ecovias. Foi estimado o valor de R$19.034 para esta causa e sua probabilidade de perda está avaliada como possível, portanto, sem constituição de provisão, em razão da fase processual e dos argumentos de defesa que serão apresentados nos autos da ação civil pública.

(b) Processos tributários

Em 31 de dezembro de 2012, existem também outros processos de natureza tributária que totalizam R$6.477 (R$12.944 em 31 de dezembro de 2011), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão. Os principais processos tributários são conforme segue:

(i) A controlada indireta Ecovias possuía um processo administrativo fiscal decorrente de auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil em São Bernardo do Campo - SP, por ter a fiscalização desconsiderado o regime de caixa no reconhecimento das receitas de variação cambial e, por consequência, exigido os valores devidos a título de IRPJ e CSLL. Em julho de 2012 foi dado ganho de causa em processo transitado em julgado sem desembolso para a Ecovias.

(ii) Processos administrativos fiscais decorrentes de auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil em Pelotas - RS, pelo não recolhimento de valores de IRPJ e CSLL relativos ao pagamento de participação nos lucros e resultados a diretores da controlada indireta Ecosul e ao questionamento quanto à taxa de depreciação de benfeitorias realizadas em imóveis objeto da concessão, cuja perda foi avaliada como possível pelos consultores legais.

(iii) Para a operação de logística, são mantidos os processos de natureza tributária que totalizam R$19.101 (R$446 em 31 de dezembro de 2011), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão, sendo o principal processo tributário o que segue:

(iv) Processo administrativo decorrente de auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil imputando alíquotas de 50% de Imposto de Importação - II e de 50% de Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI sobre base de cálculo arbitrada, alegando descrição genérica de produtos, além de extravio ou consumo de mercadorias importadas por terceiros, totalmente desvinculados e distintos da Companhia, mera prestadora de serviços de armazenagem e sem relação alguma com a operação de importação desses terceiros. O valor está previsto em R$19.896. O processo encontra-se em análise no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais e não houve constituição de provisão contábil, tendo em vista o entendimento dos consultores legais responsáveis pela condução do processo de que as chances de perda para esse caso são possíveis.

(c) Processos trabalhistas

Correspondem, principalmente, a pleitos de indenização por acidentes do trabalho e reclamações de horas extras, não existindo processos de valor individual relevante. Em 31 de dezembro de 2012, existem também outros processos de mesma natureza que totalizam R$40.221 (R$13.709 em 31 de dezembro de 2011), que foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

A controlada indireta Ecocataratas possui uma ação de responsabilidade subsidiária referente à reclamação trabalhista contra a Qualix Serviços Ambientais S.A., empresa pertencente ao Grupo Sideco (ex-acionista da Companhia). Em 1º de agosto de 2011, a Ecocataratas ofereceu carta de fiança pela qual o Banco Bradesco S.A. afiançou o valor da execução de R$6.439. A ação foi julgada procedente em primeira instância contra as reclamadas, tendo em 30 de novembro de 2012 sido constituída provisão de R$7.127. Por força do contrato de compra e venda celebrado entre a Sideco S.A. e a controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura, há o dever de indenização por parte dos ex-acionistas em caso de materialização da perda. Os consultores legais e a Administração avaliam a causa como perda possível, razão pela qual não foi constituída provisão.

28. PATRIMÔNIO LÍQUIDO - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, o capital social subscrito e integralizado de R$1.320.549 está representado por 558.699.080 ações ordinárias sem valor nominal.

b) Capital autorizado

Conforme o Estatuto Social, a Companhia fica autorizada a aumentar seu capital social para até R$2.000.000, mediante deliberação do Conselho de Administração, observadas as condições legais para a emissão e o exercício do direito de preferência.

c) Reserva de lucros - legal

É constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício ajustado, limitada a 20% do capital social.

d) Reserva de retenção de lucros - dividendos e orçamento de capital

Em 31 de dezembro de 2012, foi constituída reserva de lucros em razão da retenção de parte do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76 e do artigo 5º, parágrafo único, da Instrução CVM nº 469, de 2 de maio de 2008. Essa retenção referente ao exercício de 2012 está fundamentada em orçamento de capital, elaborado pela Administração e aprovado pelo Conselho de Administração, o qual será submetido à aprovação dos acionistas em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 25 de abril de 2013. A proposta de orçamento de capital está justificada pela necessidade de aplicação em capital de giro, que visará substancialmente à aplicação em novos investimentos. Caso a referida proposta seja aprovada pela Assembleia, parte dos recursos retidos será utilizada para investimentos contratuais nas concessionárias e/ou aquisição de novas empresas.

O saldo da reserva de orçamento de capital em 31 de dezembro de 2012 é de R$578.037 (R$388.105 em 31 de dezembro de 2011).

e) Dividendos propostos

Aos acionistas são garantidos dividendos e/ou juros sobre o capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido do exercício ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

O cálculo dos dividendos referentes aos exercícios findos é como segue:

	31/12/2012	31/12/2011
Lucro líquido do exercício	422.072	383.017
Reserva legal (5%)	(21.104)	(19.151)
Base de cálculo dos dividendos	400.968	363.866
Proposta da Administração:		
Dividendos intermediários pagos	145.768	140.078
Orçamento de capital	189.932	172.358
Dividendos adicionais propostos - classificados como constituição para reserva de dividendos	65.268	51.430

f) Reserva de capital - plano de opção com base em ações

Conforme deliberado em Assembleia Geral Extraordinária - AGE datada de 31 de agosto de 2010, foi aprovado Plano Geral para Outorga de Opção de Compra de Ações da Companhia aos diretores e empregados. O Conselho de Administração é o responsável por definir e administrar o referido plano.

O plano de opção com base em ações tem como objetivo permitir que os beneficiários se tornem acionistas da Companhia de maneira que atuem de forma direta e ativa na busca por resultados positivos da Companhia. São elegíveis para participar membros do Conselho de Administração, diretores da Companhia e de suas controladas e empregados-chave que não sejam administradores estatutários, incluindo aqueles das controladas da Companhia.

A outorga de opções deve respeitar o limite máximo de até 2% de ações ordinárias do capital social efetivamente emitidas pela Companhia, ações estas que deverão ser apenas ações em tesouraria.

O Conselho de Administração fixará os termos e as condições de cada opção em contrato de outorga de opção de compra de ações (“contrato”), a ser celebrado entre a Companhia e cada beneficiário.

O preço das opções corresponderá ao valor da ação da Companhia, atualizado monetariamente pelo IPCA ou outro índice de base de apuração equivalente que seja escolhido pela Assembleia Geral da Companhia.

O Conselho de Administração disponibilizou 3.421.883 ações ordinárias para esse plano, como segue:

Data	1ª Outorga 31/08/2010	2ª Outorga 22/03/2011	3ª Outorga 25/04/2012
Quantidade de opções de ações	685.764	1.212.045	1.524.074
Preço de período - R$ por ação	R$9,95	R$13,06	R$13,58
Índice de reajuste	IPCA	IPCA	IPCA

A Companhia reconhece no resultado, durante o exercício de prestação dos serviços, o prazo de carência e o custo com a remuneração aos beneficiários com base no valor justo das opções na data da outorga, utilizando o modelo Black-Scholes para a precificação do valor justo das opções. No exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foi registrado na rubrica "Plano de opção com base em ações" o valor de R$1.458 (R$2.086 em 31 de dezembro de 2011).

A Companhia efetuará a liquidação desse plano de opção com base em ações entregando ações de sua própria emissão que serão mantidas em tesouraria até o efetivo exercício das ações por parte dos beneficiários.

As variações nas quantidades de opções de compra de ações estão apresentadas a seguir:

	1ª Outorga	2ª Outorga	3ª Outorga	Total
Em 31 de dezembro de 2010	685.764	-	-	685.764
Outorgadas	-	1.212.045	-	1.212.045
Exercidas	(21.942)	-	-	(21.942)
Canceladas	(17.553)	-	-	(17.553)
Em 31 de dezembro de 2011	646.269	1.212.045	-	1.858.314
Outorgadas	-	-	1.524.074	1.524.074
Exercidas	(257.410)	(196.899)	-	(454.309)
Em 31 de dezembro de 2012	388.859	1.015.146	1.524.074	2.928.079

O valor justo das opções de compra de ações foi estimado na data de concessão das opções utilizando-se o modelo de precificação de opções Black-Scholes.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, foram exercidas 454.309 ações ordinárias, pelo preço médio de R$12,42 por ação.

A aquisição do direito ao exercício da opção ocorrerá na forma e nos prazos apresentados a seguir:

Ano	Preço médio do período por ação em R$	Quantidade de ações	Valor justo médio da opção em R$	Total	Prazo para exercer
2013	13,12	855.470	7,36	6.296	11 meses
2014	13,12	855.470	9,07	7.759	23 meses
2015	14,03	684.030	6,15	4.207	35 meses
2016	13,92	381.020	2,79	1.063	47 meses
		2.775.990		19.325	

g) Ações em tesouraria

Em 31 de agosto de 2010, o Conselho de Administração aprovou o Primeiro Programa de Recompra de Ações. Esta recompra ocorrerá sem redução de capital social e com a utilização de reservas, para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, bem como para revenda, recolocação no mercado ou lastro para planos de opção com base em ações da Companhia, observados: (1) as normas expedidas pela CVM e demais disposições legais aplicáveis, em especial o artigo 30, parágrafo 1º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1980 (alterada pela Instrução CVM nº 10); (2) o artigo 14, inciso XIV, do Estatuto Social da Companhia; e (3) os termos e as condições a seguir:

- Prazo: 365 dias a contar de 31 de agosto de 2010.

- Quantidade de ações em circulação no mercado: 144.003.000 ações ordinárias em circulação no mercado

- Quantidade de ações a serem adquiridas: serão adquiridas, no máximo, 4.000.000 de ações ordinárias.

Em 30 de maio de 2012, o Conselho de Administração aprovou o Segundo Programa de Recompra de Ações. Esta recompra ocorrerá sem redução de capital social e com a utilização de reservas, para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, bem como para revenda, recolocação no mercado ou lastro para planos de opção com base em ações da Companhia, observados: (1) as normas expedidas pela CVM e demais disposições legais aplicáveis, em especial o artigo 30, parágrafo 1º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1980 (alterada pela Instrução CVM nº 10); (2) o artigo 14, inciso XIV, do Estatuto Social da Companhia; e (3) os termos e as condições a seguir:

- Prazo: 365 dias a contar de 30 de maio de 2012.

- Quantidade de ações em circulação no mercado: 143.737.879 ações ordinárias em circulação no mercado.

Quantidade de ações a serem adquiridas: serão adquiridas, no máximo, 1.500.000 ações ordinárias.

As ações em tesouraria possuem como finalidade a liquidação das opções quando da outorga do plano de opções de ações (vide nota explicativa nº 28.f)).

Cabe à Administração da Companhia definir a oportunidade e a quantidade de ações a ser adquirida, dentro dos limites autorizados.

A movimentação das ações em tesouraria está assim representada:

	Controladora (BR GAAP) e Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
	Ações	Valor	Custo médio - R$ por ação
Saldo final em 31 de dezembro de 2011	149.502	(2.011)	13,45
Outorgadas em março de 2012	(137.877)	1.856	13,46
Recompra em junho de 2012	303.009	(4.857)	16,03
Outorgadas em junho de 2012	(109.729)	1.740	15,85
Recompra em agosto de 2012	177.486	(2.902)	16,35
Outorgadas em agosto de 2012	(11.900)	191	16,03
Outorgadas em setembro de 2012	(105.370)	1.715	16,27
Outorgadas em outubro de 2012	(89.433)	1.443	16,14
Saldo final em 31 de dezembro de 2012	175.688	(2.825)	16,08

A Companhia mantém em tesouraria 175.688 ações ordinárias calculadas com base na cotação média do último dia de pregão em 28 de dezembro de 2012, de R$17,30. O valor total dessas ações, cujo cálculo tem como base a cotação média do pregão de 28 de dezembro de 2012, é de R$3.039.

A Companhia constituiu reserva para futura compra de ações para seu plano de opção com base em ações a empregados de R$31.867, transferida para a rubrica “Reserva de capital”, conforme determinado em Estatuto Social.

h) Participações dos acionistas não controladores

	31/12/2012	31/12/2011
Saldo inicial	3.041	6.664
Participação nos lucros	4.875	4.549
Aporte de capital de acionista não controlador	15.001	-
Pagamento de dividendos à acionista não controlador	(5.104)	(8.172)
Saldo final	17.813	3.041

29. IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS - ISS

Ecovias

Em 1999, os serviços de exploração de rodovias foram incluídos na lista de serviços tributados pelo ISS. A controlada indireta iniciou negociações com o Poder Concedente para obter reequilíbrio financeiro do contrato, visto que não foi considerada a incidência desse imposto na tarifa de pedágio. Em 2001, a Companhia iniciou o recolhimento do ISS para as prefeituras dos municípios abrangidos pelo Sistema Anchieta-Imigrantes, conforme regulamentação por parte destas (exceto para a Prefeitura do Município de São Paulo, a qual não regulamentou o imposto naquele ano).

Uma vez que esse tributo não foi previsto na proposta da concessão, a Companhia, por meio dos preceitos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato e aprovação pelo Poder Concedente, através do Termo Aditivo e Modificativo "TAM" 08/2006, compensou, até 30 de novembro de 2011 (vigência do referido termo), o valor de R$241.659 pago às prefeituras com os valores referentes ao ônus da concessão.

Assim, a partir de 1º de dezembro de 2011, a controlada indireta Ecovias não efetua a compensação do ISS com os valores de outorga fixa.

30. RECEITA LÍQUIDA - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)

	31/12/2012	31/12/2011
Receita com arrecadação de pedágio:		
Pedágio em numerário	695.687	664.295
Pedágio por equipamento eletrônico (a)	697.603	586.058
Vale-pedágio e pedágio em cupons	152.624	135.868
Outras	2.267	3.437
	1.548.181	1.389.658
Receitas de construção (vide nota explicativa nº 38.c))	298.540	199.435
Receita de logística e de prestação de serviços (b) e (d)	365.871	342.185
Receitas portuárias (e)	385.762	-
Receitas acessórias (c)	58.791	53.835
Receita bruta	2.657.145	1.985.113
Deduções de receita - PIS, Cofins e ISS (e) e (f)	(248.038)	(157.742)
Receita líquida	2.409.107	1.827.371

(a) Refere-se às receitas de prestação via pedágio eletrônico.

(b) Refere-se às receitas das empresas de logística relativas ao pátio de estacionamento de caminhões, depósito e reparos de contêineres e de Recinto Especial para Despacho Aduaneiro de Exportação - Redex.

(c) Referem-se a outras receitas das concessionárias de rodovias, como arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa de domínio, venda de publicidade, implantação e concessão de acessos e outros.

(d) Refere-se à receita de prestação de serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas.

(e) Referem-se às receitas auferidas pelas empresas que atuam no Porto de Santos: Tecondi, Termares e Termlog, adquiridas em maio e junho de 2012 (conforme nota explicativa nº 4.c)).

(f) A partir de 1º de dezembro de 2011, a controlada indireta Ecovias não efetua a compensação do ISS com os valores de outorga fixa (vide nota explicativa nº 29).

31. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS - POR NATUREZA

Controladora (BR GAAP)	31/12/2012	31/12/2011
Pessoal	25.001	20.653
Conservação e manutenção	760	548
Serviços de terceiros	15.457	14.596
Seguros (vide nota explicativa nº 37)	646	111
Depreciações e amortizações	1.110	999
Locação de imóveis e máquinas	1.689	1.759
Outras despesas operacionais	3.759	2.727
	48.422	41.393
Classificados como-		
Despesas gerais e administrativas	48.422	41.393

Consolidado (IFRS e BR GAAP)	31/12/2012	31/12/2011
Pessoal	326.612	212.373
Conservação e manutenção	53.823	69.697
Serviços de terceiros (*)	299.220	143.755
Seguros (vide nota explicativa nº 37)	21.020	13.090
Depreciação e amortização	237.426	168.230
Poder Concedente	39.284	48.363
Locação de imóveis, máquinas e empilhadeiras	51.718	42.383
Provisão para manutenção	75.113	80.312
Custo de construção de obras	298.540	199.435
Outros custos e despesas operacionais	102.570	61.285
	1.505.326	1.038.923
Classificados como:		
Custo dos serviços prestados	1.162.350	810.823
Despesas gerais e administrativas	342.976	228.100
	1.505.326	1.038.923

(*) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de consultoria e assessoria de R$71.649, serviços de frete de R$28.892, limpeza e vigilância de R$20.521, comissão e corretagem de R$39.481 e outros serviços de terceiros de R$138.677.

32. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Receitas financeiras:				
Receita de aplicações financeiras	13.996	28.663	60.891	95.586
Variação monetária sobre empréstimos e financiamentos	-	-	1.790	6.355
Outras	1.626	1.687	19.876	5.388
	15.622	30.350	82.557	107.329
Despesas financeiras:				
Juros sobre debêntures	-	-	(154.652)	(153.756)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(26.247)	-	(65.267)	(34.246)
Variação monetária sobre debêntures	-	-	(60.217)	(49.918)
Variação monetária sobre direito de outorga	-	-	(9.813)	(9.548)
Amortização de custos com emissão de debêntures	-	-	(8.843)	(4.715)
Amortização de custos com notas promissórias	(3.432)	-	(3.432)	-
Ajuste a valor presente - interpretação técnica ICPC 01	-	-	(11.419)	(16.304)
Despesas bancárias	(92)	(40)	(2.988)	(2.669)
Variação cambial sobre financiamentos	-	-	(8.633)	-
Outras	(4.199)	(3.089)	(22.245)	(19.253)
	(33.880)	(3.129)	(347.509)	(290.409)
Resultado financeiro	(18.258)	27.221	(264.952)	(183.080)

33. LUCRO POR AÇÃO

Controladora e Consolidado (IFRS e BR GAAP)	31/12/2012	31/12/2011
Lucro básico por ação das operações continuadas	0,76	0,69
Lucro diluído por ação das operações continuadas	0,75	0,68

a) Lucro básico por ação

O lucro e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro básico por ação são os seguintes:

Controladora e Consolidado (IFRS e BR GAAP)	31/12/2012	31/12/2011
Lucro do exercício atribuível aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração do lucro básico por ação	422.072	383.017
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro básico por ação	558.699	558.699

b) Lucro diluído

O lucro utilizado na apuração do lucro por ação diluído é o seguinte:

	31/12/2012	31/12/2011
Lucro utilizado na apuração do lucro diluído por ação	422.072	383.017

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro por ação diluído é conciliada com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do lucro básico por ação, como segue:

Controladora e Consolidado (IFRS e BR GAAP)	31/12/2012	31/12/2011
Quantidade média ponderada de ações ordinárias utilizadas na apuração do lucro básico por ação	558.699	558.699
Potencial incremento nas ações ordinárias em virtude do plano de opção com base em ações	1.458	1.721
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro diluído por ação	560.157	560.420

34. PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS

A Companhia e suas controladas têm como política a administração de participação nos resultados a seus empregados, vinculada a um plano de metas e objetivos específicos, que são estabelecidos e pagos em conformidade com o acordo coletivo de trabalho e com o sindicato da categoria. No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a participação nos lucros e resultados foi de R$12.143 (R$7.055 em 31 de dezembro de 2011), a qual foi apropriada ao resultado nas rubricas “Custo dos serviços prestados” e “Despesas gerais e administrativas”.

35. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)

O Grupo EcoRodovias administra seu capital para assegurar que as empresas que pertencem a ele possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estratégia geral da Companhia permanece inalterada desde 2010.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (empréstimos e financiamentos, notas promissórias, arrendamento mercantil financeiro e debêntures detalhados nas notas explicativas nº 19, nº 20 e nº 21, deduzidos pelo caixa e pelos saldos de caixa e equivalentes de caixa) e pelo patrimônio líquido da Companhia (que inclui capital emitido, reservas, lucros acumulados e participações dos acionistas não controladores, conforme apresentado na nota explicativa nº 28).

A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital.

A Companhia revisa semestralmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital.

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, a Companhia e suas controladas não possuem instrumentos financeiros derivativos.

Risco de mercado

a) Exposição a riscos cambiais

   A Companhia e suas controladas diretas e indiretas não apresentavam saldo de ativo ou passivo relevante denominado em moeda estrangeira.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

   A Companhia, por meio de suas controladas, está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP, do IPCA, do IGP-M e do CDI, relativos a empréstimos, financiamentos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Considerações gerais

- A Administração da Companhia e de suas controladas elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações financeiras são definidas como empréstimos e recebíveis.

- Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários - vinculados: são formados por CDBs, remunerados a taxas que variam de 80% a 102,5% do CDI, e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.

- Clientes: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis e estão registrados pelos valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.

- Empréstimos, financiamentos, arrendamento mercantil financeiro e debêntures: classificados como outros passivos financeiros; portanto, não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos valores contratuais de cada operação, conforme demonstrado nas notas explicativas nº 19, nº 20 e nº 21.

Índice de endividamento

Os índices de endividamento são os seguintes:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Dívida (a)	574.108	-	3.284.512	1.748.344
Caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários - vinculados	(435.621)	(87.066)	(1.026.072)	(671.858)
Dívida líquida	138.487	(87.066)	2.258.440	1076.486
Patrimônio líquido (b)	2.107.576	1.882.060	2.125.487	1.885.101
Índice de endividamento líquido	0,07	-	1,06	0,57

(a) A dívida é definida como empréstimos e financiamentos, arrendamento mercantil, debêntures e credor pela concessão circulantes e não circulantes, conforme detalhado nas notas explicativas nº 19, nº 20, nº 21 e nº 25.

(b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

Os valores contábil e de mercado dos principais instrumentos financeiros consolidados da Companhia e de suas controladas em 31 de dezembro de 2012 são como segue:

	Classificação	Saldo contábil	Valor justo
Ativos:			
Caixa e bancos	Empréstimos e recebíveis	33.676	33.676
Clientes (a)	Empréstimos e recebíveis	254.032	254.032
Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários (b)	Empréstimos e recebíveis	992.396	992.396
Passivos:			
Fornecedores (a)	Outros passivos financeiros	150.138	150.138
Empréstimos e financiamentos (c)	Outros passivos financeiros	969.068	907.104
Arrendamento mercantil financeiro	Outros passivos financeiros	663	663
Debêntures (d)	Outros passivos financeiros	2.314.781	2.759.709
Credor pela concessão (e)	Outros passivos financeiros	68.479	81.988

(a) Os saldos das rubricas “Clientes” e “Fornecedores” possuem prazo de vencimento substancialmente em até 45 dias; portanto, aproximam-se do valor justo esperado pela Companhia.

(b) Os saldos de aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários aproximam-se do valor justo na data do balanço.

(c) Calculados por meio de fluxo de caixa descontado de acordo com a taxa de 5,43% ao ano, com base nas parcelas a vencer.

(d) As debêntures foram calculadas através das cláusulas de recompra ou resgate antecipado incluídas nos prospectos das debêntures e conforme o Preço Unitário - PU atualizado em 31 de dezembro de 2012.

(e) Calculado excluindo o ajuste a valor presente das parcelas fixas da rubrica "Credor pela concessão".

As referidas taxas e PUs utilizados para as projeções de mercado foram extraídos das seguintes fontes externas independentes: www.cetip.com.br, www.bcb.gov.br, www.ibge.gov.br, www.fgv.br, www.fiduciario.com.br, www.oliveiratrust.com.br.

a) Riscos da taxa de câmbio

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras e empréstimos circulantes e não circulantes indexados à variação de índices de inflação. Esse risco é administrado pela Companhia através da manutenção de empréstimos a taxas de juros prefixadas e pós-fixadas.

O risco da taxa de câmbio é decorrente da possibilidade de oscilação das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela controlada indireta Ecopátio Logística Cubatão Ltda., com quem possui os contratos de financiamento de equipamentos em moeda estrangeira.

Em 31 de dezembro de 2012, as controladas indiretas Ecopátio Logística Cubatão Ltda., Elog Logística Sul Ltda. e Elog S.A. (anteriormente denominada Elog Sudeste S.A.) possuem os seguintes contratos em moeda estrangeira:

	31/12/2012	
Credor	R$	Moeda
Finimp	341	US$
Finimp Linde	586	€
Cargotec Sweden AB	512	US$
Cargotec Sweden AB	1.495	€
Nordea Bank Finland PLC	1.518	€

b) Risco da taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia e de suas controladas decorre de aplicações financeiras e empréstimos circulantes e não circulantes em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação. Esse risco é administrado pela Companhia através da manutenção de empréstimos a taxas de juros prefixadas e pós-fixadas.

A exposição do Grupo EcoRodovias às taxas de juros de ativos e passivos financeiros está detalhada no item Gerenciamento de risco de liquidez desta nota explicativa.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia e suas controladas vêm aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

c) Risco de crédito

Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros que, potencialmente, sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito e consistem, primariamente, em caixa e bancos, aplicações financeiras e clientes.

A Companhia mantém contas-correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia apresentava valores a receber da empresa Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP de R$63.239 (R$61.442 em 31 de dezembro de 2011), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"), registrados na rubrica "Clientes".

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela Companhia, que possui um modelo apropriado de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva - % a.a.	Próximos 12 meses	Entre 13 e 24 meses	Entre 25 e 36 meses	37 meses em diante
BNDES	TJLP + 2,45% a.a.	19.206	20.264	20.803	78.131
Capital de giro	CDI + 2,032% a.a.	13.556	12.721	-	-
Capital de giro	111,6% do CDI	158.259	-	-	-
Finame	TJLP + 4,16% a.a.	2.334	2.394	2.343	3.186
Finame	7,72 a.a.	2.264	2.134	2.004	2.761
CDC	14,03% a.a.	100	92	-	-
Equipamentos (moeda estrangeira) EUR	VC + 8,01% a.a.	1.821	1.191	806	190
Equipamentos (moeda estrangeira) US$	VC + 5,08% a.a.	3.752	3.777	3.449	1.859
Notas promissórias	108% do CDI	576.247	-	-	-
Ampliação de cais	12,40% a.a.	593.595	-	-	-
Banco De Lage Landen Brasil	14,84% a.a.	354	-	-	-
Debêntures	IGP-M + 9,50% a.a.	112.896	106.980	-	-
Debêntures	IPCA + 8,25% a.a.	46.441	50.558	56.866	745.078
Debêntures	IPCA + 5,25% a.a.	43.915	46.718	48.702	1.159.825
Debêntures	CDI + 0,79% a.a.	19.040	19.172	23.050	293.563
Debêntures	CDI + 1,85% a.a.	55.867	115.710	145.181	596.759
Debêntures	CDI + 1,60% a.a.	26.153	51.457	76.652	292.427
Debêntures	104% do CDI	35.603	-	-	-
Credor pela concessão	IGP-M	18.158	13.452	12.285	24.584
Arrendamento mercantil financeiro	17,36% a.a.	562	58	-	-

Análise de sensibilidade

Risco de variação nas taxas de juros

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no fim do exercício. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo que o valor do passivo em aberto no fim do exercício esteve em aberto durante todo o exercício.

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, da TJLP, do IPCA e do IGP-M, principais indicadores das debêntures contratados pela Companhia e por suas controladas:

		Juros a incorrer (*)		
Operação	Risco	Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
Juros sobre a 1ª série das debêntures - Ecovias	Alta do CDI	1.853	2.213	2.569
Juros sobre a 2ª e 3ª séries das debêntures - Ecovias	Alta do IGP-M	31.931	34.568	35.556
Juros sobre a 1ª série das debêntures - EcoRodovias	Alta do CDI	19.040	22.376	25.681
Juros sobre a 2ª e 3ª séries das debêntures - EcoRodovias Concessões e Serviços	Alta do IPCA	-	-	-
Juros sobre a 1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries das debêntures - Ecopistas	Alta do IPCA	1.594	1.687	1.781
Juros sobre debêntures - série única - Elog S.A.	Alta do CDI	20.923	23.598	26.248
Juros sobre debêntures - série única - Tecondi	Alta do CDI	55.867	60.846	65.779
Juros sobre notas promissórias	Alta do CDI	43.545	47.721	51.856
Empréstimos e financiamentos	Alta do CDI	18.128	21.903	25.673
Empréstimos e financiamentos	Alta da TJLP	9.186	10.327	11.462
Credor pela concessão	Alta do IGP-M	3.430	4.291	5.145

Os empréstimos em moeda estrangeira em aberto em 31 de dezembro de 2012 possuem taxa fixa de juros e foram mensurados ao custo amortizado.

Para fins de análise de sensibilidade de risco de taxa de juros, a Companhia adotou como critério demonstrar o efeito de juros a incorrer para os próximos 12 meses.

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, a Companhia e suas controladas estão apresentando o cenário provável definido com base na expectativa da Administração e mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado, apresentados, de acordo com a regulamentação, como cenário II e cenário III, respectivamente.

Risco de mudança nas taxas de câmbio

		Juros a incorrer (*)		
Operação	Risco	Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
Empréstimos e financiamentos	Alta do US$	541	677	812
Empréstimos e financiamentos	Alta do EUR	304	379	455

(*) Para fins de análise de sensibilidade de risco de taxa de juros, a Companhia adotou como critério demonstrar o efeito de juros a incorrer para os próximos 12 meses.

As taxas consideradas foram as seguintes:

Indicadores	Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
CDI (a)	7,3%	9,13%	10,95%
IGP-M (b)	5,9%	7,4%	9,0%
IPCA (c)	5,4%	6,8%	8,2%
TJLP (d)	5,5%	6,9%	8,3%
US$ (e)	2,10	2,625	3,15
EUR (f)	2,71	3,387	4,065

(a) Refere-se à taxa do CDI projetada para 12 meses.

(b) Refere-se à taxa do IGP-M projetada para 12 meses.

(c) Refere-se à taxa do IPCA projetada para 12 meses.

(d) Refere-se à taxa da TJLP projetada para 12 meses.

(e) Refere-se à taxa do dólar norte-americano projetada para 12 meses.

(f) Refere-se à taxa do euro projetada para 12 meses.

As referidas taxas utilizadas para as projeções de mercado foram extraídas das seguintes fontes externas independentes: www.cetip.com.br, www.bcb.gov.br, www.ibge.gov.br e www.fgv.br.

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia e de suas controladas.

36. PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)

Em junho de 2006, foi implantado o Plano de Previdência Privada, na modalidade de contribuição definida, cujos custos são perfeitamente previsíveis e passíveis de controle e administração, para o qual a Companhia e o empregado contribuem na mesma paridade de valores para os salários superiores a R$2,6, até o limite de 8% do salário nominal, e, para salários abaixo desse valor, a Companhia contribui com 1% do salário nominal do empregado. No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Companhia e suas controladas contribuíram com a quantia de R$1.534 (R$1.326 em 31 de dezembro de 2011), registrada na rubrica "Despesas gerais e administrativas".

37. SEGUROS CONTRATADOS - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)

A Companhia e suas controladas têm cobertura de seguros em virtude dos riscos existentes em suas operações. Os contratos de concessão obrigam as concessionárias a contratar e manter coberturas amplas de seguros, visando à manutenção e garantia das operações normais. As apólices cobrem responsabilidade civil, de acordo com o respectivo contrato de concessão, riscos de engenharia operacionais, entre eles problemas na fase de construção, alterações geológicas, incêndios e desastres naturais (enchentes e deslizamento de terra), danos à propriedade e perda de receita pela interrupção das rodovias.

Em 31 de dezembro de 2012, a especificação por modalidade de risco de vigência dos seguros da Companhia está demonstrada a seguir:

Modalidade	Cobertura
Seguro-garantia	R$1,6 milhão
Empilhadeiras e equipamentos	R$1,3 milhão
"All Risk" - responsabilidade civil	R$3,6 milhões
"All Risk" - patrimoniais e danos materiais	R$4,6 milhões
Seguro-sede	R$5,2 milhões
"All Risk" - perda de receita	R$837 milhões
Veículos	Tabela FIPE
"All Risk" - risco de engenharia	R$1,0 milhão
"All Risk" - operador portuário	US$900 milhões
Multirrisco	R$485 milhões

38. CONTRATOS DE CONCESSÃO - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

A Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. foi constituída em 21 de outubro de 1997 e tem como atividade principal a exploração, sob o regime de concessão, do Lote 006 do Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná, totalizando 136,7 km, constituídos por: (a) Rodovia BR-277, trecho entre a cidade de Curitiba e o Porto de Paranaguá, em uma extensão de 85,7 km; (b) Rodovia PR-508, trecho entre a BR-277 e o município de Matinhos, em uma extensão de 32 km; e (c) Rodovia PR-407, trecho desde a BR-277 até Praia de Leste, em uma extensão de 19 km. O objeto da concessão consiste na recuperação, no melhoramento,

na manutenção, na operação e na exploração das rodovias pelo período de 24 anos, sendo a vigência da concessão até novembro de 2021, mediante a cobrança de tarifas de pedágio e de fontes alternativas de receita que podem advir de atividades relativas à exploração da rodovia e de suas faixas marginais, acessos ou áreas de serviço e lazer, inclusive as decorrentes de publicidade e multas por excesso de peso.

A controlada assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

a) Pagamento da verba anual de fiscalização em 12 parcelas mensais durante o período do contrato, sendo de R$60 mensais do início até o 11º ano e de R$66 mensais do 12º ano até o final do contrato.

b) Pagamento da verba para aparelhamento da Polícia Rodoviária. A verba destina-se a aparelhamento e equipamentos de uso da Polícia Rodoviária e será paga pelo valor de R$10 mensais até o 11º ano e de R$11 mensais do 12º ano ao final do contrato.

c) Restauração, conservação de rotina e manutenção do pavimento dos trechos rodoviários de acesso, conforme a seguir (exceto operação):

- 2,6 km da Rodovia PR-804, trecho entre a BR-277 e a PR-408.
- 13,2 km da Rodovia PR-408, trecho entre Morretes e a BR-277.
- 9,6 km da Rodovia PR-408, trecho entre a PR-340 e Morretes.
- 13 km da Rodovia PR-411, trecho entre a PR-410 (São João da Graciosa) e Morretes.

Os valores anteriormente mencionados são corrigidos na mesma proporção e data do reajuste das tarifas de pedágio.

O contrato de concessão da Ecovia foi classificado como ativo intangível. O ativo intangível é reconhecido à medida que ela tenha o direito de cobrar dos usuários os serviços públicos.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão como segue:

	31/12/2012	31/12/2011
Receita de construção	28.744	23.632
Custos de construção	(28.744)	(23.632)
	-	-

De acordo com o contrato de concessão, a Ecovia não possui compromissos futuros; as obras realizadas são para manutenção do sistema rodoviário.

Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.

A Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. iniciou suas atividades em 29 de maio de 1998 e tem como objeto social exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, do sistema rodoviário constituído pelo Sistema Anchieta-Imigrantes, de acordo com os termos de concessão outorgados pelo Governo do Estado de São Paulo.

O Sistema Anchieta-Imigrantes, com extensão total de 176,8 km, é constituído basicamente por: (a) Rodovia Anchieta (SP-150 - entre o km 9,7 e o km 65,6); (b) Rodovia dos Imigrantes (SP-160 - entre o km 11,5 e o km 70,0); (c) Interligação Planalto (SP-041 - em uma extensão de 8 km); (d) Interligação Baixada (SP-059 - em uma extensão de 1,8 km); (e) Rodovia Padre Manoel da Nóbrega (SP-055/170 - entre o km 270,6 e o km 292,2); e (f) Rodovia Cônego Domênico Rangoni (SP-055/248 - entre o km 0 e o km 8,4 e entre o km 248,0 e o km 270,6).

A concessão, pelo prazo de 20 anos e mediante a cobrança de pedágio, consiste na manutenção e melhoria dos sistemas de operação, construção da pista descendente da Rodovia dos Imigrantes, recuperação das rodovias existentes, construção de pistas marginais, implantação de sistemas de controle de tráfego e atendimento aos usuários, conservações preventivas, implantação de sistemas eletrônicos de gestão e arrecadação de pedágio.

Em 21 de dezembro de 2006, através do Termo Aditivo e Modificativo nº 10, a controlada obteve a prorrogação do prazo de concessão por mais 70 meses, em virtude do reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão. O contrato de concessão possui vigência até março de 2024.

Em 13 de novembro de 2012, através do Termo Aditivo nº 16, a Companhia obteve a prorrogação do prazo de concessão por mais 18 meses e 11 dias, em virtude do reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, em decorrência da inclusão de novas obras e serviços, em um montante de R$328.719, que incluem a remodelação do trevo localizado no km 55 da Rodovia Anchieta, com a implantação de um anel viário, interligando as Rodovias Anchieta, Cônego Domênico Rangoni, Imigrantes e Padre Manoel da Nóbrega, e a construção de uma terceira faixa em ambos os sentidos da Rodovia Cônego Domenico Rangoni, entre o km 270 e o km 262 na região do Polo Industrial de Cubatão. O contrato de concessão possui vigência até setembro de 2026.

A controlada assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

a) Ampliação principal:

- Duplicação da Rodovia dos Imigrantes entre o km 41,0 e o km 58,0 (pista descendente), com término inicialmente previsto para o primeiro semestre de 2003. Esse compromisso foi cumprido antecipadamente em 17 de dezembro de 2002, com a entrega da obra.

b) Pagamento de:

- Direito de outorga, em parcelas mensais de valores definidos durante o período de concessão, no total de R$87.000 (R$44.857 ajustados a valor presente), acrescido de atualização monetária com base na variação do IGP-M.

- 3% da arrecadação sobre as receitas derivadas da exploração do sistema rodoviário.

Ao término do período da concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A concessionária terá direito à indenização correspondente ao saldo amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão.

O contrato de concessão da Ecovias foi classificado como ativo intangível. O ativo intangível é reconhecido à medida que ela tenha o direito de cobrar dos usuários os serviços públicos.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão como segue:

	31/12/2012	31/12/2011
Receita de construção	75.956	73.343
Custos de construção	(75.956)	(73.343)
	-	-

Em 31 de dezembro de 2012, os investimentos para atender aos compromissos futuros da Companhia estão estimados em R$412.258 (R$450.163 em 31 de dezembro de 2011).

Em decorrência da Deliberação do Conselho Diretor da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transportes do Estado de São Paulo ("ARTESP" ou "Poder Concedente"), de 27 de julho de 2011, o Poder Concedente elaborou e a Companhia concordou com o Termo Aditivo e Modificativo ("TAM") em 15 de dezembro de 2011, que prevê a substituição do índice de reajuste das tarifas de pedágio do IGP-M para o IPCA, a fim de uniformizar toda a sistemática de reajuste de tarifas de pedágios de rodovias, sendo mantidos a periodicidade anual e o mês de referência do ajuste. A alteração do índice do reajuste implicará a revisão contratual em base anual perante o Poder Concedente, para verificação de existência de desequilíbrio econômico decorrente da utilização do novo índice, que poderá determinar o reequilíbrio em favor da Companhia ou do Poder Concedente, através de alteração do prazo de concessão ou por outra forma definida em comum acordo entre as partes. As cláusulas do TAM entrarão em vigor a partir da autorização do Secretário Estadual de Logística e Transportes, que condicionou a sua aplicação a partir de 1º de julho de 2013.

Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas

A Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas foi constituída em 3 de novembro de 1997 e tem por objeto social a exploração do Lote 003 da Rodovia BR-277 (trecho de 387,1 km localizado entre o município de Guarapuava, na região central do Estado do Paraná, e o município de Foz do Iguaçu, no extremo oeste do mesmo Estado), conforme disposto em contrato de concessão assinado em 14 de novembro de 1997, resultante da Concorrência Pública Internacional nº 003/96 DER/PR, concedida pelo Estado do Paraná, mediante a cobrança de pedágio e a prestação de serviços inerentes, acessórios e complementares à concessão, incluindo, mas sem limitação, obras e serviços de recuperação, melhoramento, manutenção, conservação, operação, expansão da capacidade de operação e exploração da rodovia principal e recuperação, conservação e manutenção de trechos rodoviários de acesso do Lote 003, bem como desenvolvimento e aplicação de sistemas de sinalização, informação, comunicação, segurança, serviços de pesagem, atendimento mecânico, resgate e atendimento médico de primeiros socorros. Com relação a esse contrato de concessão, diversos aspectos estão sendo discutidos, inclusive judicialmente, desde o final do ano 2002, pela Administração da Ecocataratas e pelo Governo do Estado do Paraná.

O prazo de duração da Ecocataratas é indeterminado, mas será estendido, no mínimo, pela vigência de 24 anos da concessão (o prazo final da concessão é 13 de novembro de 2021).

Em 7 de fevereiro de 2008, a Ecocataratas teve seu controle acionário adquirido pela EcoRodovias Concessões e Serviços S.A., com transferência de 100% das ações representativas do capital social.

A Ecocataratas assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

a) Pagamento de verba anual de fiscalização em 12 parcelas mensais de R$77 durante o período do contrato, reajustadas de acordo com os índices de reajuste das tarifas de pedágio. Em 31 de dezembro de 2012, a parcela reajustada é de R$216.

b) Restauração, conservação de rotina e manutenção do pavimento dos trechos rodoviários de acesso conforme segue (exceto operação):

- 7,64 km da Rodovia PR-474, trecho de acesso entre a BR-277 e o município de Campo Bonito - PR.
- 37,03 km da Rodovia PR-180, trecho de acesso entre a BR-277 e o distrito de Juvinópolis, município de Cascavel - PR.
- 13,58 km da Rodovia PR-590, trecho de acesso entre a BR-277 e o município de Ramilândia - PR.
- 13,59 km da Rodovia PR-874, trecho de acesso ao terminal turístico do município de Santa Terezinha de Itaipu - PR.

Os valores anteriormente mencionados são corrigidos na mesma proporção e data do reajuste das tarifas de pedágio.

Os bens que integram a concessão são as rodovias e os trechos rodoviários de acesso que compõem o sistema, compreendendo todas as edificações e demais bens móveis e imóveis que poderão ser cedidos pelo Departamento de Estradas de Rodagem - DER à Ecocataratas, de forma provisória, para que não ocorram interrupções nos serviços.

O contrato de concessão da Ecocataratas foi classificado como ativo intangível. O ativo intangível é reconhecido à medida que ela tenha o direito de cobrar dos usuários os serviços públicos.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão como segue:

	31/12/2012	31/12/2011
Receita de construção	50.661	6.437
Custos de construção	(50.661)	(6.437)
	-	-

Não ocorreram mudanças no contrato de concessão no decorrer do exercício.

De acordo com o contrato de concessão, a Ecocataratas não possui compromissos futuros; as obras realizadas são para manutenção do sistema rodoviário.

Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas

A Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas iniciou suas atividades em 18 de junho de 2009, sendo a vigência do contrato até junho de 2039, e tem como objeto social, pelo regime de concessão, a exploração, mediante percepção de pedágio e de receitas acessórias, nos termos e limites do contrato de concessão, do conjunto de pistas de rolamento do corredor Ayrton Senna e Carvalho Pinto, respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nele contidos, compreendendo:

a) SP-070 - Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto: início do trecho entre o km 11 e o km 190, no final da Marginal Tietê, São Paulo - SP; e final do trecho entre o km 130 e o km 400, no entroncamento com a BR-116, entre o km 117 e o km 400, Taubaté - SP.

b) SP-019: início do trecho entre o km 0 e o km 000, no entroncamento com a SP-070, entre o km 19 e o km 300, Guarulhos - SP; e final do trecho entre o km 2 e o km 400, início do Sítio do Aeroporto de Cumbica, Guarulhos - SP.

c) SPI-179/060 - interligação Ayrton Senna x Rodovia Presidente Dutra: início do trecho entre o km 0 e o km 000, no entroncamento com a BR-116, entre o km 179 e o km 000, Guararema - SP; e final do trecho entre o km 5 e o km 400, no entroncamento com a SP-070, entre o km 60 e o km 300, Guararema - SP.

d) SPI-035/056 - interligação Itaquaquecetuba: início do trecho entre o km 0 e o km 000, no entroncamento com a SP-056, entre o km 35 e o km 000, Itaquaquecetuba - SP; e final do trecho entre o km 0 e o km 880, no entroncamento com a SP-070, entre o km 35 e o km 700, Itaquaquecetuba - SP.

e) SP-099 - Rodovia dos Tamoios: início do trecho entre o km 4 e o km 500, São José dos Campos - SP; e final do trecho entre o km 11 e o km 500, São José dos Campos - SP.

f) SP-070 - trecho rodoviário a ser construído, de 6,8 km: prolongamento até a SP-125, Taubaté - SP.

g) Segmentos transversais, trechos, obras de arte e instalações complementares do tipo urbano ou rodoviário da Rodovia SP-070 (Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto), outorgados à Dersa Desenvolvimento Rodoviário S.A. durante seu período de concessão, que totalizam aproximadamente 2 km e estão localizados no km 45 (intersecção com a SP-088) e no km 111 (intersecção com a SP-103).

A Ecopistas assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- O pagamento de direito de outorga, no total de R$595.157 (R$570.422 ajustados a valor presente), acrescido de atualização monetária com base na variação do IPCA, dos quais R$118.800 foram pagos em junho de 2009 e o saldo restante foi pago em 18 parcelas, sendo a última paga em 31 de dezembro de 2010.

- O pagamento de 3% sobre o total da arrecadação a título de ônus variável.

Sempre que houver direito à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, ela será implantada tomando como base os efeitos dos fatos que lhe deram causa, por meio de:

a) Prorrogação do prazo de concessão.

b) Revisão tarifária.

c) Revisão do cronograma de investimentos.

d) Utilização do ônus fixo.

e) Emprego de verbas do tesouro.

f) Utilização conjugada de uma ou mais modalidades.

Os bens integrantes da concessão são todos os equipamentos, máquinas, aparelhos, acessórios e, de modo geral, todos os demais bens vinculados à exploração e manutenção do sistema existente, transferidos à concessionária, bem como os bens adquiridos pela concessionária, ao longo de todo o prazo da concessão, utilizados na exploração do sistema rodoviário.

Extinta a concessão, retornarão ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário, transferidos à Companhia ou por ela implantados no âmbito da concessão.

O contrato de concessão da Ecopistas foi classificado como ativo intangível. O ativo intangível é reconhecido à medida que ela tenha o direito de cobrar dos usuários os serviços públicos.

O contrato de concessão poderá ser rescindido por iniciativa da concessionária, no caso de descumprimento das obrigações, mediante ação judicial movida especialmente para esse fim, porém os serviços prestados pela Ecopistas não poderão ser interrompidos ou paralisados até a decisão judicial, decretando a rescisão do contrato.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão como segue:

	31/12/2012	31/12/2011
Receita de construção	113.633	64.478
Custos de construção	(113.633)	(64.478)
	-	-

Em 31 de dezembro de 2012, os investimentos para atender aos compromissos futuros da Companhia estão estimados em R$213.813 (R$329.633 em 31 de dezembro de 2011).

Concessionária das Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

A Concessionária das Rodovias do Sul S.A. - Ecosul foi constituída em 19 de janeiro de 1998, tendo a assinatura de seu contrato de concessão ocorrido em 15 de julho de 1998, o início de suas operações em 24 de julho de 1998 e o início da cobrança de pedágio em 4 de março de 2001. A Ecosul tem como objeto social exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, das seguintes rodovias e trechos integrantes do denominado Polo de Pelotas:

Rodovia	Trecho	Extensão (km)
BR-116	Pelotas/Camaquã	123,4
BR-116	Pelotas/Jaguarão	137,1
BR-293	Pelotas/Bagé	161,1
BR-392	Pelotas/Rio Grande	73,8
BR-392	Pelotas/Santana da Boa Vista	128,4

A concessão, pelo prazo de 25 anos (a partir do início da cobrança de pedágio) e mediante a cobrança de pedágio, consiste na manutenção e melhoria dos sistemas de operação, recuperação das rodovias existentes, conservações preventivas, implantação de sistemas de controles de tráfego e atendimento aos usuários. Ao término do período de concessão em março de 2026, retornarão ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário.

A concessionária assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

a) Taxa de fiscalização: é calculada pela aplicação de 1% sobre a receita de arrecadação de pedágio, sendo provisionada mensalmente em favor da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT.

b) Restauração, conservação de rotina e manutenção do pavimento dos cinco trechos rodoviários que compõem o polo, totalizando 623,8 km de extensão conforme as previsões dos cronogramas de custos operacionais e investimentos de seu programa de exploração.

O contrato de concessão da Ecosul foi classificado como ativo intangível. O ativo intangível é reconhecido à medida que ela tenha o direito de cobrar dos usuários os serviços públicos.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão como segue:

	31/12/2012	31/12/2011
Receita de construção	29.546	31.546
Custos de construção	(29.546)	(31.546)
	-	-

Em 31 de dezembro de 2012, os investimentos para atender aos compromissos futuros da Ecosul estão estimados em R$68.137 (R$70.475 em 31 de dezembro de 2011).

Não ocorreram mudanças no contrato de concessão no decorrer do exercício.

ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.

A ECO101 Concessionária de Rodovias S.A., constituída em 22 de março de 2012, tem por objeto social a exploração de concessão do Sistema Rodoviário BR-101 ES/BA, mediante concessão federal, incluindo a exploração de receitas acessórias.

O sistema rodoviário da ECO101 tem uma extensão de 475,9 km, abrangendo o seguinte trecho:

- BR-101 ES/BA, no trecho entre o entroncamento com a BA-698, no acesso ao município de Mucuri (BA), e a divisa dos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo (excluindo a ponte), no início do trecho explorado pela concessionária Autopista Fluminense S.A., sendo 390,4 km de pista simples, 52,4 km de pista simples com faixa adicional (3ª faixa) e 33,1 km de pista dupla.

Tendo em vista a suspensão do cronograma dos trâmites do Edital pela ANTT, o Contrato de Concessão ainda não foi assinado, de forma que a ECO101 não iniciou a prestação de seus serviços. Tão logo a ANTT publique novo comunicado sobre o cronograma com data para assinatura do Contrato de Concessão a ECO101 estará à disposição para assinatura. A ECO101 iniciará suas atividades como Concessionária do trecho da BR-101 anteriormente descrito, em até 30 dias após a assinatura do Contrato de Concessão, em razão da necessidade de assinatura do Termo de Arrolamento e Transferência de Bens.

39. INFORMAÇÕES SOBRE O CONTRATO DE CONCESSÃO DAS CONTROLADAS ECOVIA, ECOCATARATAS E TECONDI

As controladas Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. e Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas fazem parte do programa de concessões do Estado do Paraná, regularmente licitado e contratado em 1997, em conjunto com outras quatro concessionárias. O prazo final da concessão é novembro de 2021.

A anterior Administração do Governo do Estado do Paraná buscou reduzir ou suprimir o programa de concessões rodoviárias no Estado, por meio de ações administrativas e judiciais. O litígio estende-se pelas seguintes principais frentes: encampação das concessões, desapropriação das ações de controle, tentativa de caducidade dos contratos, negativa de reajuste de tarifa nos anos de 2003 a 2010, tentativa de nulidade de aditivos contratuais e consideração de dados contábeis em detrimento de dados contratuais regulares. Em todas as frentes de litígio restam, por ora, vitoriosas as concessionárias do Estado do Paraná.

Os reajustes tarifários contratuais dos anos 2003 a 2010, sistematicamente negados pelo Estado do Paraná, foram implementados judicialmente e estão vigentes.

Tanto a Ecovia quanto a Ecocataratas buscam, por meio de ações judiciais, ter reconhecidos em seu favor eventos que desequilibraram os respectivos contratos de concessão. Caso reconhecidos, tais eventos conduzirão ao direito de restabelecimento da dimensão original das equações econômico-financeiras dos contratos.

Diante da nova administração estadual, as concessionárias estão atualmente em processo de revisão contratual. Para possibilitar as tratativas foram formulados pleitos conjuntos de suspensão das ações judiciais que discutem o contrato, em sua maioria já deferidos.

A Administração avaliou esses assuntos detalhadamente e concluiu que, embora existam riscos associados ao julgamento final das ações em andamento, a probabilidade de esses eventos afetarem de forma relevante sua situação patrimonial e financeira e o resultado de suas operações e de suas controladas não é provável e que, no momento, não é possível prever o prazo para o encerramento das ações em andamento, não sendo esperadas, no entanto, decisões finais nos próximos 12 meses.

Terminal para Contêineres da Margem Direita S.A. (“Tecondi”)

O Contrato de Arrendamento entre a Companhia Docas do Estado de São Paulo - Codesp e o Tecondi tem prazo previsto de 25 anos. Foram celebrados cinco termos aditivos ao Contrato, porém, tais termos não alteraram o prazo do Contrato, o qual se encerra em 12 de junho de 2023. Embora o Contrato mencione a prorrogação em sua Cláusula Décima Sexta, não prevê que será automática e estipula que ela deverá ser requerida, por escrito, pelo Tecondi. O Contrato prevê que tal requerimento deverá ser feito com 12 meses de antecedência em relação ao término do Contrato, bem como que a Codesp avaliará o desempenho do Tecondi. Ademais, se aplicada a atual Resolução nº 2.240/11 da ANTAQ, também será necessário que o requerimento da Tecondi seja acompanhado de estudo de viabilidade, bem como deverá dispor das informações necessárias à avaliação do equilíbrio econômico-financeiro das novas bases contratuais. O Tecondi deverá então, ao requerer a prorrogação, instruir o seu pedido com o estudo de viabilidade, seguindo o modelo proposto pela ANTAQ (Nota Técnica nº 25/2009). Assim, em face da legislação atualmente vigente, a Administração considera que as chances de haver prorrogação do Contrato de Arrendamento são altas, desde que mantido o atual desempenho do Tecondi e observadas as prescrições da Resolução nº 2.240/11 da ANTAQ, em especial o estudo de viabilidade para o novo período contratual. Desse modo, o interesse público na manutenção do Contrato será mantido, sendo esta a linha que o Tecondi adotará. Há que se ressaltar a pendência de julgamento em definitivo de duas ações populares nº 0010874-75.2002.403.6104 (2002.61.04.010874-9) apensas, em trâmite perante a 1ª Vara Cível de Santos, que questionam a legitimidade do Contrato e de seus aditivos, bem como do processo nº 012.194/2002-1 do Tribunal de Contas da União, que em primeira instância administrativa julgou pela não prorrogação do Contrato. Apesar das decisões de 1ª instância, a Administração considera a probabilidade de reversão destes julgados e êxito em tais demandas, o que possibilitará a prorrogação do contrato, em linha com a jurisprudência dos Tribunais Superiores e a doutrina jurídica dominantes. Nas primeiras ações anteriormente mencionadas pendem de julgamento recursos de apelação ajuizados pelo Tecondi e, no procedimento administrativo destacado, julgamento de embargos declaratórios também por ele ajuizados.

40. FLUXO DE CAIXA

a) As movimentações que não afetaram o caixa se referem à aquisição de equipamentos operacionais, detalhada nas notas explicativas nº 15 e nº 16, e às operações de reestruturações societárias, conforme a nota explicativa nº 4.b).

b) Dividendos recebidos

São tratados como atividade de investimento.

41. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)

Os segmentos operacionais da Companhia são reportados de forma consistente com os relatórios internos fornecidos ao principal tomador de decisões operacionais (“Chief Operating Decision-Maker - CODM”).

Para fins de avaliação de desempenho é analisado o conjunto de informações dos segmentos e alocação de recursos.

A principal segmentação dos negócios da Companhia é baseada em:

a) Concessões

O modal rodoviário é o mais extenso e desenvolvido dos modais de transporte do País. As concessões rodoviárias interligam grandes centros industriais, de produção, de consumo e de turismo nacionais, bem como os três maiores portos do Brasil (Santos, Paranaguá e Rio Grande), além de darem acesso a outros países do Mercosul.

b) Logística

Os sistemas logísticos são formados pela integração entre as concessões rodoviárias do Grupo EcoRodovias e situadas em áreas estratégicas do território brasileiro com plataformas logísticas, que visam integrar terminais logísticos intermodais, terminais portuários, terminais retroportuários, centros de distribuição, recintos alfandegários e portos, bem como a prestação de serviços integrados de logística, sempre buscando um diferencial de valor agregado.

c) "Holding" e serviços

Referem-se à EcoRodovias Infraestrutura.

O segmento compreende a operação dos serviços de pagamento automático de pedágios e estacionamento Sem Parar, Via Fácil e Onda Livre. Responsável pela implementação do sistema de Identificação Automática de Veículos - IAV no Brasil.

d) Portos

A partir de 31 de maio de 2012, com a aquisição das empresas do Complexo Tecondi, a Companhia passou a realizar operações portuárias, além do manuseio e da armazenagem de cargas de importação e exportação, com um terminal próprio no Porto de Santos.

A receita líquida por segmento está representada da seguinte forma em 31 de dezembro de 2012:

- Concessões: 71,37%.
- Logística: 11,08%.
- "Holding" e serviços: 2,27%.
- Portos: 15,28%.

As práticas contábeis de cada segmento são as mesmas descritas na nota explicativa nº 2. O desempenho dos segmentos da Companhia foi avaliado com base nas receitas operacionais líquidas, no lucro líquido do exercício e no ativo não circulante. Essa base de mensuração exclui os efeitos de juros, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização.

Nas tabelas a seguir há informação financeira sumariada relacionada aos segmentos para 31 de dezembro de 2012 e de 2011. Os valores fornecidos ao Comitê Executivo com relação ao resultado e ao total de ativos são consistentes com os saldos registrados nas informações intermediárias, bem como as práticas contábeis aplicadas:

Contas de resultado

	31/12/2012						
	Concessões	Logística	Portos	Holding e serviços	Resultado combinado	Eliminação	Consolidação
Receita líquida	1.875.939	266.938	368.039	60.058	2.570.974	(161.867)	2.409.107
Custos e despesas	(1.018.330)	(258.947)	(320.085)	(91.311)	(1.688.673)	183.347	(1.505.326)
Depreciação e amortização	(157.066)	(27.803)	(16.964)	(6.808)	(208.641)	(28.785)	(237.426)
Receitas financeiras	33.897	9.289	20.364	19.457	83.007	(450)	82.557
Despesas financeiras	(240.858)	(34.521)	(12.541)	(35.900)	(323.820)	(23.689)	(347.509)
Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos	(218.374)	(13.586)	(16.089)	(6.455)	(254.504)	(6.552)	(261.056)
Lucro (prejuízo) líquido	434.962	26.944	36.301	440.038	938.245	(516.173)	422.072

	31/12/2011					
	Concessões	Logística	Holding e serviços	Resultado combinado	Eliminação	Consolidação
Receita líquida	1.551.572	245.847	150.913	1.948.332	(120.961)	1.827.371
Custos e despesas	(809.077)	(216.383)	(120.818)	(1.146.278)	107.355	(1.038.923)
Depreciação e amortização	(129.006)	(14.071)	(11.142)	(154.219)	(14.011)	(168.230)
Receitas financeiras	36.900	15.516	82.288	134.704	(27.375)	107.329
Despesas financeiras	(198.282)	(38.359)	(81.087)	(317.728)	27.319	(290.409)
Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos	(188.386)	(10.115)	(19.121)	(217. 622)	-	(217.622)
Lucro (prejuízo) líquido	392.531	5.611	7.321	405.463	(22.446)	383.017

Contas patrimoniais

	31/12/2012						
	Concessões	Logística	Portos	Holding e serviços	Combinado	Eliminação	Consolidado
Ativo circulante	218.667	204.622	294.223	630.006	1.347.518	(37.737)	1.309.781
Ativo não circulante	2.786.095	376.547	754.800	2.259.163	6.176.605	(1.290.430)	4.886.175
Total do ativo	3.004.762	581.169	1.049.023	2.889.169	7.524.123	(1.328.167)	6.195.956
Passivo circulante	582.408	62.154	180.427	686.750	1.511.739	(77.303)	1.434.436
Passivo não circulante	1.643.034	264.082	751.836	737	2.659.689	(23.656)	2.636.033
Patrimônio líquido - consolidado	779.320	254.932	116.760	2.201.682	3.352.694	(1.227.207)	2.125.487
Total do passivo	3.004.762	581.168	1.049.023	2.889.169	7.524.122	(1.328.166)	6.195.956

	31/12/2011					
	Concessões	Logística	Holding e serviços	Combinado	Eliminação	Consolidado
Ativo circulante	349.608	141.429	831.665	1.322.702	(445.070)	877.632
Ativo não circulante	2.439.243	400.216	2.639.972	5.479.431	(2.216.098)	3.263.333
Total do ativo	2.788.851	541.645	3.471.637	6.802.133	(2.661.168)	4.140.965
Passivo circulante	618.467	61.140	363.339	1.042.946	(181.016)	861.930
Passivo não circulante	996.760	236.613	340.705	1.574.078	(180.144)	1.393.934
Patrimônio líquido - consolidado	1.173.624	243.892	2.767.593	4.185.109	(2.300.008)	1.885.101
Total do passivo	2.788.851	541.645	3.471.637	6.802.133	(2.661.168)	4.140.965

42. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Os principais saldos das controladas incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas são conforme segue:

	31/12/2012										
	Ativo			Passivo				Demonstração do resultado			
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Patrimônio líquido	Total	Receita líquida	Lucro bruto	Lucro operacional	Lucro (prejuízo) do exercício
Elog Sul	18.058	30.246	48.304	16.508	4.420	27.376	48.304	85.374	40.192	27.101	18.492
Elog S.A. (anteriormente denominada Elog Sudeste S.A.)	233.401	468.887	702.288	58.421	325.202	318.665	702.288	207.215	54.525	6.965	7.737
ELG-01	304	28.771	29.075	533	-	28.542	29.075	-	-	(5.248)	(5.248)
Elog	-	-	-	-	-	-	-	-	-	46.434	38.455
Ecopátio Imigrantes	-	-	-	-	-	-	-	9.091	7.397	3.085	2.050
Ecopátio Cubatão	5.632	143.729	149.361	3.747	631	144.983	149.361	34.123	(297)	(5.881)	(6.013)
Paquetá Participações	-	11.000	11.000	-	-	11.000	11.000	-	-	(12)	(12)
Anish	146	28.236	28.382	232	-	28.150	28.382	-	(561)	(4.282)	(4.282)
EcoRodovias Concessões	173.475	1.416.313	1.589.788	22.849	790.824	776.115	1.589.788	109.373	45.362	437.200	436.431
Ecopistas	43.486	889.881	933.367	80.934	617.300	235.133	933.367	316.326	128.027	44.007	29.018
Ecovias	109.745	1.024.945	1.134.690	360.671	204.549	569.470	1.134.690	824.431	503.526	393.162	266.768
Ecosul	12.209	130.791	143.000	86.808	24.143	32.049	143.000	165.252	98.762	79.603	52.671
Ecovia	12.900	154.708	167.608	128.424	12.921	26.263	167.608	208.473	120.747	95.044	63.148
Ecocataratas	18.770	480.531	499.301	65.026	107.414	326.861	499.301	252.083	93.999	54.322	36.929
STP	97.576	16.418	113.994	92.925	495	20.574	113.994	60.058	39.973	26.959	17.966
Ecoporto Holding	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.791)	12.083	8.621
ABA Porto Particip. S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	(25)	51.869	49.551
Tecondi	232.839	668.674	901.513	164.211	724.709	12.593	901.513	262.083	88.012	11.705	587
Termares	34.174	73.433	107.607	11.263	17.065	79.279	107.607	79.602	49.634	25.285	16.544
Termlog Transp. e Logística	27.210	12.694	39.904	4.953	10.062	24.889	39.904	26.354	16.253	15.400	14.470
CFF Participações Ltda.	-	-	-	-	-	-	-	-	(12)	29.295	29.295
ECO101	68.552	5.641	74.193	649	13	73.531	74.193	-	(1.374)	(1.469)	(1.469)
EcoRodovias Infraestrutura	463.877	2.237.105	2.700.982	593.183	223	2.107.576	2.700.982	-	-	419.534	422.072
Subtotal	1.552.354	7.822.003	9.74.357	1.691.337	2.839.971	4.843.049	9.374.357	2.639.838	1.279.349	1.762.161	1.493.781
Eliminações	(242.573)	(2.935.828)	(3.178.401)	(256.901)	(203.938)	(2.717.562)	(3.178.401)	(230.731)	(32.592)	(1.074.060)	(1.071.709)
Total	1.309.781	4.886.175	6.195.956	1.434.436	2.636.033	2.125.487	6.195.956	2.409.107	1.246.757	688.101	422.072

[página intencionalmente deixada em branco]

	31/12/2011										
	Ativo			Passivo				Demonstração do resultado			
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Patrimônio líquido	Total	Receita líquida	Lucro bruto	Lucro operacional	Lucro (prejuízo) do exercício
Elog Sul	16.773	24.013	40.786	11.214	7.411	22.161	40.786	73.007	41.853	16.173	10.925
Elog S.A. (anteriormente denominada Elog Sudeste S.A.)	39.104	73.734	112.838	40.882	12.441	59.515	112.838	197.496	55.285	28.340	21.694
ELG-01	105	23.665	23.770	5	-	23.765	23.770	-	-	(608)	(608)
Elog	80.081	424.058	504.139	33.950	168.521	301.668	504.139	-	-	(15.876)	(15.876)
Ecopátio Imigrantes	1.738	64.840	66.578	5.186	42.177	19.215	66.578	9.280	7.815	2.279	1.529
Ecopátio Cubatão	6.531	144.468	150.999	24.615	49.651	76.733	150.999	27.526	271	(10.171)	(10.171)
Paquetá Participações	-	11.000	11.000	-	-	11.000	11.000	-	-	-	-
Anish	121	23.439	23.560	99	6	23.455	23.560	-	-	(480)	(480)
EcoRodovias Concessões	481.314	960.485	1.441.799	335.912	248.546	857.341	1.441.799	103.782	51.279	376.598	369.033
Ecopistas	123.681	780.581	904.262	238.005	453.312	212.945	904.262	250.252	113.844	31.151	20.548
Ecovias	112.951	1.007.844	1.120.795	408.240	340.072	372.483	1.120.795	771.772	464.345	356.477	242.718
Ecosul	21.088	111.906	132.994	64.660	37.918	30.416	132.994	156.305	83.795	68.694	45.494
Ecovia	31.490	115.717	147.207	102.794	15.717	28.696	147.207	179.283	101.725	80.265	53.447
Ecocataratas	19.565	453.365	472.930	93.721	80.594	298.615	472.930	193.961	84.712	44.330	30.324
STP	82.504	14.853	97.357	79.908	220	17.229	97.357	47.131	32.410	21.622	14.516
Ecoporto Holding	-	1	1	-	-	1	1	-	-	(8)	(8)
EIL-01	-	1	1	-	-	1	1	-	-	-	-
EcoRodovias Infraestrutura	234.194	1.667.532	1.901.726	16.990	2.677	1.882.059	1.901.726	-	179	387.468	383.017
Subtotal	1.251.240	5.901.502	7.152.742	1.456.181	1.459.263	4.237.298	7.152.742	2.009.795	1.037.513	1.386.254	1.166.102
Eliminações	(373.608)	(2.638.169)	(3.011.777)	(594.251)	(65.329)	(2.352.197)	(3.011.777)	(182.424)	(20.965)	(781.066)	(778.536)
Total	877.632	3.263.333	4.140.965	861.930	1.393.934	1.885.101	4.140.965	1.827.371	1.016.548	605.188	387.566

[página intencionalmente deixada em branco]

43. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas foram aprovadas para emissão pela Diretoria e para envio ao Conselho de Administração em 4 de março de 2013.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2012

Mensagem da Administração

A entrada da EcoRodovias no setor portuário foi marco do Grupo no ano de 2012. Em junho do ano passado, foi concluída a aquisição do Complexo Tecondi, sendo sua integração um dos focos estratégicos do Grupo. Como resultado dessa integração, do desenvolvimento da área de logística e dos ativos de concessões rodoviárias, a EcoRodovias obteve crescimento de 33,9% em sua receita bruta, totalizando R$ 2.657,1 milhões. O setor de concessões rodoviárias correspondeu a 71,7% deste total, que registrou 207,3 milhões de veículos equivalentes pagantes em 2012, 3,5% superior ao ano de 2011.

O destaque do ano no setor de concessões rodoviárias foi a assinatura do termo aditivo junto à ARTESP e o Governo do Estado de São Paulo, no qual a concessionária Ecovias dos Imigrantes investirá cerca de R$ 328 milhões em novas obras na Baixada Santista com o objetivo de adequar o tráfego e eliminar o gargalo da região.

Em 2012, o Consórcio Rodovia da Vitória, composto pela EcoRodovias e SBS Engenharia, foi declarado e homologado vencedor da concorrência pública de concessão da rodovia BR-101 no Estado do Espírito Santo. O contrato, porém, ainda não foi assinado em razão de recurso interposto pelo segundo colocado, impossibilitando o início das atividades de operação e investimentos ao longo dos 475,9 quilômetros de extensão. A EcoRodovias e a SBS Engenharia vem tomando as medidas necessárias para assegurar essa assinatura.

Sobre os novos negócios, a Companhia continua acompanhando o desenvolvimento das futuras licitações de concessões rodoviárias federais e estaduais, no aguardo do lançamento dos respectivos editais, sempre dentro da estratégia do Grupo de atuar nos principais corredores de importação e exportação.

O Grupo EcoRodovias continua atento às oportunidades em portos e aeroportos, sempre com foco na rentabilidade de seus negócios, preservando, principalmente, a disciplina de capital e uma estrutura econômico-financeira que possibilite o crescimento sustentável da Companhia.

Ao final do ano de 2012 e início de 2013, um de nossos acionistas majoritários – Impregilo International Infrastructures N.V. – alienou sua participação na EcoRodovias, passando 19% para a Primav Construções e Comércio S.A. e o restante para o mercado em bolsa. Sendo assim, a Primav passou a ter 64,0% das ações da EcoRodovias e os 36,0% restantes estão no mercado em bolsa, conforme organograma abaixo:



As ações da EcoRodovias (BM&FBOVESPA: ECOR3) valorizaram 24% ao longo de 2012. O reconhecimento do mercado de que o grupo busca resultados de maneira sustentável vem, ainda, por meio da inclusão das ações, pela segunda vez, na carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial da BM&FBovespa, o ISE.

Gostaríamos de destacar, também, os dez anos da pista descendente da rodovia dos Imigrantes, completados em dezembro. Um marco na gestão empresarial do Grupo EcoRodovias, além de motivo de orgulho de toda a nossa equipe, a obra é, ainda hoje, uma referência para a engenharia brasileira, bem como para os bancos de fomento, no que se refere ao modelo de gestão ambiental. Trata-se de uma importante conquista, que credencia o Grupo a participar de grandes investimentos em infraestrutura e colaborar com o desenvolvimento do Brasil.

Por fim, não poderíamos deixar de agradecer os nossos colaboradores pela dedicação e comprometimento na superação das metas empresariais, os nossos acionistas, sempre confiantes na gestão da companhia, os conselheiros, que nos conduziram e nos apoiaram na realização de importantes conquistas, e o apoio de nossos clientes, usuários, órgãos reguladores e demais instituições.

Gostaríamos de convidar todos os nossos *stakeholders* a participar de uma importante missão: salvar vidas. Acreditamos que o trânsito mais seguro se faz também do compromisso individual de se respeitar o Código de Trânsito Brasileiro em sua integridade. Por isso, lançamos em junho de 2012 a campanha "Por Uma Estrada Sem Acidentes", com a principal meta de engajar as pessoas nessa causa que deve ser motivo de orgulho para todos. Convidamos todos os colaboradores e usuários das nossas rodovias não apenas a fazer essa reflexão, mas a ser peça fundamental para auxiliar a Organização das Nações Unidas (ONU) a alcançar o objetivo de reduzir em 50% o número de ocorrências no trânsito em todo o mundo – proposto pela Década Mundial de Ações de Segurança no Trânsito. Medidas nas áreas de engenharia e coordenação de tráfego das nossas concessionárias estão sendo tomadas para que essa meta seja alcançada. Essa causa vale uma vida.

ADOÇÃO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS – *International Financial Reporting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

DESEMPENHO OPERACIONAL

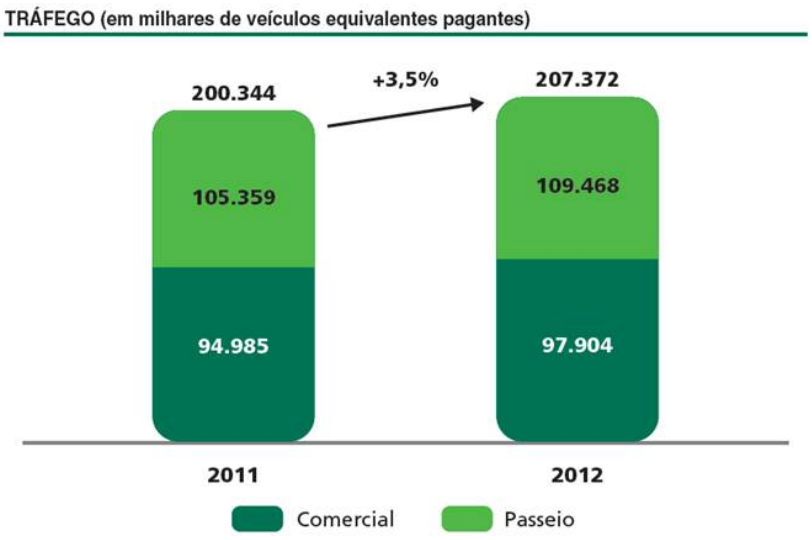
Concessões Rodoviárias

Evolução do Tráfego: O tráfego consolidado de veículos equivalentes pagantes nas concessionárias apresentou um crescimento de 3,5% em 2012, quando comparado com 2011. Os principais motivos para esta variação estão apresentados abaixo:

Veículos comerciais – apresentaram crescimento de 3,1% em 2012, quando comparados ao ano anterior. Em São Paulo, a concessionária Ecovias dos Imigrantes cresceu 5,1%, devido ao grande volume de exportação de milho, e a concessionária Ecopistas apresentou crescimento de 2,4%, em função doo bom desempenho do setor industrial. No Paraná, a Ecovia Caminho do Mar obteve um crescimento de 10,0%, devido à safra de milho, que contribuiu para o aumento da movimentação nos portos de Paranaguá e Antonina, e a Ecocataratas cresceu 3,2%. No Rio Grande do Sul, a Ecosul apresentou queda de 3,1% em função da menor movimentação no Porto de Rio Grande, resultante da estiagem que afetou a produção das *commodities* agrícolas no Estado.

Veículos de passeio – cresceram 3,9% em 2012, quando comparado ao ano anterior. Este desempenho foi reflexo das condições climáticas favoráveis e do aumento de renda da população brasileira, que impulsionaram o fluxo de veículos de passeio nas regiões de turismo dos estados das regiões Sudeste e Sul do país. O cenário resultou em crescimentos de 4,4% na Ecovias dos Imigrantes, 2,9% na Ecopistas, 12,8% na Ecovia Caminho do Mar e 1,9% na Ecocataratas. O desenvolvimento do polo de Pelotas, no Rio Grande do Sul, influenciado pelo polo naval instalado na região, foi o grande influenciador do crescimento de 8,8% na concessionária.

TRÁFEGO (em milhares de veículos equivalentes pagantes)



Logística

O desempenho do setor de logística da EcoRodovias está dividido nos seguintes segmentos:

Zona Primária: composto pelas unidades Ecopátio Cubatão e CLIA Santos. No Ecopátio Cubatão, são oferecidos, atualmente, os serviços de REDEX - recinto especial para despacho aduaneiro de exportação, DEPOT - serviço de manutenção e armazenagem de contêineres vazios e pátio regulador de caminhões. No CLIA Santos é oferecido o serviço de recinto alfandegado.

Em 2012, foram movimentados 81.554 contêineres na Zona Primária, 8,5% inferior a 2011. A redução deve-se à diminuição das operações de REDEX e de DEPOT. Em compensação, houve aumento de movimentações de contêineres no CLIA Santos.

Portos Secos de Interior: composto pelas unidades de Campinas, Barueri, São Paulo e Curitiba, que oferecem os serviços de armazenagem e recinto alfandegado.

Em 2012, foram movimentados US$ 4.880,0 milhões (Valor FOB) nos Portos Secos de Interior da EcoRodovias, redução de 8,4% quando comparado a 2011 devido, principalmente, à greve realizada pelos órgãos anuentes no segundo semestre de 2012.

Portos Secos de Fronteira: composto pelas unidades de Foz do Iguaçu, Uruguaiana, Jaguarão e Santana do Livramento que oferecem os serviços de recinto alfandegado nas fronteiras com Uruguai, Argentina e Paraguai.

Em 2012, foram movimentados US$ 15.102 milhões (Valor FOB) nos Portos Secos de Fronteira da EcoRodovias, redução de 6,8% em relação a 2011, resultante, principalmente, da redução do fluxo de exportação nas unidades de fronteira.

Transporte: corresponde à prestação de serviços de transporte rodoviário para os clientes, por meio de frota própria, prestadores de serviços autônomos e frota terceirizada.

A receita advinda das operações de transporte representou 13,3% da receita do segmento de logística em 2012, redução de 1,7 ponto percentual, quando comparado a 2011. A redução deve-se, principalmente, ao encerramento das operações de transporte no Rio de Janeiro e término de contratos com os clientes da indústria química no Centro de Distribuição de Alphaville.

Centros de Distribuição: composto pelos Centros de Distribuição de Alphaville, Cajamar, Curitiba e Ecopátio Imigrantes, que oferecem os serviços de gestão de estoque de clientes.

Em 2012, a taxa de ocupação atingiu 65,0% do total de 106 mil m² disponíveis, registrando redução de 35 pontos percentuais, quando comparado a 2011. A redução deve-se, principalmente, à mudança de perfil dos clientes atendidos, mais especificamente à descontinuidade de prestação de serviços para a indústria química.

STP – Sem Parar / Via Fácil

O total de tags instalados pelo sistema Sem Parar/Via Fácil atingiu 3.770 mil unidades em 31 de dezembro 2012, aumento de 16,2% em relação a dezembro de 2011. Esse crescimento é

sustentado pela cobertura de 94% das praças de pedágio existentes e 150 estacionamentos que aceitam o sistema. Do total de arrecadação consolidada de pedágios das concessionárias da EcoRodovias, 45,2% foi realizada por meio de cobrança eletrônica em 2012.

RESULTADOS ECONÔMICOS E FINANCEIROS

RECEITA BRUTA

A Receita Bruta Consolidada, desconsiderando a Receita de Construção, atingiu R$ 2.358,6 milhões em 2012. O aumento em relação a 2011 foi de 32,1%. Considerando a receita de construção, a Receita Bruta atingiu R$ 2.657,1 milhões em 2012, 33,9% superior a 2011.

Receita Bruta (em milhões de R$)	2012	2011	Var.
Concessões Rodoviárias	1.606,1	1.441,7	11,4%
Receita de Construção	298,5	199,4	49,7%
Logística (80%)	315,1	286,8	9,9%
Complexo Tecondi	370,3	-	n.m.
STP (12,75%)	66,3	55,4	19,6%
Serviços	123,4	119,3	3,4%
Eliminações	(122,6)	(117,5)	4,3%
CONSOLIDADO	**2.657,1**	**1.985,1**	**33,9%**
CONSOLIDADO excluindo Receita de Construção	**2.358,6**	**1.785,7**	**32,1%**

A receita de concessões rodoviárias é proveniente de receitas de pedágios (correspondente a 58,3% da receita bruta consolidada em 2012), receitas acessórias (monitoramento de cargas especiais, painéis publicitários, ocupação de faixa de domínio e acessos, outros serviços de utilização e exploração da faixa de domínio das concessões rodoviárias) e receita de construção estabelecida pelo ICPC-01 (Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis) – Contratos de Concessão em que a realização de obras e melhorias na infraestrutura rodoviária gera uma receita que a Companhia não reconhece margem de lucro (margem igual a zero), sendo o valor correspondente ao mesmo contabilizado na conta de "Custo de Construção de Obras".

A receita de logística é composta pela receita da movimentação de contêineres da Zona Primária (correspondente a 30,7% do total de receita de logística), receita dos Portos Secos de Interior, receita dos Portos Secos de Fronteira, receita de transporte e receita dos centros de distribuição.

A receita bruta do Complexo Tecondi atingiu R$ 162,2 milhões no 4T12 e R$ 370,3 milhões em 2012, que corresponde aos meses de junho a dezembro de 2012.

A receita da STP (Sem Parar/Via Fácil) atingiu R$ 520,0 milhões em 2012 (+19,6% em relação a 2011). A participação acionária da EcoRodovias na STP é de 12,75%, o que corresponde a uma receita bruta de R$ 66,3 milhões em 2012, consolidada nas demonstrações financeiras.

RECEITA LÍQUIDA

A Receita Líquida consolidada, desconsiderando a Receita de Construção, atingiu R$ 2.110,6 milhões em 2012, 29,7% superior a 2011. As Deduções sobre a Receita Bruta atingiram R$ 248,0 milhões em 2012, representando 10,5% do total da receita bruta, desconsiderando a Receita de Construção, do respectivo período. Considerando a Receita de Construção, a Receita Líquida de 2012 atingiu R$ 2.409,1 milhões, 31,8% superior ao registrado em 2011.

Receita Líquida (em milhões de R$)	2012	2011	Var.
Concessões Rodoviárias	1.468,0	1.352,1	8,6%
Receita de Construção	298,5	199,4	49,7%
Logística (80%)	266,9	242,4	10,1%
Complexo Tecondi	328,8	-	n.m.
STP (12,75%)	60,1	47,1	27,6%
Serviços	109,4	103,8	5,4%
Eliminações	(122,6)	(117,5)	4,3%
CONSOLIDADO	**2.409,1**	**1.827,4**	**31,8%**
CONSOLIDADO excluindo Receita de Construção	**2.110,6**	**1.627,9**	**29,7%**

CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Em 2012, os custos e despesas consolidados atingiram R$ 1.505,3 milhões, frente aos R$ 1.038,9 milhões em 2011, variação de 44,9%. Excluindo os custos de construção de obras e provisão para manutenção decorrentes da aplicação do ICPC-01, os custos totalizam R$ 1.131,7 milhões em 2012, 49,1% superior aos R$ 759,2 milhões de 2011.

Custos Operacionais e Despesas Administrativas (em milhões de R$)	2012	2011	Var.
EcoRodovias Infraestrutura e Logística			
Pessoal	326,6	212,4	53,8%
Conservação e Manutenção	63,5	69,7	-8,9%
Serviços de Terceiros	299,2	143,8	108,1%
Seguros, Poder Concedente e Locações	112,0	103,8	7,9%
Depreciação / Amortização	237,4	168,2	41,1%
Provisão para Manutenção	75,1	80,3	-6,5%
Custo de Construção de Obras	298,5	199,4	49,7%
Outros	93,0	61,3	51,7%
CONSOLIDADO EcoRodovias	**1.505,3**	**1.038,9**	**44,9%**
CONSOLIDADO- Excluindo Custo de Contrução de obras e Provisão para Manutenção	**1.131,7**	**759,2**	**49,1%**

Os principais motivos das variações dos custos operacionais e despesas administrativas foram: a consolidação das empresas do Complexo Tecondi, custo com contratação de consultoria para campanha educacional abordando a segurança no trânsito, custo de construção de obras, ambas decorrentes da aplicação das normas do IFRS/ICPC, custo com pessoal, principalmente pela aplicação do dissídio e aumento das depreciações e amortizações devido a maior base de ativos nos segmentos de concessões rodoviárias e logística.

EBITDA e MARGEM EBITDA

O EBITDA Consolidado apurado, considerando o IFRS, foi de R$ 1.190,8 milhões em 2012, atingindo margem de 49,4%. O EBITDA Consolidado Ajustado atingiu R$ 1.265,9 milhões em 2012, com margem de 60,0%. O EBITDA Ajustado é calculado desconsiderando as contas de receita e custo de construção e provisão para manutenção, introduzidas pela aplicação do IFRS.

EBITDA (em milhões de R$)	2012	2011	Var.
CONSOLIDADO			
Lucro Líquido (antes da participação de minoritários)	427,0	387,6	10,2%
Depreciação e Amortização	237,4	168,2	41,1%
Resultado Financeiro	265,0	183,1	44,7%
Imposto de Renda e Contribuição Social	261,1	217,6	20,0%
Amortização de Investimentos	0,3	0,8	-63,2%
EBITDA	**1.190,8**	**957,3**	**24,4%**
Margem EBITDA	**49,4%**	**52,4%**	**-3,0 p.p.**

EBITDA Ajustado (em milhões de R$)	2012	2011	Var.
EBITDA	**1.190,8**	**957,3**	**24,4%**
Receita de Construção	(298,5)	(199,4)	49,7%
Custo de Construção	298,5	199,4	49,7%
Provisão para Manutenção	75,1	80,3	-6,5%
EBITDA Ajustado[1]	**1.265,9**	**1.037,6**	**22,0%**
Margem EBITDA Ajustada	**60,0%**	**63,7%**	**-3,7 p.p.**

[1] O EBITDA Ajustado e*xclui Receita e Custo de Construção e Provisão para Manutenção do saldo dos Custos dos Serviços Prestados*

RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro líquido totalizou uma despesa de R$ 265,0 milhões em 2012, 44,7% superior ao resultado de 2011. Esta variação ocorreu, basicamente, devido ao pré-pagamento da 1ª, 2ª e 3ª séries da Primeira Emissão de Debêntures da EcoRodovias Concessões e Serviços e pré-pagamento da Primeira Emissão de Debêntures e financiamento com o BNDES da Elog.

LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

Em 2012, a EcoRodovias apresentou lucro líquido de R$ 422,1 milhões, 10,2% superior aos R$ 383,1 milhões registrados em 2011.

DISPONIBILIDADE E ENDIVIDAMENTO CONSOLIDADO

A EcoRodovias encerrou dezembro de 2012 com saldo de caixa disponível e aplicações financeiras em títulos e valores mobiliários de R$ 1.026,1 milhões. A dívida bruta da

EcoRodovias atingiu R$ 3.284,4 milhões em 31 de dezembro de 2012, aumento de 124,9% na dívida líquida, quando comparado a 31 de dezembro de 2011.

Contribuíram para o aumento do saldo da dívida financeira os seguintes fatores:

(i) Emissão de debêntures no valor de R$ 300,0 milhões pela Elog (participação EcoRodovias: R$ 240,0 milhões);
(ii) Emissão de debêntures da Ecoporto (R$ 600,0 milhões);
(iii) Emissão de debêntures da EcoRodovias Concessões e Serviços (R$ 800,0 milhões);
(iv) Notas Promissórias da EcoRodovias Infraestrutura e Logística (R$ 550,0 milhões).

Contribuíram para a redução do saldo da dívida financeira os seguintes fatores:

(i) Pré-pagamento da Primeira Emissão de Debêntures da Elog no valor de R$ 170,0 milhões (participação EcoRodovias: R$ 136,0 milhões) e empréstimo com o BNDES de R$ 43,7 milhões (participação da EcoRodovias: 35,9 milhões);
(ii) Pré-pagamento de R$ 366,6 milhões da Primeira Emissão de Debêntures da EcoRodovias Concessões e Serviços.

Endividamento (em milhões de R$)	2012	2011	Var.
Curto Prazo	**1.012,4**	**541,7**	**86,9%**
Empréstimos,financiamentos e arrendamento mercantil	805,3	163,1	393,7%
Debêntures	207,1	378,6	-45,3%
Longo Prazo	**2.272,0**	**1.134,4**	**100,3%**
Empréstimos,financiamentos e arrendamento mercantil	164,4	189,8	-13,4%
Debêntures	2.107,6	944,6	123,1%
Endividamento bruto	3.284,4	1.676,1	96,0%
Caixa e equivalentes de caixa	1.026,1	671,8	52,7%
Endividamento líquido	**2.258,3**	**1.004,3**	**124,9%**

CAPEX

Os investimentos consolidados realizados na EcoRodovias, em 2012, foram de R$ 503,6 milhões, 32,0% superior ao registrado em 2011.

No setor de concessões rodoviárias, o total de investimentos realizados em 2012 foi de R$ 409,9 milhões, superior em 44,9%, se comparado a 2011. Os principais investimentos foram concentrados em demais melhorias e ampliações (35,3% dos investimentos), pavimentação e conservação especial (42,0% dos investimentos), investimentos em hardware e equipamentos de pedágio obras em andamento e melhorias nas sinalizações e dispositivos de segurança das cinco concessionárias em operação. Destaque para a das obras de duplicação do trecho de 14,4 quilômetros da Ecocataratas, entre a cidade de Pedreira da Itatiba e Medianeira, no estado do Paraná, para os investimentos na Ecopistas, referentes, principalmente, à adequação do Trevo dos Pimentas, e para a Ecovias dos Imigrantes, com a implantação da 5º faixa entre o km 26 e o km 41 da Rodovia dos Imigrantes.

No setor de logística, o valor de investimento realizado em 2012 foi de R$ 36,4 milhões, 49,0% inferior ao ano de 2011.

No setor portuário, o valor de investimento realizado em 2012 foi de R$ 30,9 milhões.

E, na empresa de Serviços Compartilhados (EcoRodovias Concessões e Serviços) foi de R$ 13,2 milhões, 22,8% inferior a 2011.

CAPEX (em milhões de R$)	2012			2011			Var
	Intangivel/ Imobilizado	Custo de Manutenção	Total	Intangivel/ Imobilizado	Custo de Manutenção	Total	Total 2012 x 2011
Concessões Rodoviárias							
Ecovias dos Imigrantes	91,1	55,0	**146,1**	75,3	41,2	**116,5**	**25,4%**
Ecopistas	118,0	-	**118,0**	67,4	-	**67,4**	**75,1%**
Ecovia Caminho do Mar	31,2	3,5	**34,7**	28,2	-	**28,2**	**23,0%**
Ecocataratas	59,1	19,0	**78,1**	10,6	22,6	**33,2**	**135,2%**
Ecosul - Rodovias do Sul	32,2	0,8	**33,0**	33,1	4,3	**37,4**	**-11,8%**
Total	**331,6**	**78,3**	**409,9**	**214,6**	**68,1**	**282,8**	**44,9%**
Logística			**-**				
Ecopátio Logística Cubatão	7,3	-	**7,3**	28,6	-	**28,6**	**-74,5%**
Ecopátio Imigrantes	2,1	-	**2,1**	11,3	-	**11,3**	**-81,4%**
Elog	27,0	-	**27,0**	31,5	-	**31,5**	**-14,3%**
Total	**36,4**	**-**	**36,4**	**71,4**	**-**	**71,4**	**-49,0%**
Complexo Tecondi	**30,9**	**-**	**30,9**	**-**	**-**	**-**	
STP (12,75%)	**7,3**		**7,3**	**7,5**	**-**	**7,5**	**-2,7%**
EcoRodovias Concessões (Serviços)	**13,2**		**13,2**	**17,1**	**-**	**17,1**	**-22,8%**
Holding	**5,9**		**5,9**	**2,8**	**-**	**2,8**	**110,7%**
CONSOLIDADO	**425,3**	**78,3**	**503,6**	**313,5**	**68,1**	**381,6**	**32,0%**

DIVIDENDOS

Ao longo de 2012, a Companhia efetuou o pagamento de dividendos no valor total de R$ 197,2 milhões, sendo R$ 51,4 milhões de dividendos complementares referentes ao exercício de 2011 e R$ 145,8 milhões de dividendos intermediários referentes ao exercício de 2012. A distribuição do exercício de 2012 está sujeita a aprovação pela Assembleia Geral Ordinária.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

A EcoRodovias está comprometida em adotar as melhores práticas de governança corporativa, com a eficiência e a transparência de sua gestão e o firme propósito de criar valor para seus acionistas, uma vez que o objetivo é fazer com que as decisões sejam tomadas visando o melhor interesse da empresa a longo prazo.

Seguimos as práticas recomendadas pelo "Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa" do IBGC, dentre as quais destacam-se: Código de Conduta Empresarial aprovado pelo Conselho de Administração; transparência na divulgação dos resultados; cargos de presidente do Conselho de Administração e de executivo principal da companhia ocupados por pessoas diferentes; contratação de empresa de auditoria independente para a análise de balanços e demonstrativos financeiros; utilização de câmara de arbitragem para a resolução de conflitos societários; e política de divulgação de informações e manutenção de sigilo.

Em 31 de dezembro de 2012 o Conselho de Administração era composto por seis membros, sendo dois independentes, que possuem mandatos unificados de dois anos. O Conselho de

Administração conta com a assessoria dos comitês estatutários de Auditoria, de Gestão de Pessoas e de Governança, além dos comitês não estatutários de Ética e de Sustentabilidade.

A Diretoria da Companhia não possui vínculos com seus acionistas controladores e exercem uma gestão profissionalizada e compartilhada na busca sistemática de um consenso entre todos os seus membros, reforçando o conceito de órgão com decisões colegiadas.

GESTÃO DE PESSOAS

O Grupo EcoRodovias conquistou, em 2012, o direito de permanecer por mais um ano no restrito grupo de empresas que se diferenciam no mercado pela excelência na gestão de pessoas. Pela quarta vez consecutiva, está entre as 150 melhores empresas para se trabalhar no Brasil, de acordo com pesquisa da Você S.A./FIA e, pelo segundo ano consecutivo, no ranking das 130 Melhores Empresas para Trabalhar definido pela Revista Época/Great Place to Work. A área de Recursos Humanos prioriza programas que visam o bem-estar dos colaboradores, com destaque para o Programa de Formação de Líderes, que busca o desenvolvimento de competências dos colaboradores.

RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Por meio de práticas e conceitos pré-definidos na Política de Responsabilidade Social, aprovada pelo Conselho de Administração, a EcoRodovias adota iniciativas que representam efetiva contribuição para o desenvolvimento sociocultural de diversos públicos de relacionamento, com ênfase para as comunidades lindeiras, usuários e colaboradores.

Dentre os programas de responsabilidade socioambiental do Grupo, destaca-se o Ecoviver, que busca, de forma multidisciplinar, conscientizar crianças e jovens das escolas públicas dos municípios no entorno das rodovias administradas pelo Grupo da necessidade de se dar uma destinação correta aos resíduos. Desde 2006, quando foi criado, o projeto já atendeu cerca de 230 mil crianças em 25 cidades nos estados de atuação da EcoRodovias.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES

Em atendimento à instrução CVM 381/2003, informamos que no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes prestou os seguintes serviços: serviços de auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas preparadas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil; Revisão dos controles internos; Revisão Especial das Informações Trimestrais preparadas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil; e auditoria contábil das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade - *International Financial Reporting Standards* (IFRS).

São Paulo, 15 de março de 2013.

A Administração

Orçamento de capital previsto para o exercício social de 2013

Proposta de Orçamento de Capital

ORÇAMENTO DE CAPITAL PARA 2013 (CONSOLIDADO)

Senhores Acionistas,

Nos termos do artigo 196 da Lei 6404/76 e do artigo 25, §1º, inciso IV da Instrução Normativa da CVM nº 480/09, apresentamos a Vossas Senhorias para análise e posterior aprovação em Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Companhia, a ser realizada em 25 de abril de 2012, a proposta de **Orçamento de Capital** para o exercício de 2013, no valor de **R$877.108.997,28** (oitocentos e setenta e sete milhões, cento e oito mil, novecentos e noventa e sete reais e vinte e oito centavos), conforme fontes de financiamento abaixo, o qual foi aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada nesta data.

Proposta de Orçamento de Capital: R$877.108.997,28

Aplicações

Investimento consolidado planejado para 2013 nos projetos atualmente detidos pela Companhia e em fase de homologação equivale a **R$877.108.997,28**

Origens / Fontes de Financiamento:

Reserva de Retenção de Lucros até 31 em dezembro de 2012: R$189.932.527,84

Outros Recursos Próprios e/ou de Terceiros: R$687.176.469,44

São Paulo, 14 de março de 2013.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Marco Antonio Cassou

Presidente

Declaração dos diretores

Após exame das demonstrações financeiras da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, bem como o relatório sem ressalvas da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, a Diretoria aprovou as demonstrações financeiras em observância às disposições dos Incisos V e VI do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, declara que:

- Reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório emitido pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independetes; e
- Reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012.

Marcelino Rafart de Seras
Diretor Presidente

Federico Botto
Diretor Vice-Presidente Executivo

Marcello Guidotti
Diretor de Finanças e de Relação com Investidores

Luis Cesar Lindgren Costa
Diretor de Desenvolvimento de Negócios

Luis Augusto de Camargo Ópice
Diretor de Logística